



UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARILIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDRÉIA CORDEIRO MECCA

**O GOVERNO LULA: POLÍTICA, GOVERNABILIDADE E
HEGEMONIA**

Marília
2014

ANDRÉIA CORDEIRO MECCA

**O GOVERNO LULA: POLÍTICA, GOVERNABILIDADE E
HEGEMONIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi.

Marília
2014

Mecca, Andréia Cordeiro.

M486g O governo Lula: política, governabilidade e hegemonia
/ Andréia Cordeiro Mecca. – Marília, 2014.
107 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 98-107

Orientador: Francisco Luiz Corsi.

1. Brasil - Presidente (2003-2006 : Lula). 2. Brasil -
Presidente (2007-2010 : Lula). 3. Neoliberalismo. 4.
Política econômica. 5. Política social. I. Título.

CDD 320.981

ANDRÉIA CORDEIRO MECCA

O GOVERNO LULA: POLÍTICA, GOVERNABILIDADE E HEGEMONIA

Dissertação para a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Relações Internacionais e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Prof. Doutor Francisco Luiz Corsi, Doutor, UNESP – Marília

2º Examinador: _____
Prof. Doutor José Marangoni Camargo, Doutor, UNESP - Marília

3º Examinador: _____
Prof. Doutor Adilson Marques Gennari, UNESP - Araraquara

Marília, 04 de Fevereiro de 2014

*Á minha família e em especial ao meu irmão Renato Cordeiro
Mecca, por me fazerem entender o valor da perseverança e enxergar
o impossível como realizável.*

AGRADECIMENTOS

Difícil iniciar a tarefa de agradecer às pessoas que tornaram esse trabalho possível. Para ser justa precisaria voltar ao meu nascimento e refazer toda a minha trajetória de vida, pois acredito que as minhas experiências e as pessoas que estiveram presente em toda a minha vida me construíram e se encontram em parcelas da pessoa que sou hoje. Como essa tarefa seria extensa, peço desculpas por não realizá-la aqui.

Primeiramente agradeço aos meus pais, Maria Beatriz Cordeiro Mecca e Antonio Carlos Mecca, pela possibilidade à vida, pelo apoio sem margens e pela presença completa em todos os momentos da minha vida. Agradeço-os diariamente pelo exemplo de pessoa que busco ser. Através deles posso caminhar mais tranquila nesse mundo.

Agradeço aos meus irmãos, Renato Cordeiro Mecca, Guilherme Cordeiro Mecca e Leonardo Cordeiro Mecca, por todo o companheirismo, amizade, respeito e carinho em todos os meus anos de vida. Faltam-me palavras para descrever o tamanho da importância que atribuo a vocês. Todos sempre me apoiaram irrestritamente, estiveram ao meu lado em momentos bons e ruins, ouviram as histórias que eu tinha pra contar, me deram a mão sempre que precisei e me alegraram quando eu estive triste. Pai, Mãe, Re, Gui e Leo, foram vocês que me fizeram compreender que desistir não era uma opção.

Agradeço à minha sobrinha, Fernanda Serra Cordeiro Mecca, pela luz que trás ao mundo através da sua jovialidade e aos meus avôs, Amália Resende Cordeiro e Jorge Fidelis Cordeiro pela sabedoria dos anos que carregam. Aos meus tios Ricardo Cordeiro e Jorge Luiz Cordeiro, *in memorium*, agradeço o prazer de ter podido compartilhar desse mundo com vocês.

À tia e madrinha Rita de Cássia Loiola Cordeiro e à tia querida Maria Elisa Borges Rezende, deixo minha profunda admiração e respeito e agradeço as inúmeras ajudas acadêmicas que me deram ao longo desses anos. Vocês são a inspiração que tive para seguir esse caminho. À minha prima Érica e à tia Adair, deixo um agradecimento especial pelos cuidados e mimos. Vocês foram importantes em momentos cruciais.

Meu agradecimento ao Professor Doutor Francisco Luiz Corsi por esses cinco anos de orientação. Meu processo de desenvolvimento acadêmico está ligado ao seu exemplo de dedicação, disciplina e seriedade. Lembro-me do meu primeiro dia em Marília quando, após a apresentação do curso, perguntei-lhe: “como faço para seguir carreira acadêmica?”. A resposta veio curta e sincera: “estude muito”. Obrigada pela dedicação e respeito que atribuiu

a mim como docente e orientador. Agradeço a paciência e a compreensão que teve com meus descaminhos e abandonos momentâneos frente aos problemas que a vida me trouxe.

Seria impossível elencar todos os amigos que fizeram parte desse processo. No entanto gostaria de destacar alguns. Alessandro de Moura, quero agradecer amplamente por ter me estendido a mão quando tudo pareceu perdido. As longas conversas, os debates teóricos, os livros emprestados, as sugestões de leitura, tudo foi imensamente importante, mas admito que não mais do que a amizade e o carinho. Minha trajetória na universidade e na vida em muito se espelhou à sua e agradeço pelo exemplo.

Agradeço à todos que fizeram parte direta e indiretamente da minha vida acadêmica em Marília. Agradecimento especial à Simone Arcanjo, Pedro Bacellar, Breno Cacossi, Ana Carolina Fulfaro, Victor Santiago Ruy Coutrin, Marcella Franzin, Renato Roberti, Arakin Monteiro, Lina Sibar, Cleiton Paixão, Adriano Mergulhão, Francisco Faraco Neto e Kelly Gomes.

Às minhas amigas de infância, Luiza Dantas, Nicole Coelho, Gabriela Luchesi, Renata Reali, Camila Endelbrecht e Cristiana Barroso. E aos amigos queridos, Livia Francisco Arantes de Souza, André Luiz Nardim, Aline Monge, Maria Luiza Giacomini, Camila Zedron, Lélia de Castro, Daniel Perdigão Campana, Luana Castelli e Mariana Machitte. Todos vocês representam o meu porto seguro, pessoas que trilham comigo os caminhos da vida. Imensurável o quanto fizeram parte deste trabalho.

Agradecimento especial ao amigo André Luis Martins, por ter acompanhando de perto minha trajetória nesses últimos meses. Agradeço todo o tempo despendido no auxílio a esse trabalho tanto de forma direta, quanto de forma indireta. Sem você não teria sido possível terminar esta dissertação. Obrigada pelo carinho, paciência e companheirismo. A sua ajuda foi incrível, inestimável e intangível.

Agradeço às pessoas que moram e constroem comigo a Ecovila Tibá, especialmente aos amigos Gabriel Rampone, Fernando Neubauer, Ana Cláudia Fugikaha, Gleise e Jayson Teixeira, Diogo Tafuri, Eliseu Castilho, Luciano e às crianças: Tainã, Manuela, Yara, Davi, Yarin e Ian, . O companheirismo e a amizade de vocês tornam meus dias muito melhores. Agradeço por todos os aprendizados dos últimos anos, aos quais levarei em cada canto do mundo onde eu estiver.

Por fim, quero agradecer o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dessa pesquisa e a possibilidade de aprofundamento dos meus estudos.

Assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas devem-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação efetiva e de seus reais interesses, o conceito que fazem de si do que são na realidade.

Karl Marx, 18 Brumário de Luiz Bonaparte.

RESUMO

O presente trabalho procura discutir conciliação de classes dentro do governo Lula. Para isso, entende-se como importante refletir sobre a implementação do modelo neoliberal no país e a inserção subordinada brasileira na nova ordem mundial. Posteriormente, faz-se uma análise das alianças e estratégias do governo antes da eleição de 2002. A partir dos acordos firmados, desenvolve-se o estudo das medidas políticas e econômicas desenroladas por Lula em seu primeiro mandato, tendo o contexto internacional e as disputas internas como pano de fundo. Explicita-se como esse governo possibilitou o surgimento de grandes grupos nacionais e quais as consequências para a reorganização do bloco dominante. A classe trabalhadora também é analisada, buscando-se compreender quais políticas e medidas foram direcionadas ao proletariado, além de fazer um breve histórico da central sindical mais importante do país, a CUT. O objetivo é demonstrar os movimentos das frações proletárias. Por fim, é apresentado o paralelo entre as duas classes sob o governo Lula, procurando mostrar as condições que deram a possibilidade de conciliação dessas classes, o que gerou a ampla governabilidade de Lula.

Palavras-chave: Governo Lula, Neoliberalismo, Políticas Sociais, Políticas Econômicas.

ABSTRACT

This paper discusses the reconciliation of classes within the Lula government. For this, it is understood as important to reflect on the implementation of the neoliberal model in the country and the Brazilian subordinate position in the new world order. Later, makes the analysis of alliances and strategies of the government before the 2002 election. From the signed agreements, develops the study of political and economic measures rolled out in the first Lula term, and the international context and the infighting as background. Make explicit as this government enabled the emergence of large national groups and the implications for the reorganization of the dominant bloc. The working class is also analyzed, seeking to understand which policies and measures were directed to the proletariat, in addition to a brief history of the most important trade union federation in the country, the CUT . The objective is to demonstrate the movements of the proletarian fractions. Finally, the analysis draw a parallel between the two classes under the Lula government, trying to show the conditions that gave the possibility to reconcile these classes, which led to extensive governability of Lula.

Keywords: Government Lula, Neo-liberalism, Social Policy, Economic Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - O NEOLIBERALISMO E A INSERÇÃO SUBORDINADA DO BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL	16
2 - GOVERNO LULA E A CLASSE DOMINANTE	34
2.1. Eleições 2002	34
2.2. A economia no Governo Lula	41
2.3. O bloco dominante e as frações burguesas	46
3 - GOVERNO LULA E A CLASSE TRABALHADORA	59
3.1 CUT e lulismo	59
3.2- Políticas para a classe trabalhadora no Governo Lula	68
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise das políticas implementadas pelo governo Lula para possibilitar uma melhor governabilidade. Através da revisão bibliográfica, pretende-se mostrar a articulação policlassista dentro do governo, ou seja, as políticas direcionadas para algumas frações de classe, tanto do proletariado, quanto da burguesia, que possibilitaram a Lula se manter no poder por oito anos e, posteriormente, eleger a sua sucessora. Dentro disso, vale ressaltar que Lula surpreendeu, sobretudo, pela eficácia com que relacionou os distintos interesses de classes e as distintas frações da burguesia e do proletariado sob um governo cuja diretriz é o modelo neoliberal.

Entende-se que o espectro de autores que analisam esse governo é bem amplo e, portanto, aqui foram privilegiados autores que tem por referência o marxismo. Essa escolha deveu-se, sobretudo, por uma questão metodológica, uma vez que o marxismo leva em consideração a base material da sociedade para a compreensão dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais. Parte-se do pressuposto que toda a história humana deve ser analisada através do modo de produção, pois é a partir dele que se desenrola toda a estrutura de uma sociedade: suas formas de pensar, agir, relacionar e se posicionar. Para Marx, os homens agem dentro de limites materiais definidos. Assim, não é o modo de agir que determina a vida, e sim a vida, ou melhor, as condições de produção da vida material que determinam o modo de agir das pessoas. Só é possível a análise de todas as esferas da sociedade, se o ponto de partida for a base material, que para o materialismo histórico é, de forma simplificada, o modo de produção, a soma das atividades viva e física dos indivíduos, calcada na propriedade ou na falta dela.

Além disso, Marx utilizou-se dessa categoria para uma explicação sistemática da história enquanto uma sucessão de diferentes modos de produção. O autor analisa a história através do modo de produção dominante e seu subsequente declínio e substituição através de revoluções. A dialética consiste no desenvolvimento paralelo de dois elementos: as forças produtivas que se desenvolvem com base em determinadas relações de produção e sua contradição iminente que só se manifesta quando as relações de produção se convertem em obstáculos ao desenvolvimento. Sobre o modo de produção, Marx escreveu:

A forma econômica específica pela qual o trabalho excedente não pago se extorque dos produtores diretos determina a relação dominadores-dominados, tal como esta nasce diretamente da própria produção e, por sua vez, age sobre ela como elemento determinante. Aí se fundamenta toda a formação da comunidade econômica, que

surge das próprias relações de produção, e, por conseguinte, a estrutura política que lhe é própria. É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos –uma relação que corresponde sempre, naturalmente, a um dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e, portanto, da sua produtividade social – que encontramos o recôndito segredo, a base oculta de toda a estrutura social (MARX, O Capital, III, cap. XLVII, p.2)

O conceito de classe foi o eixo para que Marx pudesse desenvolver a análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento. Contudo, uma especificidade do modelo capitalista para o autor, é a divisão da sociedade em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado. Em uma nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*, Marx define a burguesia como a classe dos proprietários dos meios da produção social e empregadores do trabalho assalariado, que controla o aparelho do Estado e a produção cultural.

Do outro lado estariam os proletários, que não detêm nenhum meio de produção, restando a opção de vender sua força de trabalho para os capitalistas. Esse trabalho, em muitas passagens, utiliza o termo “classe trabalhadora”, cujo significado é o mesmo de classe proletária, variando-se apenas a forma de se referir. Para Marx e Engels, a classe proletária era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e a transição para o socialismo. Lenin faz uma subdivisão dessa classe em duas alas, uma reformista, que direcionaria suas lutas para a transformação de sua condição, dentro do sistema capitalista; e outra revolucionária, definida por Marx como a que transcenderia de um sistema a outro.

Contudo, o próprio Marx reconheceu que entre essas duas classes, existem classes intermediárias e de transição, as quais o autor chamou de classe média. Marx observava que na Inglaterra, onde a estrutura econômica estava mais desenvolvida, havia camadas intermediárias. Contudo, a evolução do modelo capitalista tenderia a uma polarização cada vez maior entre burgueses e proletários, suprimindo as classes intermediárias. Contudo, a crescente polarização definida por Marx como inevitável, não ocorreu. O que se viu foi o crescimento, e não a diminuição, dessas classes intermediárias. Há na literatura um embate teórico no que se refere à classificação dessas camadas médias. Polantz define, por exemplo, a burguesia a partir de sua propriedade econômica e de posse. Ou seja, a burguesia se define pelo controle econômico real dos meios de produção e sua capacidade de colocá-los em operação. Nesse sentido, os gerentes ou diretores de grandes grupos capitalistas seriam também burgueses, uma vez que executam as funções do capital, mesmo que não sejam os donos dos meios de produção.

A discussão é bem profunda porque ainda engloba, professores, funcionários públicos, autônomos, prestadores de serviços, entre outros. Categorias que não se encaixam nas definições de Marx. Poulantzas tentou determinar as fronteiras entre a classe média e a classe proletária usando dois critérios de distinção: trabalho intelectual e trabalho manual, ou seja, trabalho que está diretamente ligado à produção e, portanto, gera mais-valia; e trabalho que não está ligado ao processo produtivo e não gera mais-valia. A classe média seria a parte da classe trabalhadora que não está ligada à produção. Poulantzas é muito aceito no debate acadêmico atual, contudo essa distinção não é utilizada por esse trabalho.

A especificidade do caso brasileiro leva à compreensão de outros fatores. Considera-se que existam frações dentro da classe trabalhadora, devido, sobretudo, à grande massa de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no Brasil. No entanto, o que este trabalho irá demonstrar, levando em consideração os estudos de Márcio Pochamann entre outros aspectos, é que não houve um crescimento de classes intermediárias, situadas entre a burguesia e o proletariado. O que aconteceu no Brasil na última década, foi a ascensão do subproletariado à condição de proletariado. Esse processo ocorreu, portanto, dentro da classe trabalhadora, mantendo a polarização de classes definida por Marx. Por essa especificidade brasileira e de acordo com os temas aqui propostos, foge dos limites desse trabalho o debate marxista sobre a classe intermediária ou média.

Assim como o proletariado, a burguesia também se divide em frações de classe. Ao longo do trabalho discorre-se sobre elas. Contudo há uma distinção mais geral que deve ser entendida nessa introdução. Utilizando-se a definição de burguesia aqui colocada, alguns marxistas analisam que a centralização internacional do capitalismo através das empresas multinacionais e dos bancos, foi acompanhada pela ascensão de um novo poder de Estado burguês supranacional. O aspecto mais significativo dessa evolução foi a formação de uma burguesia internacional que se sobrepõe às burguesias de cada país (MANDEL, 1982). Essa concepção também é utilizada aqui, contudo, ela não é geral para o caso brasileiro.

No Brasil, há uma fração burguesa internacionalizada que comanda grandes grupos nacionais, principalmente no setor de *commodities*, que concorrem no mercado mundial. Além dela, existe a burguesia industrial exportadora e o agronegócio. Essas frações são aliadas da burguesia internacional e, portanto, compartilham dos mesmos interesses. Entretanto, a burguesia industrial que tem seu capital na esfera da produção dentro das fronteiras nacionais, é contrária aos interesses das outras frações e pode se tornar aliada à classe trabalhadora na luta nacional contra a dominação do capital financeiro. Cabe ressaltar que a burguesia existe pela exploração da classe proletária e personifica o capital. Qualquer

aliança entre burgueses e proletários se dá apenas momentaneamente e é, por princípio, instável.

A expressão “classe dominante”, diz respeito a uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. Segundo Marx, “as idéias da classe dominante são, em qualquer época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade, é, ao mesmo tempo, sua força intelectual” (MARX, 2007). Sendo assim, para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, a classe dominante deve necessariamente exercer o poder de Estado, ou seja, dominar politicamente para que através do aparelho estatal difunda toda a sua ideologia. Gramsci designou como “hegemonia” a dominação de classe na sociedade civil. Trata-se desse ponto de forma mais profunda nas conclusões desse trabalho.

Sendo assim, este trabalho encontra-se dividido em três capítulos mais a conclusão. Vale ressaltar que, por se tratar de um tema recente, há uma aproximação histórica elevada dos autores que discorrem sobre o assunto, o que torna difícil o distanciamento necessário a análise. Muitas concepções da bibliografia estudada foram se alterando no decorrer dos anos em que Lula governou, isso porque a própria política também foi alterada. Do primeiro para o segundo mandato notam-se muitas linhas de continuidade, mas também há alterações importantes na forma de governar e nas políticas dirigidas às frações de classes. Além disso, em 2008 houve uma crise da economia mundial, o que alterou o quadro extremamente favorável de inserção brasileira no comércio mundial. Todos esses pontos dificultam a análise do fenômeno que está ocorrendo no mesmo tempo histórico em que está sendo estudado.

O primeiro capítulo é introdutório. Busca-se compreender o contexto nacional e internacional da chegada de Lula à presidência. Irá tratar do modelo neoliberal, ou seja, de como esse modelo se tornou a opção dos governos centrais e, posteriormente das economias periféricas. Para isso, internacionalmente discute-se a crise do petróleo e internamente a crise do modelo desenvolvimentista, que através de um complexo jogo de forças internas e externas, possibilitou a implementação do neoliberalismo no Brasil. Analisam-se as alterações na política e na economia, buscando compreender as pressões e as disputas entre as frações de classes e entre as próprias classes. Cabe ressaltar que o estudo realizado neste capítulo é apenas uma contextualização da época, importante para entendermos o governo Lula, não sendo o objeto principal dessa pesquisa. Tem-se a consciência de que este assunto é muito mais longo e complexo, mas o objetivo foi tratá-lo de forma introdutória e mais geral.

Na sequência, os capítulos II e III tratam das políticas dirigidas a cada classe social, distinguindo-se as frações de classe que foram privilegiadas em detrimento de outras. A

discussão se dará basicamente em torno das políticas econômicas e sociais e as opções do governo para inserir o Brasil na economia mundial.

Sendo assim, o segundo capítulo irá tratar da burguesia. Esse capítulo divide-se em mais dois tópicos. Para entendermos as políticas implementadas, foi necessário fazer uma breve discussão acerca das eleições para assim, compreender quais alianças foram feitas antes e no decorrer dela. Feito isso, analisa-se o governo Lula, compreendendo as continuidades/rupturas em relação ao anterior. O segundo tópico, portanto, buscará relacionar o contexto internacional com as políticas econômicas implementadas por Lula. Por fim, no último tópico tem-se como foco o papel fundamental que o Estado teve na formação de grandes grupos econômicos nacionais. Estuda-se, portanto, o bloco de poder dominante, suas frações e hierarquias.

No terceiro capítulo será discutido a classe diametralmente oposta à burguesia: o proletariado. Para isso fez-se necessário uma breve discussão sobre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT). A análise retoma as grandes greves do ABC da década 1980 e os embates políticos gerados na época. Nesse contexto, procura-se sintetizar a atuação política de Lula. Posteriormente a análise se desloca para 2003-2010 para entender como esse governo atuou frente às demandas e interesses das frações da classe trabalhadora. Procura-se mostrar quais frações foram privilegiadas e quais foram esquecidas, além das políticas de apaziguamento da luta de classes interna.

Por fim, faz-se uma conclusão a cerca do tema, estabelecendo um paralelo entre os capítulos e identificando os resultados do trabalho.

I

O NEOLIBERALISMO E A INSERÇÃO SUBORDINADA DO BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL

A análise do governo Lula necessita de algumas explicações preliminares, uma vez que na economia mundial relacionam-se amplamente os países centrais com os da periferia. As escolhas políticas dos países centrais afetam diretamente e, muitas vezes, subordinam países ainda em desenvolvimento. Não é o foco deste trabalho explicar detalhadamente o processo de abertura financeira e comercial das economias mundiais, no entanto, se faz necessário um breve panorama histórico do advento do neoliberalismo no mundo, principalmente no Brasil na década de 1990, uma vez que o modelo adotado afetará de forma profunda as opções políticas e econômicas feitas por Lula na década seguinte, como se verá nos próximos capítulos. A análise aqui é apenas introdutória, visto que o quadro é complexo para se explicar em reduzidas linhas.

Na década de 70 ocorreu a desestruturação da ordem econômica mundial. Dentre os fatores que corroboraram para a perda do dinamismo do sistema, podemos citar brevemente: a crise da matriz energética devido ao aumento dos preços do petróleo; a crise do sistema monetário internacional fundada nos acordos de Bretton Woods; o arrefecimento do ciclo de inovações e a consequente diminuição do ritmo de incorporação de progresso técnico; as tentativas de assegurar o dinamismo da demanda agregada por meio do gasto público (crescentemente limitadas); e os conflitos e rivalidades em torno da crescente incompatibilidade de interesses entre as nações centrais do sistema (CARNEIRO, 2002). Vejamos mais detalhadamente alguns desses fatores.

Na base do conflito internacional estava a posição do dólar como moeda reserva do sistema mundial. A contradição de um sistema internacional que utilizava uma moeda nacional como moeda reserva, dava aos Estados Unidos uma grande vantagem econômica. A crescente emissão de moeda para o financiamento de altos gastos públicos americanos, como os programas sociais do presidente Kennedy e, principalmente, a Guerra do Vietnã (que gerou excesso nos gastos armamentistas), injetaram no mercado mundial um volume desmedido de dólares. Esse quadro fez com que os parceiros dos Estados Unidos no acordo de Bretton

Woods¹, passassem a questionar o valor ou a paridade dessa moeda. Esse processo resultou em uma grande especulação mundial contra o dólar, dificultando aos norte-americanos manterem a paridade. Em 1971, por conta dos deficits interno e comercial dos EUA, acompanhados por desequilíbrios no balanço de pagamentos entre os principais países, não era mais possível manter o lastro e o presidente norte americano Richard Nixon quebra o acordo de Bretton Woods e faz flutuar a principal moeda do mundo. A partir do dólar, a progressiva flutuação da taxa de câmbio das principais economias mundiais após 1973, foi acompanhada de uma redução do dinamismo do comércio internacional.

A crise do sistema financeiro-monetário internacional está intimamente ligada com a perda de competitividade da economia norte-americana a partir do avanço dos competitivos produtos alemães e japoneses a partir de 1960. Com os recursos recebidos para a reconstrução no pós-segunda guerra, esses dois países fizeram grandes investimentos em inovações para o seu sistema produtivo, criando condições para que conseguissem se reestruturar de forma sólida e, assim, disputar e conquistar mercados europeus e americanos.

À crise de superprodução se sobrepôs à crise do sistema monetário internacional definido em Bretton Woods. Essas duas crises estavam articuladas. A perda da competitividade da economia norte americana, fruto do avanço japonês e alemão a partir da década de 1960, dos modestos ganhos de produtividade do trabalho e da forte elevação dos salários, e os gastos com a guerra fria minaram a posição do dólar, que não aguentou manter a paridade estabelecida em 1944 e a abandonou em 1971 (CORSI, 2006, p. 21).

Segundo Camargo, “adicionalmente, o movimento cíclico descendente foi impulsionado pela elevação abrupta dos preços do petróleo, em dezembro de 1973”. (CAMARGO, 2010, p. 204). Desenvolve-se a partir desse ano, um processo de crise na economia mundial. Como todas as atividades econômicas estão direta ou indiretamente relacionadas com o petróleo, a crise se propaga por toda a economia mundial: os mercados internacionais, frente à queda do consumo dos derivados do petróleo, passaram a restringir e a fechar suas economias às importações; dessa forma gerou-se, em muitos países, uma capacidade produtiva ociosa, resultante da superprodução e da escassez de mercados importadores; os países com ampla capacidade produtiva foram obrigados a frear sua

¹ A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, estabeleceu, em julho de 1944, o “Acordo de Bretton Woods”. O acordo continha regras e procedimentos para regular a política econômica mundial pós segunda guerra. A conferência estabeleceu que todos os países deveriam manter a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar. O dólar seria, portanto, lastreado em ouro e passa a ser a moeda mais importante do mundo. A Conferência também criou o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

produção por falta de mercados, desencadeando demissões que geraram retração do consumo em amplas camadas sociais. A crise generaliza-se, dificultam-se as vendas no mercado interno e no externo, que forçam a diminuição da produção, a busca por redução de custos e a preferência por maior liquidez. Segundo Carneiro (2002), a crise mundial dos anos 70 é caracterizada como uma crise de superprodução, inserida em um contexto de esgotamento tanto tecnológico, quanto das formas de organização da produção, de acirramento das lutas de classes e de questionamento crescente do próprio capitalismo.

Em linhas gerais, como indica Corsi (2003), a partir de 1970 o capitalismo entra em uma fase de estagnação econômica, seguida por baixo crescimento e significativa diminuição de investimentos. A crise multifacetada dos anos 70 acabou por adquirir um caráter profundo e estrutural, resultando, já na segunda metade da década, em uma reestruturação do sistema capitalista em vários níveis, principalmente nos EUA e na Inglaterra, através de uma etapa de radical reorganização que buscava uma nova hegemonia do capital – um processo mundial que ficou conhecido como globalização ou mundialização do capital (CORSI, 2003; SINGER 1987).

Esse processo está ligado com a formação de um mercado interbancário supranacional, que será a origem do mercado financeiro global de hoje. Esse mercado inicia-se no começo dos anos 1960, com a adoção de uma legislação pela Inglaterra que permite a formação de um mercado interbancário sem o controle do Estado, a fim de atrair mais capitais para Londres. Essa legislação vai sendo pouco a pouco imitada por outros centros, dentro e fora da Europa iniciando-se então, a formação de um mercado financeiro supranacional.

Inicialmente quem aplica neste mercado são os países socialistas e as empresas norte-americanas. Essas empresas optavam por não repatriar os lucros obtidos nas suas filiais (espalhadas pelo mundo), aplicando-os nesse mercado emergente, devido à legislação que tentava conter as exportações de capitais a partir da taxação dos fluxos, instituída pelo presidente estadunidense da época, Lyndon Johnson. Dessa forma, ao longo da década de 1960, esse mercado (chamado de Euromercado) vai se expandindo e absorvendo também o excesso de dólares emitidos pelos Estados Unidos para saldar seu déficit público. Em 1974, com o enorme superavit dos países produtores de petróleo, consequência do aumento substancial do preço, um montante considerável de dinheiro é aplicado no Euromercado, inchando-o ainda mais.

Com o início da crise de superprodução, o capital produtivo, com dificuldade de escoar produtos e de obter lucros na produção, também migra para o setor financeiro e para os investimentos especulativos. “Uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra,

presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros” (ANTUNES, 2002, p. 32). O resultado desse processo é que no decorrer dos anos 1970, todo o dinheiro investido no Euromercado foi aplicado em empréstimos mais flexíveis, com taxas de juros baixas, principalmente aos países do Terceiro Mundo.

Nesse contexto, a América Latina está em um movimento oposto aos países potência, ou seja, está empenhada no crescimento e desenvolvimento de seu parque produtivo, porém encontra-se carente de recursos para investimentos em suas economias. Os países da América Latina constituem-se como uma alternativa interessante ao capital ocioso aplicado no Euromercado, dado aos seus altos patamares de valorização. É tal conjuntura de liquidez internacional, que tornou possível aos países da periferia, a aquisição de grande fluxo de capitais internacionais no período. Neste momento, os capitais estrangeiros que entram na região, em parte, destinam-se a financiar programas de desenvolvimento, mas já se observa de forma crescente - à medida que as taxas de juros de vários países latino-americanos começam a se elevar acima da taxa internacional - um movimento especulativo.

No Brasil, a partir de 1974, a crise internacional e os desequilíbrios estruturais internos resultariam em um período de lenta desaceleração da economia que se estenderia até a crise do modelo desenvolvimentista na década de 1980. O “Milagre Econômico” brasileiro, que se estendeu de 1968 a 1973, apresentava nos finais de 1973 sinais de esgotamento, embora a economia estivesse longe de uma situação de estagnação econômica. Desta forma, fazia-se necessário a determinação de uma nova política econômica.

Ao longo da fase expansiva anterior, foram gerados graves desequilíbrios entre os setores da economia, o que gerou pontos de estrangulamento em importantes setores. “Esses desequilíbrios alimentavam a inflação, tornando inúteis as tentativas de controlá-la por meio de controles de preços, e agravavam os déficits nas contas externas” (CAMARGO, 2010, p. 208).

Uma das alternativas presentes no contexto, era a do ajuste econômico recessivo com corte de gasto público, corte de crédito, corte de investimentos e controle da emissão da moeda (o excesso de moeda gerava ainda mais a alta dos preços e inflação). Porém, o governo do General Geisel (que assume em março de 1974), partindo da avaliação de que a crise internacional seria passageira, optou pelo retardamento do ajuste econômico ao novo quadro internacional e adotou a estratégia de mudança estrutural da economia brasileira, consubstanciada em um ambicioso plano de expansão produtiva por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Essa opção atendia também à estratégia de

legitimação do regime militar, pois constituía a possibilidade de preservar os interesses domésticos que lhe davam sustentação (BONELLI; MALAN, 1993).

O II PND propunha a expansão econômica por meio de transformações estruturais com ampliação do investimento, buscando alcançar equilíbrio no desenvolvimento entre os setores da economia. Tratava-se de implementar um padrão de acumulação centrado no departamento I (bens de capital), constituindo uma estrutura industrial avançada e completa. O Plano visava não só uma tentativa de completar o processo de industrialização da economia brasileira, mas também uma resposta ao processo de desaceleração no qual entrara o país com o “fim do milagre” (SERRA, 1984).

O problema, no entanto, era o financiamento do Plano. A partir do diagnóstico da insuficiência de capital nacional para a realização do II PND verificou-se que o Estado deveria agir como indutor de uma nova fase de desenvolvimento do país, caso contrário, poderia haver estagnação econômica, abalando ainda mais a débil popularidade do Regime Militar (DAVIDOFF, 1984).

Com isso, o governo busca as velhas fontes de financiamento. Aproveitando-se da ampliação da liquidez internacional, criada especialmente pelo Euromercado, Geisel recorre ao financiamento por meio de empréstimos de capitais internacionais. A “importância do financiamento externo para a economia brasileira durante o período de crescimento acelerado após 1968 foi decisiva” (CARNEIRO, 2002, p. 84- 85). Desta forma, houve indução ainda maior do endividamento externo e é por meio de tal financiamento que o governo financiará o II PND.

A partir da segunda metade da década de 1970 a situação da contas externas brasileiras sofreu uma continua piora, agravada pela deterioração da situação da economia mundial. Deterioração que culminou no segundo choque do petróleo e no choque de juros levado a cabo por Reagan. Esse processo desembocaria na crise da dívida externa no início dos anos 1980.

A elevação das taxas de juros internacionais pelos EUA em 1979, deveu-se à nova estratégia adotada pelo país para superar os impactos da segunda crise do petróleo e recuperar o dólar. Com a política de elevação dos juros da dívida dos países devedores, os EUA esperavam superar a crise interna, causada pelo aumento dos preços dos derivados do petróleo, minimizando os impactos deste na economia americana. Isso porque o aumento dos juros além de atrair investimentos internacionais tornava possível controlar a demanda interna de capital, evitando com isso a inflação. Ainda, a atração de capitais internacionais possibilitaria drenar parte da liquidez internacional.

Somou-se à política de aumento dos juros, uma política de abertura comercial que tinha como objetivo aumentar a concorrência interna, e assim pressionar os preços para baixo. Desta forma:

“A reação norte americana veio a partir de 1979 com a forte elevação dos juros, acompanhada da desregulamentação dos mercados. Estas medidas recolocam o dólar como moeda chave do sistema internacional, embora tenha gerado, juntamente com o segundo choque do petróleo, profunda crise internacional, que atingiu particularmente os países endividados da periferia” (CORSI, 2006, p. 22).

Os governos das principais potências mundiais (EUA e Inglaterra), passaram também a enxugar gastos, isentando o Estado dos gastos públicos. Esse contexto, associado ao impulso socialista dado pela URSS durante a Guerra Fria, recolocou em cena correntes econômicas a favor da restrição do poder político do Estado, o que levou à retomada de uma antiga discussão iniciada, no século XVIII, pelo filósofo e economista escocês Adam Smith. A doutrina conhecida como liberalismo, foi reformulada após a Segunda Guerra Mundial, por Frederick Hayek e Milton Friedman, como crítica ao keynesianismo, ao socialismo e ao facismo. O neoliberalismo, em oposição a outros modelos econômicos, foi ganhando espaço entre as elites das economias centrais, uma vez que a crise e a consequente inflação e baixa lucratividade foram atribuídas à má gestão pública (COUTINHO, 2013). Segundo o neoliberalismo, o Estado deveria reduzir suas funções, principalmente as sociais, deixando aos mercados a tarefa de se autorregular e garantir o bem estar de todos.

A difusão das idéias neoliberais foi rápida e expansionista. Logo governos de grande expressão mundial como o de Augusto Pinochet (Chile, 1973), Margareth Thatcher (Reino Unido, 1979) e de Ronald Reagan (EUA, 1980), adotaram o modelo e fizeram-se de exemplos para todo o mundo. O marco da difusão mundial do modelo neoliberal veio em 1990 com a adoção pelo FMI do Consenso de Washington², buscando com isso, ajustar os países em desenvolvimento que passavam por dificuldades, através do refinanciamento da dívida externa. João Sicsú descreve brevemente como foi estabelecido o Consenso de Washington:

As idéias neoliberais foram organizadas em uma plataforma de ação que ficou conhecida como Consenso de Washington. Tal plataforma foi elaborada em uma reunião de economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Departamento do Tesouro norte-americano, que aconteceu em novembro de 1989. O Consenso de Washington definiu em tópicos o que os países não desenvolvidos deveriam fazer para alcançar o pleno desenvolvimento (SICSÚ, 2013, p. 36).

² Consenso de Washington é uma expressão criada pelo economista John Williamson, em 1990, para designar um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico para países em desenvolvimento, formuladas pela principais instituições financeiras mundiais em novembro de 1989.

O receituário formulado tinha como base a liberalização dos mercados financeiros, o fim de regras que impediam a livre circulação de mercadorias e a redução dos gastos públicos com empresas estatais (através de privatizações), educação, saúde, previdência e políticas sociais e trabalhistas, agravando assim, o quadro social de países em desenvolvimento.

O processo de adesão ao neoliberalismo pelos países da América Latina teve algumas especificidades. A escassez de recursos internacionais, bem como a elevação dos juros, que tornavam os restritos empréstimos disponíveis muito mais caros, tiveram impactos significativos sobre os países da América Latina. De acordo com Carneiro, “Durante toda a década de 1980, os países periféricos estiveram submetidos a assim chamada crise da dívida e que consistiu num drástico racionamento de financiamento externo” (CARNEIRO, 2002, p. 119).

No caso do Brasil, a estratégia de crescer com financiamento externo tornou-se inviável com a crise da dívida externa. Não só passou a faltar investimentos externos, como ainda o país se viu frente a uma nova dinâmica de transferência de recursos para o exterior em prol do pagamento de serviços e amortização parcial da dívida externa (CARNEIRO, 2002).

Com a elevação dos juros da dívida externa, somados a dificuldade para exportar produtos brasileiros e a deterioração dos termos de troca devido à crise internacional, o superávit comercial não era mais suficiente para cumprir com os serviços da dívida. Ou seja, com o fechamento dos mercados internacionais, que geravam dificuldades para atingir não só antigos parceiros comerciais, mas também para atingir novos mercados que pudessem proporcionar aumento de vendas e lucros, o pagamento da dívida sufocava cada vez mais as possibilidades de crescimento da economia brasileira. O desenvolvimento do processo de endividamento externo ultrapassou as possibilidades do balanço de pagamentos do país, que se valia de superávit para estabilizar suas contas externas. Este aumento desmedido da dívida externa somou-se a queda de superávit estagnando a economia interna e freando o crescimento do país. Segundo Singer:

“entre 1979 e 1982, as somas que se adicionavam à dívida externa não entravam no país, servindo para pagar os juros de empréstimos anteriores e para ‘rolar’ o principal vencido a cada ano. A acentuada dependência financeira fez com que, a partir de 1980, o governo brasileiro passasse a atender as exigências dos banqueiros internacionais no sentido de pôr em prática medidas de política econômica de ‘ajuste’ recessivo (...) [Nesse sentido,] a crise econômica resultou do estrangulamento externo, provocado pelo avolumamento da dívida externa e pelo aumento do seu serviço, resultante da rápida elevação da taxa internacional de juros, a partir de 1970, tudo isso combinado

coma deterioração dos termos de intercâmbio, ocasionado pelo 2º choque do petróleo e pela recessão internacional” (SINGER, 1987, p.32-33).

Para Carneiro, no caso do Brasil, a crise da dívida externa pode ser dividida em duas fases. A primeira que vai de 1979 a 1982, marcada pelo racionamento de novos financiamentos, sem a implicação da transferência direta de recursos nacionais para o pagamento de juros. A dívida pública contratada a taxas flutuantes, passa de 25,2% do PIB, no período 1971-73, para 51,8% em 1974-78 e 64,4% em 1979-82. Para Fiori, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a economia brasileira ficou exposta a quatro choques fatais:

“[...] elevação das taxas de juros internacionais; recessão na economia mundial; deterioração dos termos de troca e interrupção do financiamento externo depois da moratória mexicana. Foram estes os principais fatores que submeteram a economia brasileira a uma severa crise do balanço de pagamentos e que obrigaram os governos da década de 80 a fazer uma política de promoção ativa das exportações e de controle das importações, para dar conta do serviço da dívida externa. Como consequência, o país viveu uma recessão seguida de redução da taxa média de crescimento, a que se somam várias desvalorizações cambiais e a aceleração da inflação.” (FIORI, 2003, p. 194 -195)

Esta primeira etapa foi seguida pela segunda, que vai de 1982 até 1989. Esta nova fase da economia brasileira seria marcada por crescente transferência de recursos para o exterior. De acordo com a análise de Carneiro, “depois da ruptura do mercado internacional de crédito em 1982, abre-se, após 1983, um período de crescente transferência de recursos para o exterior” (CARNEIRO, 2002, p. 121). A escassez de recursos é aprofundada nos anos consecutivos, sobretudo a partir de 1985 quando o racionamento “(...) converte-se em supressão absoluta de novos financiamentos, implicando pagamentos crescentes ao exterior” (CARNEIRO, 2002, p. 121). Segundo Davidoff, nesse período:

[...] manifestava-se um aparente paradoxo: o endividamento externo, justificado como um elemento de superação de ‘constrangimento externo’, como potenciador do crescimento econômico, revelava-se o contrário, ou seja, um elemento agudizador das dificuldades externas ou, radicalizando o argumento, um elemento de geração de ‘constrangimentos externos’ (DAVIDOFF, 1984, p.27).

Buscando administrar a crise do endividamento externo, ainda em 1981, o então ministro do Planejamento, Delfim Neto, através de exigências externas, inicia uma política recessiva ortodoxa, buscando o ajustamento das contas externas e tendo como horizonte a queda da inflação. Na tentativa de alcançar esses objetivos, o governo passa a liberar a taxa de juros, a restringir o crédito interno, a cortar o gasto público e a desvalorizar fortemente a

moeda, o que resultou em um período de profunda crise econômica e aumento dos patamares de inflação. Dentre as medidas adotadas, o desaquecimento da demanda, que reduziu as importações e aumentou as exportações, buscou diminuir a dependência de empréstimos internacionais (DAVIDOFF, 1984; SINGER, 1987).

Estes ajustes fortalecem interesses de setores específicos das classes dominantes. Há, nesse sentido um fortalecimento de setores ligados às instituições financeiras, somado aos interesses do setor exportador que desejava a abertura da economia brasileira. Neste bojo, observa-se uma deterioração das finanças públicas, pois com a recessão, há queda destas receitas, somando-se ainda aos gastos com subsídios (proalcool, exportadores, etc.) e estatização da dívida.

Paralelamente, o Estado passou a emitir títulos da dívida pública no mercado interno³, acumulando grande dívida interna. Em meio às duas dívidas o Estado debilita-se no que tange ao papel de financiador de investimentos. O parco investimento estatal combinou-se com a imobilidade dos investidores privados. A falta de perspectivas de crescimento e lucratividade levou ao decréscimo dos investimentos privados no país. Desta forma, a crise financeira impactou profundamente a dinâmica interna da economia brasileira, produzindo um quadro geral de estagnação.

Com a exigência de uma exacerbada política recessiva por parte do FMI, evidencia-se um aumento exponencial da inflação impactando diretamente os salários, fazendo eclodir a ascensão do movimento sindical, sobretudo entre os trabalhadores metalúrgicos do grande ABC paulista. Para Singer:

A desvalorização cambial teve um efeito propulsor enorme sobre a inflação, apesar da indexação parcial dos salários, porque a pressão dos credores – então hegemônica – impôs a indexação plena dos ativos e passivos financeiros. Além disso, o corte parcial dos subsídios creditícios à agricultura combinado com o malogro das colheitas, em 1983, ocasionou uma explosão de preços dos alimentos, dobrando o patamar de inflação. Quando esta última ultrapassou os 200% anuais, o conflito de credores e devedores se agudizou, com vantagens em geral para os primeiros, que foram reforçados pela passagem ao seu lado de boa parte dos capitais parte dos grandes capitais não-financeiros, os quais reduziram seus investimentos produtivos e passaram a aplicar a juros suas sobras de caixa (SINGER, 1987, p.38)

Neste contexto, a forma encontrada pelas empresas e oligopólios para ampliar os lucros foi através da elevação dos preços, combinada ao arrocho salarial. Assim, de acordo com Carneiro, pode-se dizer que “foi o aumento das margens de lucro das grandes empresas

³ O governo passa a emitir os títulos da dívida pública por várias razões: 1- grande parte da dívida externa era privada e o Estado, ao longo dos anos 80, por diversos motivos, foi assumindo-a e a tornando pública; 2- em um momento de crise e consequentemente queda da arrecadação, para pagar os juros de empréstimos anteriores e para “rolar” o principal vencido da dívida, contraditoriamente, o governo acaba por aumentar o seu endividamento; 3- a taxa de juros elevada dificulta a rolagem da dívida; 4- paralelamente, o Estado estava intensificando a entrada de recursos no país através das exportações, no entanto, esses recursos poderiam agravar a inflação e, para conter a liquidez, a saída foi lançar mais títulos. Sobre esse assunto ver Davidoff e Singer.

que constituiu o fator predominante de aceleração da inflação durante o período” (CARNEIRO, 2002, p. 210). O Brasil viveu, portanto, duas crises no início da década de 80: uma econômica, causada pela política recessiva imposta pelo FMI, e outra monetária.

Em síntese, a crise da década de 80 resultou em explosão da inflação, baixo crescimento e altos endividamentos estatais. A ausência de um projeto estratégico e de um novo padrão de desenvolvimento acabou por favorecer medidas de curto prazo que tenderam a manter o estado de hiperinflação e acentuar as incertezas e instabilidades econômicas. Devido a crise, a década de 80 ficou conhecida como a “década perdida”. Para Fiori (2003).

“Diante de uma recessão e inflação sem precedentes, balcanizado e com suas elites civil e militar imobilizadas pelas divisões, o Estado choca-se, no limite, com os próprios pressupostos de sua força: a inviolabilidade da terra e dos grupos financeiros privados quanto à valorização especulativa; a proteção conferida a certas improdutividades; a autonomia decisória do capital estrangeiro; a aversão ao controle dos fluxos de financiamento externo; e finalmente, a sua própria e natural falta de autonomia perante esses vários interesses. O Estado desenvolvimentista alcançou, enfim, o limite da eficácia possível de sua intervenção” (FIORI, 2003, p. 186).

O parco investimento estatal combinou-se com a imobilidade do empresariado e dos investidores privados. A falta de perspectivas de crescimento e lucratividade levou o país ao decréscimo dos investimentos privados. Desta forma, a crise da dívida impactou profundamente na dinâmica interna da economia brasileira, produzindo um quadro geral de estagnação. Para Carneiro, desarticulou-se todo o padrão de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro até então, que era ancorado sobre investimentos externos. Nas palavras do autor, a crise acarretou a “(...) desarticulação do padrão de desenvolvimento vigente por décadas na economia brasileira, no qual o investimento público e o do setor produtivo estatal desempenharam o papel indutor do investimento privado” (CARNEIRO, 2002, p. 149-150). Com a falta de investimentos estatais e privados deixou-se de ampliar a produção de acordo com o aumento da demanda interna. Com isso, a capacidade produtiva atingiu seu ponto máximo, eliminou-se a capacidade ociosa produtiva. Ou seja, estagnou-se a produção.

A partir da década de 1990, o país encontra-se pressionado. O governo brasileiro procura definir uma nova forma de inserção na economia internacional, que possibilite controlar a inflação brasileira, que não necessite de altos investimentos e nem implique altos riscos objetivos para o capital. É nesse período que a economia brasileira passa por um importante processo de reorganização que acabaria por definir um novo modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro: ajuste ao modelo neoliberal, desregulamentação financeira, enxugamento dos gastos do Estado e abertura comercial. Segundo Filgueiras:

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital [...] e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 – que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989. (FILGUEIRAS, 2006, p. 180-181).

Nesse período havia um consenso no interior do bloco dominante sobre a implementação do projeto, no entanto, os diversos setores da burguesia divergiam quando se perguntavam como deveria se dar a abertura, já que atingiria de forma bastante diferenciada os diversos setores. A burguesia industrial insistia em um projeto de longo prazo que visasse a modernização e o aumento da competitividade da estrutura produtiva do país. A agroindustrial e a financeira priorizavam o combate à inflação e uma ampla e irrestrita abertura econômica aos mercados externos (FILGUEIRAS, 2006). A eleição de Collor no final de 1989, marcou a unificação da burguesia e consequentemente, sua vitória sobre a classe trabalhadora. Collor deu início ao projeto neoliberal nas diretrizes econômicas brasileiras. Segundo Gonçalves:

Ao longo dos anos 80 e, principalmente, no final desse período, os custos crescentes da instabilidade econômica, os interesses dos grupos dominantes, as pressões internacionais e os riscos de perda de legitimidade do Estado convergiram no sentido de direcionar o país para medidas liberalizantes [...] O auge desse processo é o Governo Collor (1990-1992), cuja ruptura com o modelo desenvolvimentista fundou os marcos do liberalismo econômico, que seria dominante no país nas décadas seguintes. Essa liberalização atingiu, ainda nesse governo, as esferas comercial e financeira das relações econômicas internacionais. Assim, iniciou-se o processo de significativa liberalização das importações e dos fluxos internacionais de capitais. (GONÇALVES, 2013, p. 50)

Durante os primeiros anos da década de 1990, o discurso do governo brasileiro priorizava a abertura econômica sob o pretexto de ajuste aos novos padrões da economia mundial. O neoliberalismo seria, segundo o argumento oficial, a única alternativa ao esgotamento do modelo desenvolvimentista. A promessa de maior riqueza, crescimento econômico e estabilidade seriam alcançadas passivamente de acordo com as condições determinadas pelo mercado mundial. O país seria, enfim, um país de “primeiro mundo” (POCHMANN, 2002).

Nesse contexto, o governo Collor foi marcado pelo combate à inflação e liberalização fiscal e financeira. No ano de 1989 a inflação chegou ao patamar de 1.782,89% e em 1990, ano da posse de Collor, a inflação chegou a 56% em janeiro, 73% em fevereiro e 84% em março. O Plano Collor, posterior a março, conseguiu conter a onda inflacionária momentaneamente, no entanto, passado alguns meses, a inflação voltou galopante e o país

entrou em uma profunda recessão. Após o fracasso do Plano de Estabilização do Brasil Novo e durante o Plano Collor I, o governo deu início à reforma do Estado implementando o Programa Nacional de Desestatização (PND), sob a gestão do BNDES. O PND foi um amplo programa de privatizações das empresas estatais que, devido à crise, conseguiu extenso apoio político.

O Programa tinha por objetivos: mudar o papel do Estado, a fim de concentrar ações e recursos nas áreas sociais, permitindo através do capital privado, retomar investimentos nas empresas e atividades desestatizadas; reduzir a dívida pública, possibilitando ao governo o ajuste fiscal; estimular a competição através da concorrência e forçar o aumento da qualidade de bens e serviços ofertados. O quadro de privatizações começou com a Petrobrás Mineração S.A. e a Petrobrás Comércio Internacional S.A.. Ainda neste ano o setor siderúrgico entrou no processo com a privatização da USIMINAS. Em 1992 incluiu-se no programa o setor petroquímico e o setor de fertilizantes.

No entanto, a crescente instabilidade econômica, os fracassos dos planos de estabilização, dentre outros múltiplos fatores, resultaram no *impeachment* de Collor em setembro de 1992. Itamar Franco, seu vice, assume o governo e em junho de 1993 nomeia como ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso.

A eleição de Fernando Henrique em 1994, aconteceu devido ao apoio de Itamar Franco e à promessa de continuidade do Plano Real, elaborado por ele mesmo, em conjunto com vários economistas, durante seu cargo de Ministro da Fazenda no governo de Itamar. O Plano demonstrava ser vitorioso em reduzir drasticamente a inflação no país após a profunda recessão do período Collor, recuperando a economia a partir de 1993. Esse sucesso ocorreu devido ainda às facilidades da conjuntura financeira internacional e ao suporte conseguido através das privatizações.

As principais medidas do Plano Real foram: desindexação da economia, privatizações, equilíbrio fiscal, contingenciamento de gastos estatais, abertura econômica, políticas monetárias restritivas e adoção do câmbio valorizado e quase fixo. Além disso, a alta liquidez internacional do período possibilitou grandes fluxos de capital para a América Latina e viabilizaram planos de estabilização baseados no *Consenso de Washington* (estratégia de estabilizar a inflação a partir da abertura econômica e valorização da moeda). Esses fluxos de capital concentravam-se em atividades especulativas com títulos de dívidas e ações (CORSI, 2003). Beluzzo caracteriza o momento da seguinte maneira:

[...] Aproveitaram a abundância de dólares para matar a inflação, mas permitiram a valorização do câmbio, sob o pretexto de que a liberalização do comércio e dos

fluxos financeiros promoveria a alocação eficiente dos recursos, tanto do ponto de vista estático quanto da perspectiva da acumulação de capital.[...]Nessa visão, os ganhos de produtividade decorrentes de tais mudanças no comportamento empresarial seriam suficientes para dinamizar as exportações, atrair investidores externos e deslanchar um forte ciclo de acumulação. Mas, na vida real, a *abertura comercial com câmbio valorizado e juros altos* suscitou o desaparecimento de elos das cadeias produtivas na indústria de transformação, com perda de valor agregado gerado no país, decorrente da elevação dos coeficientes de importação em cada uma das cadeias de produção. (BELLUZZO, 2013, p. 105).

Duas fases distintas marcaram os rumos da política econômica de FHC. Primeiro vigorou um regime de câmbio administrado com a sobrevalorização do real⁴, graças ao sucesso do Plano Real, que gerou, no entanto, problemas na balança comercial. A partir de 1998, o Brasil optou por um sistema de câmbio flutuante, estabelecendo metas de inflação e superávits primário.

Outra importante política do período FHC, foram as privatizações. Nos anos posteriores a Collor elas continuaram e se intensificaram, ganhando largo alcance no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a grande predominância do capital estrangeiro. Desde o início do plano até 1997, foram privatizadas 52 empresas de participações acionárias estatais federais, localizada em grande parte na química e petroquímica e nos setores siderúrgico, de fertilizantes e de energia elétrica. Esse processo rendeu US\$18,25 bilhões ao Governo Federal. Isso só foi possível com a alteração do texto da Constituição de 1988 que previa o monopólio da União sobre a exploração e refino do petróleo e a exploração do gás natural, além de colocar a cargo do Governo Federal explorar diretamente, ou por concessão, serviços telefônicos, de telecomunicações, portos e serviços de transporte (PAULANI, 2008).

As privatizações representaram, nesse período, a entrada de volumes expressivos de investimento estrangeiro direto, evitando assim, a explosão da dívida pública, ajudando a financiar o déficit público. Com a privatização de 130 estatais até 2000, o Brasil arrecadou uma receita de US\$82,1 bilhões. Os setores de maior expressão no processo foram: telecomunicações, transporte (ferrovias, portos e estradas), energia elétrica, bancário e água e esgoto. Vale ressaltar, que a obtenção dessa receita não evitou a crise de 1999, onde a dívida pública chegou a patamares elevados⁵ (PAULANI, 2008).

⁴ Ao tornar o câmbio valorizado, o Estado incentivou as importações, aumentando a oferta interna e baixando a inflação. Devido à política que favorece a entrada de capitais no país (juros altos e privatizações) e a extrema liquidez do mercado mundial, cresce a oferta de dólares sem alterar a demanda. O Governo, portanto, estabelece uma relação não rígida entre dólar e real (de um pra um) e essa relação consegue se manter (SINGER, 1987).

⁵ Apesar da entrada de US\$82 bilhões no Brasil, isto não impediu o crescimento da dívida pública, pois paralelamente a esse processo, o Estado começa a majorar as taxas de juros, o que fazia com que a rolagem da dívida pública se tornasse muito cara. A elevação das taxas de juros foi o principal motivo pela explosão da dívida pública (os juros chegaram a 40% ao ano). Ao financiar a dívida nova, o Estado ficava impossibilitado de pagar os juros da antiga. Esse processo favoreceu o capital financeiro, uma vez que o dinheiro passou, através dos juros, ao capital privado especulativo (CANEIRO, 2002; FILGUEIRAS, 2007)

Durante os anos de 1990 a 1994, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se torna importante e indispensável ao processo de desestatização, uma vez que o Banco emprestava dinheiro a juros baixos para as empresas privadas comprarem as estatais e, depois das alienações disponibilizava programas de créditos para a expansão e modernização dessas empresas.

Entre 1990 e 2002, 165 empresas estatais foram privatizadas, arrecadando um total de US\$ 105 bilhões (US\$ 87 bilhões de receitas líquidas e US\$ 18 bilhões em transferências de dívidas). Do total de receita líquida, 48% teve como origem investidores estrangeiros. O BNDES concedeu US\$ 15,6 bilhões em empréstimos para 101 das empresas privatizadas; e ao final do processo, em 2003, o Banco detinha 87 empresas (14 diretas e 73 indiretas).⁶

Posteriormente, com o fim das privatizações, o PND passa a ser controlado pelo Ministério da Fazenda, as funções do Banco ficaram restritas, basicamente, às micros, pequenas e médias empresas, com uma atuação indireta através de fundos de investimentos fechados administrados por terceiros. A diminuição das funções do BNDES está atrelado a essa nova ideologia que o Brasil procurava seguir: a influência estatal deveria ser mínima e órgãos como o BNDES poderiam atrapalhar o andamento da economia. Difundia-se a ideia de que, ao abrir a economia para o capital e empresas estrangeiras, a concorrência impulsionaria as empresas nacionais, desenvolvendo o parque industrial e ampliando a participação brasileira no mercado mundial. Isso de fato não ocorreu, como elucida Paulani:

Desde a eleição de Collor, passou a ser voz corrente a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar gastos públicos, abrir a economia etc. Os ganhos prometidos iam do lugar ao sol no mercado global ao desenvolvimento sustentado, da manutenção da estabilidade monetária à distribuição de renda, da evolução tecnológica à modernização do país.[...] Assim, desde o início dos anos 1990, a agenda neoliberal foi colocada na ordem do dia como uma espécie de única saída para as emergências que nos afligiam, a saber, a irresolução dos problemas da dívida externa e a renitência do processo inflacionário (PAULANI, 2010, p. 120).

A inserção do Brasil na economia mundial, durante todo o processo de formação econômica do país, foi subordinada. Entretanto, aqui se trata de uma nova subordinação, agora sob o modelo neoliberal. Essa inserção expressou-se, entre outros aspectos, através dos crescentes desequilíbrios nas contas externas brasileiras que indicavam uma preocupante vulnerabilidade externa, deixando o Brasil a mercê dos voláteis fluxos internacionais de capital. O governo procurou, sobretudo, conquistar credibilidade externa para o processo de

⁶ Dados extraídos de: "Os Donos do Brasil: Analisando Padrões de Participação Societária em Empresas Brasileiras", do Centro de Pesquisas em Estratégia do Ibmec (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais).

financeirização da economia, aumentando os gastos com juros e encargos da dívida e reduzindo os gastos com investimentos e controlando os índices inflacionários (possível com a implantação do Plano Real). Sobre isso Paulani escreve:

A securitização dessa dívida e a internacionalização do mercado brasileiro de títulos de dívida pública, além da liberalização do fluxo internacional de capitais através da alteração operada nas então chamadas contas CC5 (contas exclusivas para não residentes, que permitiam, graças a uma lei de 1962, a livre disposição de recursos em divisas), fizeram as divisas voltarem aos cofres brasileiros. Elas estavam sobrando lá fora, sem ter para onde ir, mas não viriam para cá sem garantias mínimas de retorno e liberdade para voarem de volta, se farejassem qualquer perigo iminente). Graças a isso (um respeitável colchão de divisas), o Plano Real pôde fazer sua mágica de estabilização e resolver a outra emergência, isto é, a persistência de taxas de inflação de dois dígitos ao mês (PAULANI, 2010, p. 120).

Com a abertura neoliberal, a economia brasileira recebeu uma grande quantidade de capitais estrangeiros que, além das privatizações, também foram direcionados aos fundos de investimentos, aos fundos mútuos, às participações acionárias, à aquisição de controle acionário e à dívida monetária federal, via fundos de investimentos, de renda fixa ou variável. Nesse contexto, foram criados estímulos e incentivos ao ingresso desses capitais como a suspensão constitucional das diferenças entre capital nacional e estrangeiro, que permitiu ao capital internacional o acesso aos benefícios e empréstimos concedidos anteriormente apenas ao capital nacional.

Outro estímulo que acelerou a participação estrangeira no sistema bancário nacional, foi o voltado para ingresso de capital bancário estrangeiro com a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) em 1995 e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) em 1997. (NAKATANI; SABADINI, 2010)

O sistema financeiro brasileiro contou ainda com as poupanças da parcela mais rica da sociedade, reunida no sistema bancário, a partir de depósitos em poupança, depósitos a prazo e aplicações em fundo de renda fixa ou variável. Paralelamente expandiram-se as atividades das seguradoras e dos fundos de pensão. Sendo assim, “os capitais nacionais e estrangeiros, somados a todas as poupanças acumuladas pelas famílias, formam uma enorme massa de capital monetário à busca de valorização [...]” (NAKATANI; SABADINI, 2010, p.76-77).

Essa massa de capital é reunida pelo sistema financeiro através de suas instituições (sistema bancário composto por bancos comerciais e múltiplos, caixas econômicas, bancos de investimentos; seguradoras; e fundos de investimento e de pensão). Uma vez no sistema financeiro, o capital pode ser transformado em capital produtivo ou multiplicar-se de diversas

formas. Cabe ressaltar que os bancos comerciais ou múltiplos têm a capacidade de criação de moeda e captação de poupanças de qualquer valor; e os bancos de investimento gerenciam uma massa enorme de capital, fundamentalmente dos grandes capitalistas, sendo responsáveis pela maior parte dos financiamentos de longo prazo para a acumulação do capital na esfera real.

O sistema financeiro brasileiro foi afetado pela liberação dos fluxos internacionais de capitais; pela redistribuição dos gastos públicos, em especial a adoção da política de estabilização fiscal; e pelas reformas no ordenamento constitucional do país, capitaneadas pelo projeto de reforma do Estado implantado no governo FHC. Tudo isso somado à estabilização dos preços a partir do Plano Real, serviu de suporte ao jogo especulativo sob a tutela do capital fictício. Segundo Nakatani e Sabadi:

O capital bancário, considerando a relação somente entre os ativos dos bancos criadores de moeda, comerciais ou múltiplos, e o PIB, passa de 38,5% do PIB, em 1996, para 67,4% em 2006, e atinge o absurdo percentual de quase 80,0% em 2007. A tendência de crescimento é contínua e constante durante toda essa década [...] (NAKATANI; SABADI, 2010, p. 83)

A abertura econômica ao comércio exterior, os cortes no subsídio aos setores produtivos, a restrição dos gastos do governo, juntamente com a adoção da política de estabilização fiscal, contribuíram para a diminuição do crédito no Brasil durante toda a década de 1990, o que colocou em dificuldades o setor produtivo nacional.

Durante toda a abertura neoliberal, juntamente com o processo de privatização, a prioridade de Collor e FHC não foi a indústria nacional, ou seja, esses governos não especificaram áreas de maior interesse na economia, visando a inserção dinâmica do Brasil na economia mundial e a distribuição da renda.

Desde o início da implantação do projeto neoliberal, e como consequência dele, o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização, com redução de produtos intensivos em tecnologia, de alto valor agregado na pauta de exportações, além de uma forte redução da diversidade produtiva. As cadeias produtivas de pouco dinamismo e uso intensivo de recursos naturais e mão-de-obra se fortaleceram. Com as sucessivas crises internacionais e a suspensão do projeto de privatizações de empresas públicas, o Estado, ainda no segundo mandato de FHC, passa a adotar a política de superávits na balança comercial como forma de obter divisas para garantir o mínimo de estabilidade e capacidade de enfrentar crises

cambiais⁷. Esse é o embrião da política econômica que utiliza-se das exportações para manter a estabilidade em uma economia periférica. Essa política vigorou também no primeiro mandato de Lula.

Os produtos responsáveis pelo aumento das exportações do período e pela maior competitividade internacional correspondem ao que Filgueiras e Gonçalves chamam de “especialização retrograda” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), ou seja, há uma participação crescente de bens primários no valor das exportações. No caso brasileiro, a obtenção de saldo positivo na balança de transações correntes faz com que o crescimento dependa do mercado internacional, um tipo de dependência próprio da fase primário-exportadora, que o MSI (Modelo de Substituição de Importação) havia superado (BOITO, 2006).

Outro fato que demonstra que o governo não visou a inserção dinâmica do Brasil na economia mundial, foi que os principais movimentos de internacionalização foram feitos pelas próprias empresas. Alguns grupos consolidados atualmente, como Camargo Corrêa, Itaú, Bradesco, Grupo Votorantim⁸, iniciaram esse processo já na década de 90. O Programa Nacional de Desestatização abriu espaço para a compra de estatais a baixo custo por esses grupos, que já estavam em desenvolvimento elevado no país. Com a redução nos custos de produção, essas empresas tiveram condições de se internacionalizar sozinhas.

Empresas atuantes na área de cimento/construção civil e infraestrutura, como o Grupo Votorantim e Camargo Corrêa, considerados intensivos em energia elétrica, investiram nos anos 90, auxiliadas pelo Banco Bradesco, na compra de hidroelétricas e linhas de transmissão para garantir a autoprodução e energia e a venda do excedente para o mercado livre (LANDI, 2008).

A quebra de monopólios estatais com os processos de privatizações, reduziu de forma elevada a presença do Estado nas atividades produtivas, e fortaleceu capitais internacionais e grandes grupos nacionais. Pelas indicações a partir de trabalhos como os de Aloysio Biondi⁹, provavelmente entre um quinto e um quarto do PIB brasileiro mudou de mãos nos anos FHC, no bojo das privatizações e fusões. O capital internacional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram se transnacionalizar, aumentaram sua participação na economia e seu poder político.

⁷ Obtenção de dólares que serão remetidos à circulação internacional de capital.

⁸ Esses grupos, através de fusões e aquisições, assumem outra forma no Governo Lula. O grupo Votorantim Celulose e Papel e a Aracruz Celulose, por exemplo, fundiram-se, com o apoio do BNDES, criando a Fibria.

⁹ Ver Biondi (1999;2000)

Isto significa que o aparelho estatal foi crucial para a estruturação, evolução e dinâmica do modelo neoliberal, compreendida através de profundas mudanças na relação entre capital/trabalho e entre as distintas frações do capital; na inserção internacional do país e na própria estrutura e funcionamento do Estado.

Veremos a seguir, no próximo capítulo, a continuação desse processo nos oito anos de governo de Lula.

II

O GOVERNO LULA E A CLASSE DOMINANTE

Tinha um candidato a vereador que queria dinheiro para a campanha e eu falei: “Olha, eu não vou pedir dinheiro para a campanha. Se você quiser, eu te apresento algumas pessoas”. Daí ele disse: “Não, mas eu não quero conversar com empresário”. Falei: “Então você quer que um favelado dê dinheiro para a tua campanha?”¹⁰

Este capítulo pretende focar a análise nas medidas e políticas para a burguesia no governo Lula, pretendendo mostrar, sobretudo, quais foram as frações de classe beneficiadas nesse governo. Para tanto se faz necessário discutir o processo eleitoral de 2002, quando Lula se candidata pela quarta vez às eleições. A vitória dependeu da transformação do partido ao longo dos anos e de alterações na campanha entre o primeiro e o segundo turno. A fim de demonstrar esses fatores, retomam-se as eleições de 1989 e as posteriores candidaturas.

A análise econômica do período também é discutida, uma vez que as influências das medidas tomadas por seu antecessor e as posteriores consequências influenciam nas decisões políticas de Lula. Analisa-se, portanto, continuidades e rupturas entre FHC e Lula e o contexto internacional do período. Dentro disso, discute-se as políticas implementadas pelo governo em dois momentos, quais sejam, o primeiro e o segundo mandato, tentando mostrar que houve mudanças na condução da política nacional de um período a outro.

Por fim, demonstra-se como a escolha da continuidade do modelo neoliberal e as conseqüentes medidas econômicas e políticas colocadas em prática, afetaram as diferentes frações da classe burguesa.

2.1. ELEIÇÕES 2002

Em 2002, Lula entrou na sua quarta disputa presidencial. A primeira disputa ocorreu em 1989, nove anos depois da criação do Partido dos Trabalhadores. Durante essa década, a classe trabalhadora ascendeu a partir do ABC paulista. As greves e os protestos vinham ocorrendo desde o fracasso do Plano Cruzado. A Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB)

¹⁰ Em entrevista que Lula concedeu em 2013 à Emir Sader, publicada no livro “Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil”, p. 25.

enfrentou políticos de grande envergadura e teve como seu principal adversário Fernando Collor de Melo. O vice-presidente era João Paulo Bisol, Senador pelo PSB. Já na primeira tentativa, Lula conseguiu disputar o segundo turno a partir de 11,6 milhões de votos (16,08%) obtidos no primeiro¹¹.

Naquela época, Lula era muito diferente do que é hoje. Líder sindical, estava à frente do Partido dos Trabalhadores em um momento de ascenso popular e crise econômica que provocavam o abalo da confiança hegemônica da burguesia. Há muitas versões sobre esse turno eleitoral, uma delas é que a principal emissora de televisão do país, a Rede Globo teria forjado histórias criminosas contra Lula e o PT, além de transmitir o habitual debate entre os dois candidatos durante a madrugada e reprisá-lo no dia seguinte tendenciosamente para Collor. Não cabe a esse trabalho essa discussão, o fato é que uma semana antes das eleições, Lula aparecia empatado com Collor nas pesquisas de intenção, perdendo a eleição no dia da disputa por 4 milhões de votos (em valores aproximados, Lula obteve 31 milhões contra 35 milhões de Collor).

Em 1994, Lula disputou com o ex Ministro da Fazenda, formulador do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso. Nessa época, o Brasil vivia seus primeiros anos de modelo neoliberal e começava a superar a crise que se estendeu ao longo da década de 1980. A nova moeda, lançada em julho daquele ano, estabilizou os preços e virou destaque na propaganda eleitoral de FHC. O alívio da inflação que galopara nos anos anteriores, deu à população mais segurança pelo candidato do PSDB. Além disso, o PT não conseguiu convencer de que teria uma alternativa melhor do que o Plano Real. “o que o PT tinha era um conjunto de políticas sociais e o compromisso cada vez maior de evitar rupturas que afetassem a lucratividade do setor financeiro e uma vaga defesa do mercado interno de massas” (SECCO, 2011, p. 170). Lula perdeu para FHC no primeiro turno com 27% dos votos, contra 54%.

Em 1998, Fernando Henrique Cardoso disputou a sua reeleição contra Lula. Nessa época ainda não tinha estourado a crise monetária e o país vivia um regime de câmbio fixo com moeda valorizada. A coligação de FHC contava com os três maiores partidos da época: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O PT tinha o apoio do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fernando Henrique venceu Lula com 53% do votos, contra 32% já no primeiro turno.

¹¹ Todos os dados sobre as eleições foram retirados do site do TSE <www.tse.jus.br>.

Na campanha para as eleições de 2002, Lula resolve mudar de estratégia para vencer. Amparado por um dos maiores publicitários do Brasil, Duda Mendonça, Lula mudou as roupas, o discurso e a postura para concorrer mais uma vez à presidência. Além disso, o empresário José de Alencar como vice, serviu de estandarte para a postura do PT frente à burguesia. Uma nova fase marcou Lula e o PT nessa campanha. Agora o PT se declarava abertamente por uma aliança dos trabalhadores com a burguesia.

O então candidato à presidência, segundo o IBOP, estava obtendo a mesma margem de votos das eleições anteriores. Dessa forma, o segundo turno se tornou incerto. Lula precisava ampliar sua base de apoio pois, caso contrário, perderia pela quarta vez a disputa pela presidência: “[...] Em todas as eleições presidenciais, de 1989, 1994 e 1998, eu fui candidato. Então, quando eu fui disputar a quarta eleição, eu falei: ‘Não posso fazer a mesma coisa. Nós temos que fazer alguma coisa. Temos que dar um sinal diferente para a sociedade.’” (LULA apud SADER, 2013, p. 18). Emir Sader elucida o complexo jogo político do primeiro turno:

[...] Lula manteve nesse momento os pouco mais de 30% da preferência eleitoral histórica que o PT sempre teve, o que era suficiente para chegar ao segundo turno, mas não para triunfar. Daí, deu-se a crise da candidatura de Ciro Gomes – que liderava as pesquisas – do mesmo jeito que tinha acontecido com Roseana Sarney, sob o impacto de fortes campanhas sujas do Serra, ameaçado de ficar fora do segundo turno. Isso fez com que mais votos ficassem disponíveis, disputados aliás por Lula e Serra, e teve um impacto decisivo para definir o resultado final das eleições de 2002 [...]. (SADER, 2013, p. 138-139).

Vendo a possibilidade de vencer o segundo turno a partir dos votos disponíveis, o candidato do PT promove uma reestruturação de sua campanha. Foi então que, em junho de 2002, tentando acalmar os ânimos e ampliar a confiança no seu eventual governo, Lula lançou a “Carta aos Brasileiros”. O documento confirma o *aggiornamento* ideológico que as correntes majoritárias do partido vinham fazendo desde 1990, depois da derrota nas eleições em 1989 e da crise do socialismo (SECCO, 2011). Em várias passagens da Carta, Lula deixou claro qual seria a sua forma de governar e reafirmou a postura reformista da direção do PT¹².

Segundo o documento, “O novo modelo [...] Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”. Lula cita ainda, uma possível reforma

¹² Trata-se desse ponto mais detidamente no Capítulo III deste trabalho.

tributária que “desonere a produção”; afirma que irá “valorizar o agronegócio”; e se compromete a “honrar os contratos” que o país possui.

Após o documento, a base e a confiança aumentaram. A afirmação por parte do governo, de que asseguraria os contratos e o equilíbrio fiscal e monetário (política de metas de inflação, política de superávits primários para o pagamento da dívida, desvalorização do real) amenizou a insegurança do capital financeiro e o ataque especulativo que o país vinha sofrendo nas eleições. Essa postura, aliada a sua nova imagem estilizada, permitiu a vitória de Lula nas eleições de 2002 (SADER, 2013). O ex-presidente reconhece a importância da Carta para a sua vitória:

Depois nós fizemos a Carta ao Povo Brasileiro, que foi um documento muito necessário. Eu era contra. Aliás, eu era radicalmente contra a carta porque ela dizia coisas que eu não queria falar, mas hoje eu reconheço que ela foi extremamente importante. (LULA *apud* SADER, 2013, p. 18).

Sendo assim, a construção de alianças tornou-se imprescindível. Na própria Carta, Lula afirma: “Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país”. Além de escrever a Carta, o PT se coligou com partidos mais a direita, tais como o Partido Liberal (PL) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). Também obteve o apoio de grupos ligados ao Partido Progressista (PP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) também formaram a coligação. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) veio somar o bloco somente no segundo turno. Lula passou para o segundo turno com 46,44% dos votos e ganhou as eleições contra José Serra, com 61,27% dos votos.

Eleito, Lula fará o prometido. Estranho seria um governo cuja estratégia de desenvolvimento não representasse a sua base de sustentação. Contudo, há uma discordância na literatura quando o tema é continuidades ou rupturas em relação ao governo de Fernando Henrique. Não cabe a essa pesquisa analisar de forma extensa o debate acadêmico, uma vez que o assunto é amplo e não é o foco desse trabalho. Entretanto, sabe-se que o tema é significativo para entender o primeiro governo Lula e, portanto, faz-se aqui a retomada das principais posições do debate.

Para situar o debate político econômico, identifica-se três grandes linhas de abordagem. A primeira, governista, que tem como um de seus representantes Emir Sader,

acredita que Lula foi um governo pós-neoliberal. Isso porque priorizou as políticas sociais e não o ajuste fiscal; priorizou o intercambio Sul-Sul e não os tratados com os Estados Unidos; e priorizou o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda (SADER, 2013). Para esse autor:

Os governos do Lula e da Dilma representam uma ruptura com essas décadas, promovendo uma inflexão marcante na evolução da formação social brasileira. Por mais que o modelo neoliberal siga dominante em escala mundial e nosso próprio país ainda sofra os reflexos das transformações regressivas realizadas pelos governos neoliberais, os governos do Lula e da Dilma nos colocaram na contramão das tendências mundiais. (SADER, 2013, p. 141).

Mesmo admitindo a inserção subordinada do Brasil na economia mundial e as imposições que isso acarreta, Sader caracteriza o período Lula como um governo de resistência ao centro do capitalismo. Dessa forma, atribui todas as continuidades como uma imposição das decisões tomadas anteriormente por FHC e Collor, deixando claro que, nesses casos, Lula foi obrigado a continuar o que já estava em andamento. Na concepção pós-neoliberal de resistência, também se encontra Jorge Mattoso. Segundo o autor:

Depois de anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses rentistas e de ausência de políticas econômicas pró-desenvolvimento, fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas e de combate à pobreza, mais intensamente após 2006, com a mais efetiva articulação do econômico e do social e com o enfrentamento das crises internacionais com políticas inovadoras e anticíclicas. (MATTOSO, 2013, p. 116-117).

Esse autor partilha da concepção de Sader quando afirma que Lula é um governo que procura esboçar políticas neodesenvolvimentista com a continuidade de políticas neoliberais, uma vez que as decisões de seu antecessor não deixaram espaço para manobras mais radicais.

A concepção contrária acredita que houve continuidade entre os dois governos por uma decisão política, principalmente entre o segundo mandato de FHC e o primeiro mandato de Lula. Dentre eles estão, Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira e João Paulo de Almeida Magalhães. Esses autores admitem certas rupturas pontuais que não ferem a continuidade entre os governos.

Coutinho questiona: "[...] Que diferença substantiva existe atualmente, por exemplo, entre conservadores e trabalhistas na Inglaterra? Ou entre o governo FHC e o governo Lula no

Brasil?" (COUTINHO, 2010, p. 30). Enquanto Magalhães afirma que o primeiro governo Lula “não rompeu com o neoliberalismo, repetindo fielmente as linhas básicas de política econômica de seu antecessor, com iguais resultados em termos de baixo incremento do PIB” (MAGALHÃES, 2010, p. 21).

A crítica de Oliveira é um pouco mais contundente. Além de citar as continuidades dos dois presidentes, o autor ainda fala que Lula manteve nos cargos figuras conservadoras como: Henrique Meirelles (Banco Central); Nelson Jobim (Ministério da Defesa); Roberto Rodrigues (Ministério da Agricultura); Márcio Fortes (Ministério do Desenvolvimento e depois Ministério de Cidades); Romero Jucá (líder do governo no Senado e depois ministro da Previdência); Ronaldo Sardenberg (presidente Anatel); Jerson Kelman (diretor geral da Aneel); Fernando Bezerra (líder do governo no Congresso); e Renan Calheiros (principal aliado de Lula no PMDB). Segundo Oliveira, Lula ainda chamou para compor o governo, Jorge Gerdau Johannpeter, figura que está “entre os mais reacionários do meio empresarial.” (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Ainda sobre essa corrente, há aqueles que defendem uma continuidade do modelo, no entanto sob uma ótica diferente. Filgueiras discorre sobre isso:

A oposição de direita ao governo Lula, por sua vez, identifica o “novo momento” como resultado das reformas neoliberais implementadas durante a década de 1990 (governos Collor e FHC), bem como da maturação e persistência da mesma política macroeconômica iniciada no segundo governo FHC, após a crise cambial de janeiro de 1999, qual seja: metas de inflação, elevados superávits fiscais primários e câmbio flutuante. A orientação neoliberal e a política macroeconômica teriam tornado o capitalismo brasileiro mais competitivo, estabelecendo novas condições para o crescimento econômico. Adicionalmente, essa visão ressalta a “sorte” de Lula, por ter se beneficiado da fase ascendente de um novo ciclo de crescimento da economia mundial (2002/2008) [...]. (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 36)

A terceira corrente avalia que há continuidades, mas também há rupturas. Partem dessa concepção, entre outros, Armando Boito Jr., Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves. Esses autores afirmam que o pilar central do modelo continuou o mesmo até o fim do governo: política de juros altos, superávits primários e metas de inflação. Dessa forma, o programa do primeiro mandato é de continuidade em relação ao FHC, sendo a Carta aos Brasileiros o marco desse processo. Contudo, na medida em que a conjuntura internacional ficou favorável, permitiu-se certa flexibilização dessas políticas no segundo mandato. Lula agregou uma política social mais ampla e uma política de maior ação do Estado na economia, cujo um dos braços é o BNDES.

Para Boito, “não é exato afirmar, genericamente, que o Governo Lula é uma continuidade pura e simples do Governo FHC. O que ocorre é que o Governo Lula amplia e dá nova dimensão ao que foi iniciado no segundo mandato de FHC [...]” (BOITO, 2006, p. 259).

Filgueiras e Gonçalves (2007) acreditam em uma continuidade a partir da manutenção do mesmo modelo e da mesma política macroeconômica ortodoxa, mas, em virtude da conjuntura internacional favorável e da redução da restrição externa da economia, foi possível a flexibilização de algumas políticas, tais como: “redução da taxa de juros, ampliação do crédito e maiores gastos de investimento por parte do Estado”, além de possibilitar “a ampliação dos gastos com a política social focalizada e a adoção de uma política de aumento real do salário mínimo” (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 38). Para esses autores Lula estaria na fase de aperfeiçoamento e ajuste do modelo, ou seja, a fase de consolidação da hegemonia do capital financeiro. Sendo assim, o modelo seguiria sem as flexibilizações, caso a conjuntura externa não fosse favorável.

Este capítulo indicará a maior pertinência da terceira corrente. Acredita-se, portanto, que houve muitas continuidades no primeiro mandato, no entanto, no segundo, houve flexibilização do papel do Estado, cujo ator principal foi o BNDES. Houve ainda, uma ação do Estado em uma série de políticas sociais e econômicas e esboçou-se (já que pouco foi colocado em prática) uma política industrial que não se reduz ao PAC (algumas medidas esparsas e discursos sobre a necessidade de retomar a indústria). O BNDES levou uma política de redução de taxas dos juros e ampliação do crédito para investimento, em grande parte para os grandes grupos privados (financeiros e/ou industriais, voltados para o mercado externo e interno). Além disso, o governo abriu espaço no bloco dominante para o agronegócio, uma vez que sistema não se sustentava sem as exportações, como veremos mais adiante.

Cabe, portanto, fazer a análise concreta das ações políticas e econômicas do governo Lula, para dessa forma, demonstrar como se organizou o bloco de poder dominante e suas distintas frações de classe nesse período.

2.2. A ECONOMIA NO GOVERNO LULA

Lula assumiu a presidência em janeiro de 2003, sob forte pressão do chamado “risco Lula”. A inflação acelerou-se significativamente depois dos resultados das urnas, chegando à taxa anual em torno de 18%. Devido à fuga de capitais, havia o risco de instabilidade econômica, o que alarmou toda a assessoria do então presidente. Para conter esse processo, o governo, de forma coerente com a Carta, segundo Sader:

[...] nomeou uma equipe econômica conservadora e tomou medidas preventivas, um duro ajuste fiscal, com o objetivo de evitar os riscos inflacionários e de fuga de capitais. Em outro plano, promoveu uma reforma regressiva da previdência e uma inócua reforma tributária, na expectativa de tranquilizar os investidores e permitir uma retomada dos investimentos. (SADER, 2013 p. 140)

Leda Maria Paulani afirma que a adoção dessas medidas por parte do governo, recebeu amplo apoio da sociedade devido a tese de “emergência econômica”, segundo a qual, os condutores da economia produzem no imaginário popular um estado de caos econômico para justificar qualquer tipo de política restritiva. Na maioria das vezes, esse medo é inventado para produzir necessidades que auxiliem os governantes a colocarem em prática o que desejam. A autora afirma ainda, que esse estado de emergência de curta duração, passou a ser um estado permanente, ou seja, a prática essencial de condução da política, que perpassou todos os anos em que Lula governou. Para a autora:

Quando Lula assume e abraça com determinação inimaginável o receituário ortodoxo de política econômica, o discurso oficial justificou tudo isso com a tese de que estávamos à beira do abismo, de que a economia brasileira derreteria como manteiga e desfazia-se como gelatina, ou seja, que estávamos num típico estado de emergência que implicaria a admissão, mesmo por um governo “de esquerda”, mesmo por um governo do PT, de medidas o mais duras possível (e, até um mês antes, injustificáveis)[...]. (PAULANI, 2010 p. 123).

Sob o risco do descontrole inflacionário, ao assumir o governo, a equipe econômica de Lula passa a colocar em prática o receituário ortodoxo. Dessa forma, as primeiras medidas do governo foram: elevação do superávit primário, aumento da taxa de juros, corte de liquidez.

Com a radicalização das políticas, as taxas de inflação caíram. Segundo Filgueiras et al. (2010), no período 2003 a 2006, as taxas ficaram abaixo dos intervalos superiores estabelecidos pelas metas de inflação, sendo que em 2006 ficou abaixo da meta de 4,5%. A contrapartida foi uma nova valorização do real. João Paulo de Almeida Magalhães discorre sobre isso:

Inaugurado o governo Lula, a equipe financeira conseguiu rapidamente desacelerar a inflação. [...] Toda política econômica do país passou, assim, a girar em torno do cumprimento das metas de inflação. E o mais grave foi que, em função da tese neoliberal de que o válido em economia maduras serve também para as em desenvolvimento, o instrumento básico utilizado para o controle de preços passou a ser a elevação da taxa de juros, com o total abandono de alternativas como as políticas de rendimento, que constituíam as bases do Plano Real. (MAGALHÃES, 2010, p.27)

O regime de metas de inflação foi adotado pelo Brasil em meados de 1999, momento em que o Banco Central ficou como único responsável por manter a inflação sob controle e administrar a taxa de juros básica da economia. A utilização da taxa de juros como única medida anti-inflacionária, desaquece a economia e gera desemprego. O combate à elevação de preços pode ser feito através da redução de tributos e tarifas e com estímulo à produtividade. A combinação entre política de juros elevados e abertura financeira propiciou um aumento do volume de negócios financeiros no país, resultando em uma saída líquida de juros de US\$ 75,1 bilhões apenas no segundo governo FHC. Sendo assim, o total de ativos, tantos reais, quanto financeiros, de propriedade estrangeira, cresceu aceleradamente como resultado dessa política e dos benefícios a ele concedidos. A contenção das pressões inflacionárias em um contexto de reduzida capacidade de oferta da economia e baixos investimentos privados, acaba por desacelerar o crescimento econômico (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010).

Magalhães (2013) afirma a prioridade concedida às políticas fiscais, monetárias e creditícias, que se tornaram o eixo central da política econômica desde a década de 1990. Esses equilíbrios fundamentais são regras primárias do modelo neoliberal e atuam, sobretudo, para garantir a livre reprodução do capital financeiro. Embora visem a estabilidade econômica, essas políticas podem levar a contradições em longo prazo, devido, sobretudo, a estrutura dos países em desenvolvimento. O equilíbrio proposto exige elevadas taxas de juros e faz com essas taxas, contraditoriamente, gerem pressões futuras .

A prioridade dos governos FHC e Lula, portanto, passou a ser honrar os compromissos financeiros, ou seja, o pagamento dos serviços da dívida pública e sua amortização. Isso reflete as alterações provocadas pela adoção do modelo neoliberal. Dessa forma, a política fiscal deixa de ser realizada em favor do crescimento e passa a ser realizada para a conquista de credibilidade, visando conter fugas de capitais. O processo de financeirização da economia brasileira, que pode ser explicitado pela liberalização da conta de capital, aprisiona o país às percepções dos financistas, que procuram mercados de maiores lucros e baixos riscos. A Execução Orçamentária do governo federal revela as prioridades na consecução dos gastos públicos, mostrando claramente queda nos investimentos estatais com níveis crescentes de liberalização da conta de capital e aprofundamento da financeirização da economia (FERREIRA, 2010).

Analisando-se a Execução Orçamentária do primeiro governo Lula, verifica-se a centralidade concedida ao pagamento de juros sobre a dívida pública. O governo manteve a Lei de Responsabilidade Fiscal e elevou a meta de superávits primários para 4,25%, acima da meta imposta pelo FMI. O *boom* das *commodities* no início do século XXI multiplicou por mais de três o saldo positivo entre exportações e importações, passando de 13,2 bilhões de dólares para 46,4 bilhões de dólares entre 2002 e 2006. Esse fato associado à expansão da liquidez internacional a partir de 2004 e a revalorização do real, permitiram quadruplicar as reservas entre 2002 e 2006 e reduzir a relação dívida externa/PIB de 42% em 2002 para 16% em 2006 (SINGER, 2013). Em 2005, o governo quitou antecipadamente a dívida com o FMI que, no contrato original, se estenderia até 2007. Segundo Lula:

[...] Mas eu garantia que o acordo que saísse eu honraria e faria o que deveria ser feito no país. O ajuste fiscal que nós fizemos em 2004, pouca gente teria coragem de fazer e nós fizemos. O que aconteceu: um ano depois, eu estava devolvendo o dinheiro do empréstimo para o FMI e um ano e meio depois nós já tínhamos quase 100 bilhões de dólares de reservas. Esta também era uma coisa que eu tinha obsessão: era preciso ter um dinheiro em caixa para ganhar mais flexibilidade. Nós fizemos uma festa quando alcançamos 100 bilhões de dólares de exportação. Colocamos até um contêiner lá na frente do Ministério. (LULA *apud* SADER, 2013, p. 23).

Nesse caso, a utilização de um contêiner expressa de forma figurada o quanto as exportações foram necessárias para o pagamento da dívida externa. A política monetária e fiscal, extremamente conservadora contribuiu para a acumulação de reservas e construiu uma ampla credibilidade externa. Um dos efeitos colaterais da elevação do superávit primário foi o

crescimento da carga tributária que, através da Lei de Responsabilidade Fiscal, continuaram a ser destinadas para o Governo Federal, ou melhor, para o pagamento da dívida pública. A carga tributária elevou-se de 31,9% do PIB em 2003, para 35% em 2009, tendo na base da pirâmide a maior elevação real (GONÇALVES, 2013).

A prioridade concedida à estabilização monetária e ao ajuste fiscal é mantida, sobretudo, por um núcleo neoliberal que comanda a economia através do Banco Central. Em suma, segundo Paulani, as medidas ortodoxas englobaram: a manutenção de taxas de juros elevadas; o pagamento de parte da dívida externa; a realização de um superávit primário em torno de 5% do PIB; a reforma do sistema previdenciário; a aprovação da Lei de Falência, que coloca o interesse dos credores do sistema financeiro à frente dos trabalhadores; defesa da independência do Banco Central; o discurso sobre a necessidade de se conquistar definitivamente a credibilidade dos investidores externos através da contenção da inflação. (PAULANI, 2010, p. 124-125).

No entanto, essas políticas tiveram algumas modificações no segundo mandato de Lula. A partir de um contexto internacional extremamente favorável, a instabilidade macroeconômica diminuiu, possibilitando ao governo flexibilizar uma política que desde 2003 estava sendo extremamente ortodoxa. Contudo, essa flexibilização não representou uma ruptura no modelo, uma vez que o capital financeiro ainda permaneceu no centro. O modelo neoliberal continuou um pouco mais flexibilizado. De acordo com Singer:

Outra fase do governo começa com a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, em março de 2006, favorecendo a química com menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo que iria, depois, caracterizar todo o segundo mandato. Nessa etapa, que se estende até a irrupção da crise financeira internacional no Brasil (último trimestre de 2008), houve maior valorização do salário mínimo, alguma flexibilização dos gastos públicos e redução dos juros (SINGER, 2013, p.147).

A partir de 2007, ocorreu uma trajetória declinante da taxa de juros, com maiores taxas de crescimento do PIB. A Selic caiu de 19,75% em agosto de 2005 para 11,25% em setembro de 2007. Em 2008, devido à crise¹³, o BC aumentou a Selic para 13,75%, contrário à política governamental de reduzir os juros dos empréstimos para fomentar o mercado interno. Em 2009, o BC se alia ao governo e reduz a taxa para 8,75%. Em 2010, ela volta a

¹³ A crise dos títulos imobiliários, restrita inicialmente aos Estados Unidos, se expandiu e ganhou dimensão global quando se abriram perspectivas de acentuada desaceleração econômica, cuja evidências começaram a ficar nítidas no primeiro semestre de 2008, especialmente nas economias desenvolvidas. Além de dezenas de pequenos bancos e empresas, os maiores bancos de investimento dos Estados Unidos faliram. Algumas das gigantes corporações financeiras tiveram seu capital fictício quase totalmente desvalorizado, como a corretora Lehman Brothers (-99,7%), os bancos de crédito imobiliário Fannie Mae (-98,4%) e Freddie Mac (-98,8%), e a seguradora AIG (-91,7%). Dados disponíveis em Folha online, 16 de set. de 2008. Disponível em: < [HTTP://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2](http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2) > Acesso em 16 de setembro de 2011

subir para 10,75%¹⁴. Cabe ressaltar que, apesar das reduções, a taxa de juros brasileira ainda se mantém como uma das mais altas do mundo.

Com relação ao PIB, houve expansão a partir de 2007, retrocedendo um pouco em 2009, mas compensando o retrocesso em 2010. Em números, o PIB cresceu 6,1% em 2007, 5,1% em 2008, retrocedeu 0,6% em 2009 e crescendo novamente 7,5% em 2010. O PIB brasileiro foi de R\$ 3,675 trilhões em 2010. Com isso, a média de crescimento da economia no segundo mandato foi de 4,5%, 40% superior ao do primeiro mandato (SINGER, 2013).

A expansão do crescimento foi estimulada por diversos fatores, dentre eles a ativação de um amplo mercado interno de massa, através do aumento do salário mínimo, das políticas sociais focalizadas e do aumento do crédito tanto para a classe trabalhadora, quanto para setores da burguesia via BNDES¹⁵. Com a ativação do mercado interno, as empresas voltadas para dentro aumentaram o investimento para aproveitar as oportunidades, gerando postos de trabalhos que alimentaram ainda mais o consumo, movimentando a economia. Isso fez com que o país atraísse investimentos diretos, em busca de oportunidades abertas pelo crescimento da economia.

Além disso, as reservas internacionais continuaram a se elevar nesse período, a partir de 2007, o valor da dívida externa não ultrapassava US\$ 140 bilhões, enquanto as reservas internacionais eram superiores a US\$ 180 bilhões (GONÇALVES, 2013). Em 2009, o governo brasileiro se comprometeu a contribuir com US\$10 bilhões para reforços dos recursos do FMI. Essa política dá benefícios políticos externos ao Brasil, tais como participação das reuniões do FMI com maior poder voto, melhor visibilidade no G20 e maior visibilidade externa pela prática de solidariedade internacional através do Fundo. Em 2010, as reservas atingiram US\$ 240 bilhões e em 2013, o Brasil possuía US\$ 378,7 bilhões em reservas, dez vezes mais do que em 2003 quando o saldo era de US\$ 38,8 bilhões (SICSÚ, 2013). As taxas de inflação também cresceram um pouco, mas ainda situaram-se abaixo da meta. Os superávits primários foram flexibilizados. Este, em 2009 encontravam-se em torno de 2% (contra o máximo atingido de 4,83%), devido à política anticíclica implementada a partir de 2008 (GONÇALVES, 2013).

A flexibilização da política possibilitou melhores resultados em termos de controle da inflação, crescimento, emprego e salário, dívida pública, etc. Boito afirma que essa flexibilização deveu-se ao um núcleo desenvolvimentista no interior do Estado:

¹⁴ Fonte: Banco Central do Brasil.

¹⁵ Trata-se mais detidamente destes pontos no próximo capítulo.

Cumpre, todavia, reconhecer que esse governo se caracterizou por uma ambivalência no que se refere ao desenvolvimento econômico. Assim, embora não implementadas, duas políticas industriais foram aprovadas. Sempre existiu, em sua assessoria econômica, um importante núcleo desenvolvimentista que, inclusive, em 2008-2009, passou a ocupar postos tão importantes quanto o Ministério da Fazenda, o BNDES e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com seu altamente qualificado órgão de pesquisa, o Ipea. E este, em seus trabalhos e publicações, revelou uma opção claramente desenvolvimentista. (BOITO, 2009 ,p. 28)

A vulnerabilidade externa conjuntural, ou seja, momentânea, que depende da conjuntura de curto prazo, melhorou no governo Lula, expressando-se nos superávits da balança comercial, na redução da dívida externa e no acúmulo de reservas. Tudo isso devido ao contexto internacional extremamente favorável a partir de 2003, o que possibilitou o melhor desempenho das exportações e a livre movimentação do capital financeiro no país. Além disso, o crescimento da China e os efeitos de meia década de trocas comerciais intensas possibilitaram uma melhor ação do governo em diversas áreas, como veremos a seguir e no próximo capítulo.

2.3. O BLOCO DOMINANTE E AS FRAÇÕES BURGUESAS

Como já afirmado neste trabalho, a abertura comercial e a desregulamentação financeira, sobre as bases de uma política econômica pautada por taxas de juros altas, metas de inflação e superávits primários, faz parte do modelo neoliberal e atende aos interesses do capital financeiro. Este capital é hegemônico, mesmo em uma economia periférica, subordinada e altamente dependente do contexto internacional.

A desregulamentação, as privatizações e a abertura comercial, ao atenderem aos interesses do capital financeiro, causam conflitos entre as demais frações do bloco dominante. Isso porque existem setores da burguesia, como a burguesia industrial voltada para o mercado interno, que para obter melhores resultados necessitam de uma política protecionista, com baixas taxas de juros, onde o papel estatal é central.

A abertura comercial reduziu a proteção dos mercados internos. A valorização do real intensificou as importações e promoveu a brutal concorrência da indústria nacional com produtos externos, de menor preço, desestabilizando o setor industrial. A taxa de juros elevada inibiu o investimento, já que foi preciso pagar muito mais caro pelos empréstimos. E por fim, a desregulamentação que promoveu a desnacionalização e a diminuição do tamanho do Estado acabam por prejudicar o fomento à setores da indústria e o investimento em infraestrutura necessária ao desenvolvimento desse setor. Outro fator que prejudica o investimento estatal em infraestrutura são as políticas de obtenção de superávits primários,

causa também do déficit em investimento nos serviços públicos para a população em geral (FIORI, 2013, FILGUEIRAS et al., 2010, BOITO, 2006). Segundo Boito:

Dois aspectos dessa política foram particularmente criticados pela grande burguesia industrial interna: i) a abertura comercial (que o grande capital industrial, num discurso defensivo, reconhecia como necessária mas reclamava do seu ritmo acelerado) e ii) o nível da taxa de juros (objeto de reclamação permanente dos industriais). Não estamos dizendo que a grande burguesia industrial interna se levantou contra a hegemonia do capital financeiro. Já indicamos que a grande burguesia industrial usufruía dos demais aspectos do modelo neoliberal. Os grandes bancos são também seus aliados. Mas ela resistiu à política de juros e à política de abertura, procurando negociar os termos do predomínio das finanças. [...] (BOITO, 2006, p. 247-248)

Dessa forma, setores industriais de grande importância para o país, ou foram vendidos na década de 1990, ou foram negligenciados em detrimento do grande capital financeiro nacional e internacional. O modelo neoliberal provocou um processo de desindustrialização com diminuição na pauta de exportações dos produtos industrializados. Houve um processo de declínio dos setores mais sofisticados e ascensão de setores de baixo valor agregado, que processam, em grande medida, matéria prima, como por exemplo, os setores de mineração, papel e celulose e alimentos. Segundo Filgueiras e Gonçalves:

[...] Estudo do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior (MDIC, 2004) avalia a situação competitiva de 20 cadeias industriais, que respondem por 53% do faturamento da indústria brasileira, 63% das exportações e 67% das importações no país. O estudo identifica quatro tipos de grupos de indústria, com situações distintas, tendo em vista a possibilidade de uma maior liberalização do comércio exterior: (i) cadeias com menos ameaças ou mais competitivas (em geral, superavitárias) como café, papel e celulose, cítricos, couro e calçados, siderurgia e têxtil e confecções; (ii) cadeias com sérias deficiências competitivas (cronicamente deficitárias) como bens de capital, química e petroquímica, transformados plásticos, naval e informática; (iii) cadeias com oportunidades e ameaças localizadas e/ou que se anulam (têm produtos pouco transacionáveis no mercado externo, como cosméticos, madeiras e móveis e cerâmica); e (iv) cadeias nas quais predomina o comércio intrafirma (participam intensamente do comércio mundial e são, em geral, deficitárias) como automotiva, farmacêutica, eletrônica de consumo e tele-equipamentos. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 84)

Hoje o Brasil exporta *commodities* e importa produtos com alto valor tecnológico, em particular bens de capital. Magalhães retoma um ponto importante sobre isso. O autor afirma que foi a Revolução Industrial que possibilitou o crescimento econômico na modernidade (MAGALHÃES, 2010). Uma indústria bem desenvolvida e tecnológica representa, nesse sentido, a principal diferença entre os países centrais e a periferia do sistema. Só é possível a

independência econômica de um país, se ele tiver condições plenas de atender ao seu mercado interno. Caso contrário, o país terá que depender das importações e consequentemente do bom andamento do comércio internacional.

Como já colocado anteriormente, a decisão tanto por parte do governo, quanto da burguesia nacional de adoção do modelo neoliberal e consequentemente, a abertura comercial, acabou por redimensionar os rumos do país na inserção internacional. Como não houve no Brasil uma política estimulante para criar competitividade em setores essenciais ao desenvolvimento do país, o resultado do livre mercado foi a promoção daqueles setores em que o país é naturalmente competitivo. O Brasil se firmou, portanto, na economia mundial, como exportador de *commodities*, ou seja, de produtos de baixo valor agregado e nível tecnológico.

A inserção subordinada do Brasil promoveu, portanto, a retomada das exportações como base da política econômica governamental. A dependência do Brasil para com o capital financeiro internacional evidencia que as exportações passaram a dar ao modelo liberal periférico estabilidade e capacidade de enfrentar crises cambiais. Dessa forma, o crescimento econômico fica, mais uma vez, dependente do comércio internacional (FILGUEIRAS et al., 2010).

Esse fato intensificou a vulnerabilidade externa estrutural do país. Isso porque, uma vez que o pagamento da dívida depende do desempenho das exportações e elas estão vinculadas ao desempenho do mercado mundial, caso haja uma crise em qualquer um dos países onde o Brasil realiza trocas comerciais, o governo ficará impossibilitado de arcar com os contratos. Além disso, a alta taxa de juros aplicada, atrai grandes quantidades de capital especulativo que podem facilmente deixar o país na iminência de qualquer fator que impossibilite a sua remuneração. Essas políticas demonstram a preocupação dos governos neoliberais em manter uma dinâmica econômica cujo ator principal é o capital financeiro, reforçam a dependência externa do país e evidenciam sua instabilidade e fragilidade. Boito discorre sobre isso:

[...] Assim sendo, o superávit primário e os juros devem permanecer elevadíssimos, mesmo que isso limite o próprio crescimento das exportações. De fato, no Brasil de hoje, faltam estradas, silos, portos, funcionários para a vigilância sanitária e muitos outros itens de infra-estrutura e de recursos humanos para que o capitalismo brasileiro cresça como plataforma de exportação. Porém, do ponto de vista do capital financeiro, não teria sentido desviar para a infra-estrutura o dinheiro que deve ser encaminhado para remunerar os bancos. Os pontos de estrangulamento poderão, quem sabe, ser superados pelas Parcerias Público-Privadas, as PPPs, concebidas pelo Governo Lula justamente para contornar os problemas de infra-

estrutura sem ameaçar a política de elevados superávits primários. O mesmo raciocínio aplica-se à política de juros básicos elevados, que fortalece o perfil usurário do capital financeiro. Desvia-o do financiamento da produção e encarece os investimentos, limitando o crescimento da exportação. Pelo que podemos ver então, o superávit primário cavalgar e a alta taxa de juros não são, no Governo Lula, um desvio financista incrustado numa política globalmente desenvolvimentista. São, na verdade, a própria razão de ser desse novo e modesto desenvolvimento voltado para exportação. (BOITO, 2006, p. 254).

Nesse contexto, a rápida expansão industrial da China, da Índia, da Coreia do Sul e de Taiwan, formou um polo fabril no leste asiático e gerou uma larga demanda mundial por *commodities* na década de 2000, já que esses países sofrem de escassez de recursos naturais. Isso determinou o aumento dos preços e estimulou o crescimento do setor. O Brasil, especializado em produtos como soja, açúcar, álcool, minério de ferro, petróleo, carne, laranja, entre outros, foi amplamente requerido no mercado mundial, se tornando um dos maiores exportadores de *commodities*. Segundo Fiori, durante os anos 2000, a China destinou 18% dos investimentos externos para a América Latina e, em contrapartida, o valor bruto das importações para esses países cresceu mais de 700%. Com isso, a vocação primário-exportadora das economias sul-americanas foi reforçada, sendo o leste asiático o novo “centro cíclico principal” do continente. (FIORI, 2013, p. 38).

Nesse sentido, Filgueiras et al. (2010) afirma que o governo Lula não só seguiu as tendências de Collor e FHC, como as intensificou com a entrada da China no mercado mundial, aproveitando-se de uma conjuntura internacional extremamente favorável. Belluzzo reforça Filgueiras:

Nos anos 2000, particularmente a partir de 2004, a estrutura e a dinâmica da produção e do comércio globais, originadas pela concomitância entre os movimentos da grande empresa e as políticas nacionais (particularmente as da China), colocou o Brasil, por conta de sua dotação de recursos naturais – água, energia, terras agriculturáveis, base mineral – em posição simultaneamente promissora e perigosa. Bafejado [...] pela demanda chinesa de *commodities*, o Brasil foi condescendente com a ampliação e generalização do déficit comercial, que afetou a maioria dos setores industriais, ao mesmo tempo em que o agronegócio e a mineração sustentavam um superávit global no comércio exterior. (BELLUZZO, 2013, p. 105)

Os países inteiramente dependentes da exportação de *commodities* serão, para Fiori e Filgueiras, sempre países periféricos, ficando a mercê do desenvolvimento dos países centrais, ou seja, incapazes de comandarem sua própria política e participarem de forma independente

na economia mundial. Além disso, os países da América Latina tornam-se competidores entre si no mercado mundial, não podendo, em nenhum dos casos, transformar-se em uma “locomotiva continental” (FIORI, 2013, p. 40)¹⁶.

Contudo, como o desempenho das exportações passou a ser decisivo para a estabilidade do modelo neoliberal e a inserção subordinada do Brasil no comércio mundial se deu através de *commodities*, isso acabou por privilegiar um setor específico da economia, ou seja, o agronegócio. Em 2003, segundo Oliveira, o agronegócio gerou US\$ 25,8 bilhões de saldo. Segundo o jornal Folha de São Paulo, em 2004 esse setor foi responsável por 40% de todas as vendas do Brasil ao exterior, sendo que as exportações totalizaram US\$ 39 bilhões, ou seja, 27% a mais do que 2003. Participam desse processo os seguintes produtos: soja (líder das exportações), carnes, madeira, açúcar e álcool, papel e celulose, couro, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas¹⁷.

O saldo da balança comercial foi crescente até 2006, caiu um pouco em 2007 e teve uma grande redução em 2008-2009. Essa queda se deveu à crise internacional e a elevação das importações, puxadas pelo mercado interno e a expressiva valorização do real. A moeda valorizada fere os interesses dos exportadores, mas a valorização do real nesse contexto ocorreu devido à desvalorização do dólar pela crise. Foi o processo internacional que afetou a moeda nacional. De 2001 a 2008 a expansão das exportações cresceu 240%. Contudo, entre 2000 e 2008, o saldo foi positivo ano após ano. (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 52)

Além da China, o governo brasileiro vem intensificando o seu apoio e o financiamento às exportações brasileiras para a África. Mais do que uma simples relação comercial, o governo lançou um “Programa de Integração com a África” que criou oportunidades para várias empresas brasileiras se instalarem no continente. As empresas brasileiras exploram o setor de serviços e extração de recursos naturais. O acordo também deixa a cargo das multinacionais a realização de grandes obras públicas de infraestrutura. Empresas como a Vale, a Petrobrás e a Embrapa tem aumentado o seu poder nesses países. Segundo Fiori:

Os principais projetos da Vale estão em Moçambique e na Guiné, onde a Vale está construindo uma ferrovia que atravessa o Malaui, para poder escoar o seu minério. A Petrobras atua em Angola, Gabão, Líbia, Namíbia e Tanzânia, além e sobretudo na Nigéria, que é seu principal parceiro e fornecedor do petróleo importado pelo Brasil. A agricultura também tem sido um campo fértil de colaboração, e a Embrapa tem fornecido – desde seu escritório de Gana – assistência técnica à indústria de algodão em Benin, Burkina Faso, Chade e Mali, com algumas empresas brasileiras

¹⁶Processo inverso ocorreu no leste asiático. Alguns países da Ásia não optaram pelo modelo neoliberal e o receituário ortodoxo do FMI, dando prioridade à estratégia de desenvolvimento com políticas industriais adequadas, cujo resultado foi a ampliação da indústria de base e a destinação de recursos para os setores de alta tecnologia. Posteriormente, esses países, ao abrirem suas economias, estavam muito mais fortes para lidar com a concorrência mundial (MAGALHÃES, 2013).

¹⁷ Exportação do Agronegócio chega à marca dos US\$ 39 bi em *Folha de São Paulo*, 7 de janeiro de 2005

que produzem soja, cana-de-açúcar, milho e algodão no continente africano. [...] (FIORI, 2013, p. 45)

Existe nitidamente uma predominância do grande capital nas exportações, ou seja, das 19 mil empresas que exportaram no Brasil em 2005, apenas 800 foram responsáveis por 85% do total das exportações no país. Segundo o Jornal *Folha de São Paulo*, em 2004, quarenta empresas eram responsáveis por 41% do total, sendo que dezoito eram nacionais¹⁸. Na tabela 1 estão listadas as trinta maiores empresas exportadoras do Brasil em 2010 e sua respectiva participação (em valores e porcentagem) no total de US\$ 201,91 bilhões de exportações neste ano¹⁹:

Tabela 1. Relação das maiores empresas exportadoras do Brasil

Posição	Empresa e segmento	Montante (US\$)	Porcentagem
1	Vale (mineração)	24,04 bilhões	(11,91%)
2	Petrobras (energia)	18,18 bilhões	(9,01%)
3	Bunge (bens de consumo)	4,30 bilhões	(2,13%)
4	Embraer (aviação)	4,15 bilhões	(2,06%)
5	Samarco Mineração (mineração)	3,21 bilhões	(1,59%)
6	Cargill (bens de consumo)	3,02 bilhões	(1,50%)
7	ADM do Brasil (produção agropecuária)	2,63 bilhões	(1,30%)
8	Braskem (petroquímica)	2,47 bilhões	(1,22%)
9	Sadia (alimentos)	2,28 bilhões	(1,13%)
10	BRF (alimentos)	2,12 bilhões	(1,05%)
11	ArcelorMittal (varejo)	2,03 bilhões	(1,01%)
12	Shell Brasil (petrolífera)	1,93 bilhão	(0,96%)
13	Volkswagen (automóveis)	1,75 bilhão	(0,87%)
14	Louis Dreyfus (agroindustrial)	1,75 bilhão	(0,87%)
15	JBS (frigorífico)	1,73 bilhão	(0,86%)
16	Copersucar (energia)	1,62 bilhão	(0,81%)
17	Fibria (papel e celulose)	1,57 bilhão	(0,78%)

¹⁸ ‘Multis usam país como base exportadora’, em *Folha de São Paulo*, 17 de outubro de 2004

¹⁹ Fonte: http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201101191348_RTR_1295444917nN19209441.

18	Mercedes Benz (automotivo)	1,54 bilhão	(0,77%)
19	CBMM (metalurgia e mineração)	1,54 bilhão	(0,77%)
20	General Motors (automotivo)	1,46 bilhão	(0,73%)
21	Ford (automotivo)	1,35 bilhão	(0,67%)
22	Alunorte Alumina (alumínio)	1,30 bilhão	(0,65%)
23	Suzano Papel (papel e celulose)	1,24 bilhão	(0,62%)
24	Fiat (automotivo)	1,22 bilhão	(0,61%)
25	Usiminas (siderurgia)	1,11 bilhão	(0,55%)
26	Caterpillar (construção civil e mineração)	1,08 bilhão	(0,54%)
27	Renault (automotivo)	1,06 bilhão	(0,53%)
28	Amaggi (agroindustrial)	1,06 bilhão	(0,53%)
29	Seara Alimentos (alimentos)	1,06 bilhão	(0,53%)
30	Gerdau (siderúrgica e metalurgia)	1,01 bilhão	(0,50%)

Dessas trinta listadas, apenas treze não são brasileiras, sendo o setor de *commodities* o líder nacional. Segundo Filgueiras, o bloco de poder dominante passou por uma acomodação a partir do segundo governo FHC, quando as crises cambiais mostraram a impossibilidade do capital financeiro em manter o equilíbrio da economia. Abriu-se portanto espaço no bloco dominante para a entrada da fração exportadora do capital, especialmente o agronegócio. Além disso, os setores intensivos em energia elétrica, puderam se consolidar no país a partir da compra de redes, linhas de transmissão e hidroelétricas, ocorrida durante as privatizações nos anos 1990. Eram empresas que já vinham crescendo e ganhando poder dentro do bloco. O que mudou foi que a partir do segundo governo FHC, esses grupos passaram a ter uma posição mais privilegiada nas políticas estatais. Segundo Filgueiras:

Como sua consequência, e ao mesmo tempo condição para se processar essa acomodação, a política macroeconômica se modificou sem, contudo, alterar a essência do Modelo Liberal Periférico: a âncora cambial e as privatizações foram substituídas pelas metas de inflação, os superávits fiscais primários e o câmbio flexível. Com isso, redefiniu-se a importância das exportações no novo padrão de acumulação como condição necessária para reduzir a sua instabilidade macroeconômica intrínseca, instituída pela abertura comercial e financeira. (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 62-63)

O governo Lula, continuou essa política e consolidou-a, assumindo a posição de “árbitro do novo arranjo, incorporando e ratificando no interior do aparelho de Estado, de forma explícita, os interesses e as demandas do capital financeiro e da fração exportadora do capital” (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 63). Isso se deu através de financiamentos, empréstimos a juros baixos e mudança do regime cambial.

Especificamente em seu segundo mandato, o governo Lula atuou para a centralização de segmentos da burguesia nacional. É necessário retornar à teoria para que se entenda esse contexto. Marx denominou o processo de crescente concentração de capital através da concorrência e do crédito de “centralização do capital” e o processo de crescente concentração através da acumulação de “concentração de capital”. Sendo assim, embora a acumulação tenda a aumentar o volume de capital à disposição de cada capitalista particular, a divisão da propriedade entre os membros da mesma família ou o aparecimento de novos capitais tendem a aumentar o número de capitalistas e diminuir o capital social concentrado individualmente, ou seja, ocorre um processo de descentralização da propriedade. A concorrência e o crédito, por outro lado, aumentam a concentração e a centralização de capital. A concorrência destrói os capitalistas mais fracos, uma vez que favorece os investimentos de grande escala devido aos menores custos. Já o crédito permite que os capitalistas particulares reúnam as grandes somas necessárias a tais investimentos. Sendo assim, crédito e concorrência levam a uma concentração enorme da propriedade (O Capital, I, cap.XXIII; O Capital, III, cap. XV; Teorias da mais valia, III). Esse processo pôde ser observado no Brasil a partir da década de 1990 em dois momentos complementares: a abertura neoliberal gerou a concorrência, destruindo os capitalistas mais fracos; e o governo Lula fechou o ciclo com a ampla disponibilidade de crédito aos grandes grupos no seu segundo mandato. O resultado, como previsto por Marx, foi uma ampla centralização de capitais.

O governo Lula, portanto, impulsionou um processo de centralização de capitais tanto produtivos como financeiros. A abertura comercial e financeira, junto com as privatizações na década de 1990, promoveu um enorme movimento de centralização de capitais através de fusões, aquisições e incorporações. Desse momento em diante, a economia brasileira entrou em um processo de desnacionalização e internacionalização de setores já consolidados, em grande parte voltados para o mercado externo, como é o caso do setor de *commodities*. Boito atesta que menos de cem grupos comparam as estatais nos leilões. Segundo o autor:

[...] Grandes empresas industriais, como o Grupo Votorantim, Gerdau e Vicunha; grandes bancos, como o Itaú, Bradesco, Unibanco; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande

capital nacional, industrial ou financeiro e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro, apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas telefônicas, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias, etc. Estas empresas estão hoje entre as mais lucrativas do capitalismo brasileiro [...]. (BOITO, 2006, p. 241-242)

O segundo governo Lula, apoiado na possibilidade de flexibilização da política macroeconômica, atuou para a consolidação e fortalecimento dessas internacionalizações. “Em particular, observa-se uma articulação desses grandes grupos no interior do Estado, através da sua imbricação com as instituições financeiras estatais, os fundos públicos e os fundos de pensão”. (FILGUEIRAS, 2006, p. 49).

Isso pode ser verificado quando Lula retomou o BNDES como importante instituição para o fortalecimento de grandes grupos nacionais e para o desenvolvimento de programas de infraestrutura que pudessem retomar o crescimento econômico que foi modesto no governo FHC em virtude do conjunto da política econômica adotada. A volta do BNDES mostrou uma guinada na política econômica do governo Lula. Segundo Filgueiras:

Esta nova orientação ficou definitivamente explícita quando da crise mundial recente, quando o Estado interveio diretamente no processo de associação de grandes grupos econômicos (Sadia e Perdigão), por intermédio do BNDES, e comprou, através do Banco do Brasil, parte do Banco Votorantim. O mesmo ocorre na área de infraestrutura e petroquímica, onde grandes grupos econômicos nacionais, associados ao Estado, participam da implantação de megaempreendimentos e na futura exploração dos serviços que daí derivarão. (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 50).

O governo Lula alterou, portanto, a relação Estado e burguesia e recriou, sob a hegemonia do capital financeiro o tripé capital internacional/Estado/capital nacional, tornando-se peça fundamental na organização do bloco de poder dominante. Essa relação se construiu para melhorar a posição da grande burguesia industrial e agrária, extremamente necessária para a estabilidade do modelo econômico. Essa reestruturação do bloco de poder acomodou, sobretudo, o grande capital, sendo que as pequenas e médias empresas permanecem subordinadas (BOITO, 2009; FILGUEIRAS et al, 2010).

No bloco de poder dominante há uma grande importância dos setores de siderurgia, mineração, papel e celulose, energia elétrica, telecomunicações e bancário. Boito faz uma sistematização do bloco de poder no segundo governo Lula:

Frente à política econômica atual, se considerarmos o porte da empresa e o tipo de capital, teríamos duas camadas distintas, uma superior e outra inferior, cada uma delas comportando gradações. Duas posições extremas e opostas no interior dessa burguesia podem ser claramente identificadas. No topo da camada superior está o grande capital financeiro que reúne em si os dois atributos privilegiados pela política de Estado –ser uma grande empresa e pertencer ao setor financeiro. Na base da camada inferior está o médio capital industrial voltado para o mercado interno, que reúne em si os três atributos preteridos pela política de Estado –ser uma empresa média ou pequena, pertencer ao setor produtivo e não fornecer as divisas de que o modelo econômico necessita. Prosseguindo, teríamos como posições intermediárias na base da camada superior, ocupada pelo grande capital industrial e agrário voltado para exportação, e o topo da camada inferior, ocupada pelas médias empresas exportadoras e pelo médio capital bancário. (BOITO, 2006, p. 256)

Pela análise mais detida das ações do BNDES ao longo do período 2002/2012, pode-se perceber como o Banco agiu diretamente no fomento a grandes grupos nacionais²⁰. O desembolso total feito começou com R\$37,4 bilhões em 2002, passando para R\$33,5 bilhões em 2003, seguindo para R\$39,8 bilhões em 2004, R\$46,9 bilhões em 2005, R\$51,3 bilhões em 2006, R\$64,8 bilhões em 2007. A partir de 2008, ano da crise mundial, os desembolsos dão um salto para R\$90,8 bilhões, depois para R\$136,3 bilhões em 2009, atingindo o maior índice com R\$168,4 bilhões em 2010, diminuindo para R\$138,8 bilhões em 2011, fechando o período com R\$156 bilhões em 2012. Sendo que de setembro de 2009 a setembro de 2012, 41% do total foi destinado à indústria de transformação e 35,1% para o setor de infraestrutura, sendo que 63,5% dos recursos foram destinados às grandes empresas.

Entre 2007 e 2010, foram destinados R\$123,2 bilhões para investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo remetido 60% do valor à empresas privadas. A Petrobrás, maior beneficiada entre os setores, ficou com R\$39,6 bilhões dos investimentos em 2010 (ano de maior desembolso do Banco). Nesse ano 47% do total de R\$168,4 bilhões foram destinados à indústria e 39% ao setor de infraestrutura. Levando em conta outros bancos de desenvolvimento, em 2010, o Banco Mundial destinou R\$45,4 bilhões para 132 operações em 43 países; e o BID, R\$17,5 bilhões em 167 projetos em 26 países. Valores irrisórios se compararmos aos gastos do BNDES.

No ano de 2011, segundo o jornal “O Globo”, o BNDES desembolsou 19,8% do total para a micro e pequena empresa, 10,1% para média e 64,1% para a grande, além de 6% para pessoas físicas através do cartão BNDES.

Na carteira de créditos do BNDES podemos listar 14 grandes grupos que receberam expressivos financiamentos no período 2007/2010. Em junho de 2007, a empresa Votorantim

²⁰ Os dados a seguir, são resultados de uma ampla e detalhada pesquisa no site do Banco: www.bndes.gov.br

recebeu R\$101,2 milhões para projeto de substituição do conjunto de caldeiras a óleo combustível por uma caldeira a coque verde de petróleo. Em 2008, ocorreu o maior empréstimo desde a criação do Banco em 1950, chamando atenção para a importância que o BNDES passou a representar na economia brasileira. Foram destinados R\$7,3 bilhões para investimentos no período 2008/2012 da empresa Vale. A empresa Gerdau conseguiu aprovar R\$900 milhões em 2008 para investimentos na siderurgia, conseguindo um novo empréstimo de R\$1,5 bilhões em 2009. A Petrobrás emprestou R\$25 bilhões em 2009 e R\$39,6 bilhões no próximo ano (como já havíamos ressaltado). Em 2011, o senado aprovou medida provisória que aumentou em 90 bilhões o limite de financiamento que o BNDES poderia conceder ao setor elétrico.

Além dos empréstimos, o Banco atuou ativamente na fusão de quatro empresas no período 2006/2010: Sadia e Perdigão, que formaram a Brasil Foods, com compra de ações da nova empresa pelo BNDES; Aracruz Celulose e Votorantim Celulose para formar a Fibria, com participação no capital total de 30,45% do BNDES na nova empresa; JBS-Friboi e Betin, a partir do financiamento do BNDES e participação de 17,54% do capital total da empresa; e Brasil Telecon e Oi, com destinação de 6 bilhões para o processo, ficando ainda com 30% do capital total da empresa.

Compõem ainda a carteira do BNDES, as empresas: Usiminas, CSN, Braskem, Embraer e Marfrig, das quais o Banco tem expressiva participação no capital total e dois bancos nacionais: Itaú e Bradesco. Segundo Gonçalves:

O núcleo central das 50 maiores empresas experimentou crescente participação no valor das vendas totais das 500 maiores empresas ao longo deste período. Verifica-se na realidade, a tendência de aumento de todos os coeficientes de concentração. Por exemplo, a relação percentual entre o valor total das vendas das cinco maiores empresas e o valor total das vendas do conjunto das 500 maiores empresas aumentou de 15,7% em 2002 para 19,3% em 2010. O núcleo central das 50 maiores empresas controlava 44,0% das vendas das 500 maiores empresas do país em 2002 e 48,6% em 2010. Mesmo quando se desconta o efeito das três maiores empresas do país em 2010 (Petrobras, BR distribuidora e Vale), verifica-se a elevação dos coeficientes de concentração, visto que a participação destas três empresas no conjunto das 50 maiores elevou-se de 30,3% em 2002 para 33,0% em 2010 (GONÇALVES, 2013, p.105)

A centralização de grandes grupos também ocorreu no setor bancário. Como visto anteriormente, o BNDES corroborou para o crescimento de dois bancos nacionais: Itaú e Bradesco. Sobre os bancos no geral, pode-se dizer que em 2006, os cinco maiores bancos do país totalizavam 53,9% dos ativos totais. A desnacionalização bancária é observada pela redução do total de bancos nacionais, que diminuiu de 131 em 1996 para 81 em 2006,

enquanto os bancos de controle estrangeiro aumentaram de 25 para 48 nesse mesmo período. Os bancos públicos diminuíram sua participação de 36,3%, em dezembro de 1995, para somente 16,5% em dezembro de 2006, enquanto os bancos privados nacionais aumentaram sua parcela de 49,2% para 62,4% no mesmo período. Já os bancos com controle estrangeiro aumentaram sua fatia de apenas 13,1% em 1995 para cerca de 30% no início dos anos 2000, diminuindo para 18,5% em 2006. Essa queda pode ser explicada, em sua maior parte, pela compra do BBVA pelo Bradesco em 2003, e do BankBoston pelo Itaú em 2006. (NAKATANI; SABADI, 2010, p. 89).

Entretanto, deve-se destacar o crescimento que o mercado de capitais atingiu em 2006 e 2007 como meio de capitalização das empresas. Nesses anos, o montante referente ao lançamento de novas ações foi de R\$ 14,3 e R\$ 33, 2 bilhões, respectivamente. Esse capital monetário converte-se em capital real na medida em que é destinado ao ciclo de reprodução do capital industrial mas, ao mesmo tempo, expande o capital fictício na forma de ações. (NAKATANI; SABADI, 2010, p. 93)

Em 2008, o sistema financeiro brasileiro modificou-se com a fusão da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com a bolsa Mercantil e de Futuros, que juntas atingiram um valor de mercado de US\$ 22,1 bilhões, tornando-se a terceira maior do mundo. Negociando com ações de 398 empresas cuja capitalização total chegou a R\$ 2,57 bilhões, o Ibovespa atingiu 72 pontos nesse ano. O ingresso de capitais especulativos de curto prazo na bolsa constituiu-se em alavanca para o crescimento do capital fictício na forma do valor acionário das empresas cotadas na Bolsa. Contudo, esse fato amplia a volatilidade nos índices da Bolsa e piora a vulnerabilidade externa no momento de fuga de capitais.

A teia especulativa e seus instrumentos tornaram-se extremamente complexos no Brasil, mas sem chegar aos níveis dos mercados financeiros mais desenvolvidos como os norte-americanos, europeus e alguns asiáticos. Da mesma forma, o montante absoluto de capital especulativo parasitário é relativamente menor no Brasil, podendo, apesar da forte vulnerabilidade estrutural e da histórica dependência ao capital externo, ter um efeito menor aqui do que em outras economias. (NAKATANI; SABATI, 2010, p. 99)

Não há dúvidas de que o Estado vem atuando para consolidar a hegemonia do capital financeiro, uma vez que a financeirização da economia levou “também grupos econômicos de origem não financeira a criarem suas próprias instituições financeiras” (ARCARY, 2010, p. 41). Segundo Gonçalves:

O processo de concentração do capital é ainda mais pronunciado no sistema financeiro. O CR-5 [relação percentual entre o valor total das vendas das 5 maiores empresas e o valor total das vendas do conjunto das 500 maiores empresas] aumentou de 56,8% em 2002 para 68,0% em 2010. Quando se desconta a presença dos três bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), o processo de concentração é ainda mais forte: o CR-5 subiu de 29,5% em 2002 para 47,8% em 2009-2010 (GONÇALVES, 2013, p. 106)

Algumas políticas foram de grande importância para se conseguir esse resultado, quais sejam: a integração do mercado financeiro nacional com os mercados internacionais; câmbio relativamente estável; controle da inflação; pagamento da dívida pública externa; dívida pública interna com uma elevada taxa básica de juro real; liberdade para o capital financeiro cobrar juros elevados pelos empréstimos; ajuste fiscal que garanta o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública; superávits primários elevados. (BOITO, 2009). Há ainda uma identificação ideológica e política do capital financeiro mundial com os governos neoliberais brasileiros. Instituições como FMI, Banco Mundial e Febraban apoiam o que vem sendo implementado no Brasil (ARCARY, 2010).

Sendo assim, o que se pode observar em relação às políticas voltadas para a burguesia durante o governo Lula, é o aprofundamento do modelo neoliberal. O país continuou em processo de desindustrialização (salvo setores exportadores da indústria); manteve a exportação no centro do desenvolvimento econômico, aprofundando a inserção internacional subordinada com base em *commodities*. Além disso, promoveu uma ampla política de centralização e concentração de capitais, tendo como núcleo o BNDES; e perpetuou, dessa forma, a hegemonia do capital financeiro no país, tendo como base de sustentação o setor de exportação. Veremos a seguir como essas políticas econômicas afetaram a classe trabalhadora.

III

A RELAÇÃO DO GOVERNO LULA COM AS CLASSES TRABALHADORAS

O que o senhor lamenta dessa última década?

Se tem um cidadão que não pode reclamar dos últimos dez anos, sou eu²¹

Durante todo o período 2003-2010 governo Lula busca conciliar políticas para a burguesia com políticas para o proletariado. O alvo dessa estratégia era constituir um amplo arco de sustentação, englobando o empresariado via BNDES, o Agronegócio, o subproletariado e as centrais sindicais. Entre as táticas utilizadas para sustentar as políticas neoliberais, o governo procurou integrar o movimento sindical a seus projetos econômicos. Esta seria uma forma de minar as possíveis bases de descontentamento. Tal quadro leva Boito *et al*, a caracterizar o período Lula como “um reformismo que, justamente, possibilita a reprodução do modelo neoliberal de capitalismo” (BOITO, 2003). Tratou-se de assimilar parte das reivindicações do movimento operário, subalternizando-as ao projeto de desenvolvimento do governo federal. As políticas lulistas “combinam a manutenção do capitalismo neoliberal com recuos secundários frente às aspirações populares. Trata-se de uma atualização da tradição política brasileira de confiscar a insatisfação popular e integrá-la num pacto burguês construído no alto”. Isso tornou-se possível pois, segundo os autores “Hoje, as duas maiores centrais sindicais brasileiras, CUT e Força Sindical, fazem parte da base de apoio ao governo. (BOITO, 2003, pág. 45).

3.1. CUT E LULISMO

Marx e Engels analisaram os sindicatos em detalhes, num período em que sofriam forte influência do radicalismo das primeiras lutas trabalhistas britânicas. Engels escreveu sobre o sindicalismo em “*A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*”; e Marx em “*Miséria da Filosofia*”, reiterando a tese em “*Manifesto Comunista*”. Três argumentos principais podem ser retirados desses estudos. Primeiro, o sindicalismo como movimento generalizado é um produto do crescimento do trabalho assalariado capitalista. Segundo, os

²¹ Em entrevista que Lula concedeu em 2013 à Emir Sader, publicada no livro “Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil”.

sindicatos não eram economicamente pouco eficientes. Terceiro, a eficácia limitada da ação economicamente defensiva, forçava os trabalhadores a irem se organizando progressivamente, se engajando na luta de classes revolucionária. Sendo assim, a experiência sindical ampliava a autoconfiança dos trabalhadores e sua consciência de classe. Contudo, marxistas como Gramsci ressaltaram, com o passar dos anos, o caráter burocrático e conservador da organização sindical. Os sindicatos organizados hierarquicamente, ou seja, através de uma direção divorciada das massas, podem assumir uma postura extremamente reformista, retirando a autenticidade e o potencial revolucionário das organizações de massa.

Os operários do ABC, basicamente das montadoras de automóveis, podiam, no final dos anos 1970, serem considerados como o setor de ponta da classe trabalhadora brasileira, por constituírem-se em grande número (em torno de 100 mil só no ABC no início da década de 1980), mas também por fabricarem produtos de auto valor agregado. Estes elementos terão grande peso político e social naquele operariado, uma vez que as greves de 1978, 1979 e 1980, a partir dessa região, acabaram por causar uma fratura irreversível no regime ditatorial-burguês. (ANTUNES, 1992).

Em meio a esse ascenso operário, a fração de Lula, centralmente constituída em torno do Autênticos (tendência dentro da estrutura sindical do ABC da época, chamada de Unidade Sindical), conseguiu galgar à direção dessa maré crescente do movimento reivindicatório, mantendo-se como referência dirigente durante toda a década de 1980, chegando inclusive, muito próximo de ganhar as eleições presidenciais de 1989 (SECCO, 2011).

No início da década de 1980, o I Encontro do Partido dos Trabalhadores debateu amplamente as políticas sindicais e decidiu por liderar o processo de constituição de uma central sindical como complemento do partido que se formava. Desse encontro surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O fato de o PT liderar a constituição da CUT, fez com que os Autênticos virassem referência dentro da Central. Contudo, no início as grandes disputas entre as diversas correntes políticas e sindicais oriundas do movimento operário foram levadas para dentro da CUT. A nova central construiu-se sobre “(...) quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira: no operariado industrial, nos trabalhadores rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços”. (ANTUNES, 1991, p. 50). Segundo Leôncio Rodrigues, “Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. (RODRIGUES, 2002, p. 35).

As comissões de fábricas que atuavam desde a década de 1970 em São Paulo e no ABC, criaram um grupo próprio dentro da CUT. Em São Paulo as correntes que privilegiavam as bases operárias, por locais de trabalho, estavam articuladas em torno do MONSP (Movimento operário da oposição metalúrgica de São Paulo), expressão das comissões de fábricas e comitês operários clandestinos que organizavam as greves e demais mobilizações. Desde essa ascensão do ABC, os Autênticos, dirigidos por Lula, isolavam as comissões de fábrica acusando-as de serem formas de ‘paralelismo sindical’. (IBRAHIM, 1986, p. 74). Lula (1978) declarava abertamente ser contra as comissões:

[...] no sindicato a gente procura fazer toda a classe trabalhadora ser uma comissão única. Porque a partir do momento que você criar grupos de comissões você terá colocado na prática grupos de trabalhadores a mercê dos nossos empresários pra serem dispensados na hora que bem convier aos donos das empresas. Eu acredito que todo dirigente de sindicato tem consciência de quantos companheiros bons a gente perde por exigir que os nossos companheiros tenham uma atuação sindical dentro da empresa. Eu acho que o problema não é responsabilizar um ou mais grupos de trabalhadores, o problema é responsabilizar toda a classe trabalhadora pelas conquistas dela. Eu acho que a partir do momento que eu formar uma comissão de 5 trabalhadores pra agir dentro de uma determinada empresa, eu estarei colocando 5 companheiros com a corda no pescoço, em relação a perder seu emprego. Então, o que a gente tem feito e que a gente discute hoje com outros dirigentes sindicais é o seguinte: nenhum diretor de sindicato deve assumir responsabilidade de tutelar a classe trabalhadora (LULA, 1978).

Aqui se verifica claramente os problemas criados por uma direção sindical. Retomando Marx e Gramsci, é certo afirmar que é na luta de classes que o proletariado assume a consciência de classe e sua autonomia. A partir das comissões de fábricas, o operariado poderia levantar suas próprias reivindicações políticas, sendo portanto, o momento de maior engajamento na luta de classes. Com os argumentos citados por Lula a cima, os Autênticos tentavam desfazer as formas de auto-organização operária que surgiam pela base²², procurando fortalecer seu próprio grupo enquanto oposição. O problema é que esta posição somava-se à do empresariado que na luta de classes, tenta sufocar essa forma de organização.

Dessa forma, construiu-se a transição pactuada durante a década de 1980. Acertadamente, Ibrahim (liderança sindical da década de 1980) denunciava que os Autênticos “eram filhos da estrutura sindical e parte integrante da estratégia da ditadura e da burguesia em reciclarem os antigos pelegos, criando outros tipos de interlocutores no movimento sindical para negociar a transição conservadora”. (IBRAHIM, 1986, p. 74).

²² Confirma também: Stanislaw, 1978

O combate às comissões de fábrica era parte da luta contra as demais correntes do movimento operário à esquerda da ala lulista. Segundo Antunes, a ala majoritária da CUT, com cerca de 60% dos integrantes, era representada pela Articulação Sindical, que pautava suas ações nas lutas imediatas e econômicas, reformas sociais e leis de mercado. Esta corrente é profundamente influenciada por valores socialdemocrata (ANTUNES, 1991, p. 53) e era a ala de Lula. A Articulação Sindical voltou-se cada vez mais para a negociação com o Estado e o patronato. Segundo Antunes, em 1991 esta ala aceitou compor o Pacto social com Collor.

Mas, contraposta a Articulação Sindical, tinha-se também outra ala com variadas tendências sindicais e políticas, denominada “CUT pela base”. Desta ala, faziam parte o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP) e a Democracia Socialista (que se baseava nas ideias de Ernest Mendel e no Secretariado Unificado da Quarta Internacional). Além destes dois grupos principais que compunham a “CUT pela base”, havia outra corrente: a Convergência Socialista (que se organizava a partir da Liga Internacional dos Trabalhadores da Quarta Internacional - LIT).

Segundo Antunes, quando a “CUT pela base” se organizava com a Convergência, juntas estas correntes chegavam a constituir 40% da CUT. A Articulação Sindical, dos “Autênticos”, lutava ferozmente para que tais correntes não aumentassem sua influência. A cada oportunidade a Articulação Sindical agarrava-se às lutas por reformas imediatas como forma de se diferenciar das correntes socialistas, atacava as oposições, as comissões de fábricas e os militantes socialistas organizados. Empreendia uma verdadeira guerra contra as correntes acusando-as de idealismo. Ainda assim, objetivamente é necessário admitir, conforme analisa Boito Junior (1991), que mesmo com todas as contradições, a CUT destacou-se “como uma das centrais mais duradouras e talvez como maior capacidade de mobilização da história do sindicalismo brasileiro”.

Durante toda a década de 1980 a ala majoritária da CUT buscou controlar os ânimos do movimento operário combatendo frontalmente o que entendia como “radicalismo da esquerda”. Nesse aspecto, com o declínio da onda grevista durante a década, os Autênticos conseguiram atingir seu objetivo fazendo cada vez mais da CUT um órgão de mediação entre patrões e trabalhadores, preparando-a para se converter em um órgão auxiliar do governo. Nesse sentido, para Boito, destaca-se o III Congresso em 1988, ano em que marca uma nova guinada em direção a busca do entendimento entre trabalhadores e patrões. A proposta da ala majoritária da CUT era migrar definitivamente de uma estratégia entendida pela organização como sendo *defencionista* para uma prática de *sindicalismo propositivo*. A fase de transição para o sindicalismo de negociação teria sido concretizada em 1990, quando não havia, no

Brasil, chegando os grandes impactos do refluxo mundial da esquerda e nem, de forma contundente, o neoliberalismo.

Boito argumenta que o sindicalismo propositivo seria “um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo”. (BOITO, 2003, p. 144). O ano de 1990 marcaria uma nova fase da Central sustentada sobre o diálogo e busca de acordos como o patronato e com o Estado. Claro que a tática de greve não chega a ser completamente abandonada (uma vez que se negasse a defesa dessa tática operária, a CUT naufragaria diretamente), mas, sem dúvida, a importância do enfrentamento via paralisação do trabalho é redimensionada. A base da CUT não aceitou facilmente o *sindicalismo propositivo*, porém a direção da organização empreendeu intensos esforços para moldar a base do operariado nos marcos do colaboracionismo de classe, determinados por este *sindicalismo* cômodo à burocracia sindical e ao patronato. Esta nova perspectiva de atuação em meio a classe trabalhadora acaba por lançar novas bases após as eleições presidenciais de 1989.

Conforme destaca Adalberto Cardoso, o objetivo central da CUT esteve sempre na construção do PT. “O objetivo principal foi, quase sempre, organizar os trabalhadores para ganhar eleições pelo PT e seus aliados de esquerda, e somente então tomar parte direta no processo político institucional”. (CARDOSO, 2002, p. 62). Isso porque, para os Autênticos, a CUT seria um organismo auxiliar fundamental para a construção da *transição pactuada*. Segundo Cardoso, a CUT procurava fazer oposição ao governo, como forma de fortalecer a oposição petista e sua entrada nos cargos administrativos. Porém frente ao novo cenário internacional e nacional, a central iria mudar sua estratégia a partir da década de 1990. Conforme destaca Plínio de Arruda Sampaio:

A conversão da CUT aos cânones do “melhorismo” é um exemplo emblemático da terrível pressão exercida pelas forças objetivas e subjetivas que empurravam o movimento social para uma dócil adaptação às exigências da ordem global. Sob o comando da tendência liderada por Lula, que esmagou todos os adversários que se opuseram a sua estratégia de acomodação, a CUT abandonou o sindicalismo classista, responsável pela sua conhecida combatividade, e aderiu incondicionalmente ao “sindicalismo de resultados”. Compactuando com um padrão de acumulação que é antagônico aos interesses estratégicos da classe operária, os discursos e as ações passaram a priorizar a defesa pragmática do emprego, a obtenção de vantagens concretas para os trabalhadores do sindicato, e o aproveitamento (coletivo e individual) das oportunidades de negócios e benesses abertas ao sindicalismo. As diferenças com as centrais rivais oriundas do velho sindicalismo, que há anos lançavam mão de tais expedientes, foram reduzidas a uma disputa de espaço entre burocracias sindicais pelegas e cada vez mais corruptas. (SAMPAIO, 2006, p.)

A partir da década de 1990, o país encontra-se sob novo patamar de pressão da concorrência internacional, em busca da superação da crise produtiva. Este momento político combina-se com o refluxo da esquerda em nível mundial, derivado da derrubada do muro de Berlin em 1989. No Brasil, a derrota da ala lulista nas eleições presidenciais marcou também um momento de redefinição dos rumos do PT e da CUT. O governo brasileiro procura definir uma nova forma de inserção na economia internacional. É nesse período que a economia brasileira passa por um importante processo de reajuste que acabaria por redefinir o modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ajustando-o ao modelo neoliberal, com desregulamentação financeira, enxugamento dos gastos do Estado, abertura comercial.

A CUT, não ficará alheia aos interesses do empresariado e do governo. Distanciando-se cada vez mais dos interesses históricos proletários, luta pela defesa da ordem burguesa, passando a articular-se com o governo. A corrente majoritária da CUT, formada pela Articulação Sindical será o principal sujeito coletivo que operará esta mudança. Conforme aponta Boito:

Tal mudança foi dirigida pela corrente majoritária da central, a Articulação Sindical, que obteve aprovação de suas novas concepções e estratégias nos encontros decisórios da central, a despeito da resistência das correntes minoritárias – diversas correntes sob influência trotskista, comunista e da parte radicalizada dos católicos ligados à Teologia da Libertação. O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a ideia de um “sindicalismo propositivo”, que seria uma contraposição ao “sindicalismo defensivo” dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. Essa mudança foi consagrada no IV Congresso da CUT realizado em São Paulo em setembro de 1991. Esse foi um congresso marcado pela exacerbação do conflito entre Articulação Sindical e as correntes minoritárias situadas à sua esquerda. Numa votação decisiva, que estabelecia os critérios para a formação da executiva nacional da central, a Articulação Sindical negou-se a concluir a contagem dos votos dos delegados. (BOITO, 1999, p. 132).

Exemplo concreto da incorporação às negociações com o patronato, o Estado e o empresariado, pôde ser observado pela participação da CUT nos processos de implantação das Câmaras Setoriais, um fórum tripartite formado pelo governo, empresários e sindicalistas. Em meio à crise política e econômica no Brasil, aberta no início da década de 1990, a CUT volta-se para construir o “entendimento nacional”. No texto *A burguesia no governo Lula* Boito afirma que:

Os grandes industriais contaram, nesse seu protesto, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da corrente majoritária do Partido dos Trabalhadores, principalmente de sua seção paulista. A CUT, dirigida por uma nova aristocracia do trabalho representada por trabalhadores da indústria automotiva, do setor petroleiro

e dos bancos, aspirava, apesar dos protestos da minoria de esquerda da central, à ressurreição do velho desenvolvimentismo, que seria obtido com a redução da taxa de juros e outras medidas de incentivo ao investimento. A proposta de câmaras setoriais apresentada pela CUT, no início da década de 1990, era concebida como o espaço privilegiado dessa aliança, onde empresários e trabalhadores de cada setor discutiriam, juntamente com o governo, aqueles que seriam os pontos de estrangulamento da produção e do emprego –financiamento, impostos, política de contratação, etc. Essas câmaras eram pensadas, basicamente, para o setor industrial e a única que vingou foi a Câmara do Setor Automotivo, posteriormente fechada pelo Governo FHC. Além das câmaras setoriais, em inúmeras ocasiões a FIESP e a CUT trabalharam conjuntamente na elaboração de propostas e de projetos de política econômica –como na proposta de Re- forma Tributária, elaborada pela FIESP e pela CUT com a participação da Fipe-USP, proposta que visava desonerar o capital produtivo. (BOITO, 2006, p. 248).

Também Adalberto Cardoso aponta duas formas diferentes de ação social e política, desenvolvida ao longo dos primeiro vinte anos pela CUT. De acordo com sua análise, na década de 1980 a central teria ficado fora dos projetos governamentais, apenas criticando-os. Porém, na década de 1990 passou a colaborar diretamente com governo e o patronato, coadministrando as políticas trabalhistas e sindicais.

Em suma, na década de 1980 a CUT exerceu pressão a partir de fora do sistema político, negando-lhe legitimidade e contestando seu modo de operação, para tanto utilizando seu poder social real. Na década de 1990 essa estratégia foi complementada pela decisão de participar, isto é, pela decisão de reconhecer a democracia e seus procedimentos e de atuar em seu interior para formular regras e normas para o uso do trabalho e para a política social. (CARDOSO, 2002, p. 64).

Em 1998, o principal sindicato da CUT, o Sindicato do ABC, foi o ator central na criação e implantação do banco de horas, que era na verdade um grande ataque aos direitos da classe trabalhadora no Brasil. Conforme destaca Boito:

A norma que impõe um limite legal à duração da semana de trabalho, foi, inicialmente, minada pelo banco de horas introduzido em São Bernardo graças ao acordo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com as montadoras de veículos. Posteriormente, esse acordo serviu de base para o projeto de lei do governo que alterou a legislação sobre esse tema. (BOITO, 2009, p. 13).

No governo, a partir de 2002, a fração de Lula operou da mesma forma que atuava durante a década de 1980, ou seja, buscando conciliar o interesse de várias frações sociais. No entanto, quando na presidência, incorporou de forma mais profunda setores do capital financeiro, bancário, agronegócio e do patronato em sua forma de governabilidade. Para isso contou com apoio de antigos quadros da Articulação Sindical e Articulação-PT. A CUT, dirigida desde seu nascimento pela fração de Lula, teve peso determinante para proteger o governo dos movimentos da classe operária. Mas não foi só a CUT que cumpriu esse papel, durante a década de 2000 incorpora-se o apoio Força Sindical, CTB, UGT, que compôs bases

importantes do governo Lula, contribuindo largamente para a propagação desta perspectiva. Estas se mostraram importantes para estender as políticas governamentais aos locais de trabalho, constituindo substrato relevante para realização do pacto social lulista. É o que podemos apreender da análise de Boito:

A política econômica do governo teve impacto no movimento operário e sindical. As centrais sindicais, inclusive a CUT, acomodaram-se ao neodesenvolvimentismo – uma política de desenvolvimento limitada pelo caráter financista do modelo neoliberal e voltada, crescentemente, para a exportação. Acomodaram-se, também, graças à política de cooptação do governo. Centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais. O governo Lula reformou também parte da legislação sindical, de modo a dotar à direção das centrais sindicais de um controle maior sobre as suas bases e de modo a provê-las com fundos financeiros vultuosos. (BOITO, 2009, p.37).

Ou seja, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) mantinha influencia direta sobre as posições majoritárias no movimento sindical. Por meio desta influencia, amparada por um período de refluxo do movimento operário mundial, a CUT conseguiu moldar o sindicalismo propositivo sobre a classe trabalhadora brasileira, e ainda articular bases de apoios com as demais centrais sindicais. Segundo analistas (BOITO, 2009, FILGUEIRAS et al, 2010: SINGER, 2010), as centrais sindicais, que, sobretudo na década de 1990 passaram da estratégia de confronto para a de colaboração, durante o governo Lula se constituíram como base de sustentação do governo e do lulismo. Conforme apontava Francisco de Oliveira no livro *Hegemonia as avessas*, durante o governo Lula dirigentes da CUT foram nomeados como Ministros do Trabalho e para administração “dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política”. (OLIVEIRA, 2010, p 25). Sobre os dirigentes da CUT que passaram a ocupar cargos no governo Lula, Boito cita que:

[...] vários ministros e funcionários do primeiro escalão do governo [foram] recrutados junto à central, caso de Jacques Wagner, ex-ministro do Trabalho e do Emprego, ex-ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e ex-ministro da Secretaria de Relações Institucionais (ex-presidente do Sindiquímica da Bahia e fundador da CUT naquele estado); de Ricardo Berzoini, ex-ministro da Previdência e ex-ministro do Trabalho e do Emprego (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo); de Luiz Gushiken, ex-secretário de Comunicação do Governo e ex-secretário do Núcleo de Assuntos Estratégicos (também ex-presidente do Sindicato os Bancários de São Paulo); de Luiz Marinho, ex-ministro Trabalho e do Emprego e ex-ministro da Previdência (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ex-presidente da CUT). Nesse contexto, a CUT passou a enfrentar dificuldades crescentes para manter sua independência frente a um governo que não apenas havia ajudado a eleger e com o qual se identificava, mas que contava com a participação direta de lideranças cutistas. (BOITO, 2009, p. 46).

Além da incorporação direta de dirigentes sindicais cutistas às pastas do governo federal, de acordo com Boito, o governo também criou organismos tripartites que envolveram outras frações de dirigentes do movimento sindical, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Segundo os autores, a função de tais fóruns seria “discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas” (BOITO, 2003, p. 46). No mesmo sentido desenvolve-se a análise de Galvão. A autora aponta que durante o governo Lula, a CUT adotou posição “governista e conciliadora”.

Também a Força Sindical, que nasce como uma entidade de oposição a CUT e ao PT (MAZZEO, 1998, SANTANA, 2001, TROPPIA, 2009), no segundo mandato de Lula, “passou a apoiar o governo e um de seus principais dirigentes, Luiz Antônio de Medeiros, tornou-se Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego em março de 2007” (Boito et al., 2009, p. 47). No mesmo sentido é desenvolvida a análise de Galvão (2006) quando aponta a diminuição das diferenças entre a CUT e Força Sindical. Boito et al. afirmam que o movimento operário passa por um período de acomodação política, período no qual “a agitação e a luta contra o modelo capitalista neoliberal perderam terreno” (BOITO et al., 2009, p. 36).

Cabe destacar também, que houve contra-tendências entre as centrais sindicais. Mesmo com todas as políticas do governo federal para conquistar apoio das direções sindicais, constituíram-se oposição às políticas neoliberais durante o governo Lula. A exemplo disso pode-se citar a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). Esta central se opunha as políticas levadas à base da classe trabalhadora pela CUT e Força Sindical. A Conlutas definia-se “(...) composta por entidades sindicais, organizações populares e movimentos sociais que têm como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (...) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI” (CONLUTAS, 2004).

Refletindo sobre esses termos, Boito busca esclarecer o projeto da ala majoritária da CUT, destacando que essa central, bem como o PT, não tiveram um projeto de transformação radical da sociedade brasileira, ou então um projeto socialista,:

[...] os sucessivos congressos da CUT e do PT, além de pleitearem a elevação do consumo individual no mercado através do aumento de salário, consolidaram uma plataforma que reivindicava estatização da educação e saúde, estatização dos transportes públicos, do sistema financeiro etc. A CUT e o PT, ao contrário do que

sugere a imagem pública dessas organizações, nunca definiram um programa de construção do socialismo no Brasil, mas, ao longo dos anos 80, lutaram pelo Estado de bem-estar social. (BOITO et al. 2009, p. 9)

Na visão de Boito, tanto o PT como a CUT, buscaram sustentar-se sobre os ombros do proletariado super-explorado. Assim, seu programa baseou-se sempre na busca de atender demandas imediatas, buscando diferenciá-lo por meio desse elemento, das outras correntes e frações políticas que defendiam uma transformação radical da sociedade, sobretudo das correntes que se reivindicavam revolucionárias. Segundo o autor:

[...] No final da década de 1970, [...] A ação e os discursos dos dirigentes desse sindicalismo traduziam basicamente a aspiração elementar pela elevação do consumo individual no mercado, apostando, para tanto, na livre negociação salarial, e rejeitando o envolvimento do sindicalismo com a política. Lula, então dirigente sindical, não se cansava de repetir que os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos com a livre negociação e rejeitava a participação do sindicalismo na luta contra a ditadura e pela Constituinte pois, como gostava de lembrar, o Brasil já tivera cinco ou seis constituições e nenhuma delas resolvera o problema dos trabalhadores. (BOITO, 2003, p. 7-8)

A Articulação PT e Articulação CUT construíram-se defendendo as políticas imediatas, com isso conseguiam aproximar setores do funcionalismo público (sobretudo os bancários e professorado) e do proletariado. Analisa-se a seguir as outras frações da classe trabalhadora.

3.2. POLÍTICAS PARA A CLASSE TRABALHADORA NO GOVERNO LULA

Existem, na literatura, muitas formas de se referir à população situada abaixo do proletariado, do ponto de vista das condições materiais. André Singer, por exemplo, chama a massa miserável de “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” (SINGER, 2012). Maria da Conceição Tavares utiliza o termo “setor subdesenvolvido” (TAVARES, 1972). Este trabalho usará o conceito de subproletariado desenvolvido por Marx em “*A Ideologia Alemã*”, segundo o qual o *lumpemproletario* ou *subproletário* é aquele que está desvinculado da produção material, vivendo em situação de miséria extrema. Além disso, para Marx, o subproletariado, devido à sua condição marginal, seria uma massa desorganizada sem modelo próprio de sociedade, desprovida de consciência política e de classe, ficando vulnerável aos interesses da classe dominante. Isso ocorre porque o único projeto possível a essa fração de classe é deixar de ser miserável, ou seja, incorporar-se à

sociedade moldada pelos interesses da classe que domina, seja ela o proletariado ou a burguesia. É esse o conceito utilizado aqui.

Para quantificar o subproletariado, o Banco Mundial designa como pobreza extrema ou miséria, pessoas que vivem com até dois dólares diários *per capita*. No entanto, segundo Singer, essa designação se torna errônea porque não leva em consideração aspectos mais amplo como, por exemplo, a cidade, ou as variações mais próximas desse valor. Sendo assim, uma pessoa que recebe 2,05 dólares não é considerada miserável. E ainda, quem recebe dois dólares em um grande centro urbano como São Paulo não pode ser equalizado a quem recebe o mesmo valor em uma cidade mais barata.

Para o Ipeadata, a melhor maneira de auferir a extrema pobreza seria fazer o cálculo a partir do valor de “uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS²³”. Esse cálculo demonstra que entre 2003 e 2009, o número de pessoas com renda *per capita* inferior à linha de extrema pobreza reduziu-se de 27 milhões para 13,5 milhões. No entanto, o número de pessoas com renda *per capita* inferior à linha de pobreza (ou seja, o dobro da linha de extrema pobreza) reduziu-se de 61 milhões para 40 milhões no mesmo período²⁴. Ao somar-se os dois dados, têm-se que em 2009 mais de 53,5 milhões (29%) de pessoas ainda viviam abaixo da linha da pobreza no Brasil.

Isso significa que, quase um terço da população não teria condições de transformar a ordem capitalista vigente no Brasil, pois como já dito, o subproletariado deseja apenas integrar-se à ordem. Contudo, reduzir a extrema miséria é parte da diretriz adota pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela ONU. Sendo assim, os programas focalizados de combate a miséria são programas que fazem parte do modelo neoliberal.

No Brasil, os programas de combate à miséria começaram já nos anos 90 com o desenvolvimento do modelo neoliberal. No governo de FHC foram implementados programas como Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, que atendiam cerca de 5 milhões de famílias. Cada um desses programas era gerido por diferentes ministérios dentro do governo Federal. Em 2003, Lula unificou e ampliou esses programas sociais em um único: o Programa Bolsa Família (PBF), administrado e supervisionado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

²³ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial de Saúde (OMS)

²⁴ Dados obtidos em <www.ipeadata.gov.br> . Valores aproximados consultado em 17 de dezembro de 2013. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

A titularidade do programa é dada, preferencialmente às mulheres e existe a exigência de filhos em idade escolar não faltarem mais do que 15% das aulas ao ano. Além disso, para ser inserida, a família deve ter renda mensal *per capita* inferior à 70 reais. Os benefícios dependem do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam²⁵. Segundo Singer:

“Em 2004, o programa recebeu verba 64% maior e, em 2005, quando explode o ‘mensalão’, teve um aumento de outros 26%, mais que duplicando em dois anos o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias perto das eleições de 2006 (SINGER, 2012, p. 64).

Em 2012, o Programa atendia 13,3 milhões de famílias, atingindo cerca de 60 milhões de brasileiros, ou seja, um terço da população, sendo que 93% dos titulares são mulheres (GONÇALVES, 2013). O gasto com o Bolsa Família, nesse mesmo ano, segundo a ministra Tereza Campello, foi de 0,46% do PIB, cerca de 20 bilhões de reais. O PBF já reduziu em 89% a extrema pobreza no país, restando 2,5 milhões de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza no Brasil²⁶.

A quantidade de pessoas que o Programa Bolsa Família atinge, coíbe futuros candidatos à presidência, uma vez que se colocar contra a essa política, poderia se tornar um “suicídio eleitoral”. Além disso, programas sociais tornaram-se o meio mais barato e rápido de obter base eleitoral junto ao subproletariado (lembrando que este soma mais de um terço da população). Tanto isso é notável, que em 2010, o candidato da oposição, José Serra (PSDB) propôs-se a não só continuar com o PBF, como também a dobrar o número de famílias atendidas (SINGER 2012). Segundo Gonçalves:

[...] grupos dirigentes, focados na perpetuação no poder e nas disputas eleitorais, reconhecem o papel das políticas de redução da desigualdade, em geral, e de combate à pobreza, em particular. Gastos públicos sociais focalizados, transferências e benefícios específicos transformaram-se em instrumentos eficazes de conquista de votos junto aos grupos sociais de menos renda. Assim, a política de distribuição de renda é funcional na luta pelo poder político. (GONÇALVES, 2013, p. 161)

²⁵ Dados obtidos em <www.mds.gov.br/bolsafamilia> consultados em 17 de dezembro de 2013.

²⁶ Dados obtidos em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-2013-bolsa-familia-tera-quase-r-4-bilhoes-a-mais-que-no-ano-passado-,1010189,0.htm>>. Cabe ressaltar que essa população, ao sair da extrema miséria, ainda podem ficar abaixo da linha da pobreza, uma vez que a linha da pobreza é o dobro da renda *per capita* da linha da extrema pobreza.

Dessa forma, por atender grande parte dos brasileiros que viviam na miséria antes do Bolsa Família, o programa se tornou algo intocável, acima de partidos ou governos, com a possibilidade de, ainda no governo Dilma (como visam as diretrizes aprovadas pelo PT em 2010), passar a ser um direito reconhecido pela Constituição. Cabe ainda ressaltar que diminuí-lo ou extingui-lo causaria a volta imediata à condição de miséria de uma parcela considerável da população.

Além do PBF, existem programas complementares que atendem tanto o subproletariado quanto o proletariado, como o Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, o Benefício de Prestação Continuada e o Pro-UNI. “O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), lançado em 2009, entregou 1.418.743 unidades habitacionais até abril de 2013” (SICSÚ, 2013, p. 24). Já o Benefício de Prestação Continuada, que paga um salário mínimo a idosos ou portadores de necessidade especiais cuja renda *per capita* seja inferior a 1/4 de salário mínimo, atendia 3,6 milhões de pessoas em 2012, sendo 1,9 milhões de pessoas com deficiência e 1,7 milhões de idosos²⁷.

Contudo, durante o governo Lula, outras políticas foram implementadas para a classe trabalhadora, dentre elas, o aumento do salário mínimo, aumento do emprego e da formalização do trabalho e a política de expansão do crédito popular. Essas políticas somadas ao Bolsa Família, produziram reação em cadeia, dinamizando a economia e melhorando as condições de vida de grande parcela da população.

No primeiro mandato de Lula, apesar do Bolsa Família, ocorreu a contenção da despesa pública, o aumento irrisório do salário mínimo (1,2%) e a reforma previdenciária. No entanto, em maio de 2005, já no final do primeiro mandato, o salário mínimo foi corrigido 8,2% acima da inflação. A partir de 2007, “o salário mínimo passou a ser corrigido todos os anos pela inflação do ano anterior, somada à variação do PIB de dois anos atrás” (SICSÚ, 2013, p. 68). Dessa forma, ocorreu uma variação real de 5,1% em 2007, 4% em 2008, 5,8% em 2009 e 6% em 2010. De 2003 a 2012, o salário mínimo passou de R\$200,00 para R\$678,00 em valores correntes, representando um aumento real de mais de 70%²⁸. Segundo Singer:

Deve-se lembrar que, entre 2003 e 2008, houve uma valorização de 33% do salário mínimo, significando que o aumento do número de cidadãos que passou a viver com mais de meio salário mínimo – medida que o comunicado do Ipea de julho de 2010 considera como equivalente à linha da pobreza absoluta – representou, na prática, elevação ainda maior da possibilidade de consumo (SINGER, 2012, p. 131-132).

²⁷ Dados obtidos em < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc> > Consultados em 20 de dezembro de 2013

²⁸ Dados obtidos em < <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> > . Consultado em 20 de dezembro de 2013.

Contudo, apesar da crescente valorização do salário mínimo, os valores estão muito abaixo do necessário. Segundo o Dieese, o valor mínimo necessário deveria ser, em 2010, de R\$2.227,53 (o valor nominal era de R\$510,00). Além disso, mesmo com a recomposição do valor, hoje, o salário mínimo vale 40% do que valia na década de 1950, quando chegou ao seu valor mais alto. Isso é importante porque, segundo o Censo 2010 feito pelo IBGE, 65,3% dos brasileiros ocupados recebiam até dois salários mínimos²⁹. Somando isso aos mais de 16 milhões de aposentados que recebem até um salário mínimo³⁰, podemos concluir que essa política afeta diretamente a renda de mais de 73% dos brasileiros. De acordo com Magalhães:

[...] o aumento acelerado do PIB proporciona ao poder público amplos recursos para a adoção de medidas de conteúdo social, gera emprego para toda mão de obra nova que se apresenta no mercado e viabiliza outras medidas de caráter social, como maiores elevações do salário mínimo. (MAGALHÃES, 2010, p. 30)

Durante o governo Lula, além do aumento do salário mínimo, houve acentuada expansão na criação de empregos, ainda que com grande rotatividade e estatutos precários. Como já destacava Filgueiras no *Economia política do governo Lula*, esse crescimento dos empregos, e mesmo da renda per capita, está ligado à expansão da economia internacional durante a década de 2000. O Brasil inseriu-se na divisão internacional do trabalho, baseando-se sobretudo, na exploração de bens primários.

Segundo Sicsú (2013), foram criados 15,3 milhões de empregos formais nos oito anos de governo Lula. Em 2003, o Brasil possuía 29,5 milhões de trabalhadores formalizados, subindo para 48 milhões em 2012. No primeiro ano do governo Lula foram criados 861 novos postos, subindo para 1.863 em 2004, 1.831 em 2005, 1.917 em 2006, 2.452 em 2007, reduzindo-se para 1.834 em 2008 (ano da crise financeira internacional), 1.766 em 2009 e voltando a subir para 2.861 em 2010. A taxa de formalização do trabalho subiu de 43,5% em 2003, para 53,6% em 2011. Com relação à taxa de desemprego, de acordo com Singer (2013), houve melhora, reduzindo-se de 12,3% em 2003, para 5,3% em 2010.

Mas, no que tange aos novos empregos criados, estes mantiveram os baixos índices salariais, o que por sua vez contraria a tese do surgimento de uma nova classe média no país. De acordo com Pochmann:

Por fim, destaca-se que, nos últimos quarenta anos, a maior expansão quantitativa de ocupações ocorreu justamente no primeiro decênio do século XXI, com saldo

²⁹ Dados obtidos em < <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/19/ibge-72-dos-brasileiros-ganhavam-ate-2-salarios-minimos-em-2010.htm> > Consultados em 21 de dezembro de 2013.

³⁰ Dados obtidos em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2006/notatec12SM.pdf>> Consultados em 21 de dezembro de 2013.

liquido 44% superior ao verificado no período entre 1980 e 1990 e 22% superior à década de 1970. Na sua maioria, os postos de trabalho gerados concentram-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo, o que significou o saldo líquido de 2 milhões de ocupações abertas ao ano, em média, para o segmento de trabalhadores de salário de base. (POCHMANN, 2012, p. 19)

O autor destaca ainda que, embora tenha crescido o número de postos de trabalho na faixa dos que recebem até 1,5 salário mínimo, por outro lado houve diminuição acentuada dos postos de trabalho na faixa dos que recebem salários maiores. Esse fato reforça as bases para uma compressão geral da renda, com um nivelamento salarial em uma faixa de menores rendimentos. Nas palavras do autor:

Na década de 2000, nos segmentos de trabalhadores ocupados sem remuneração e com rendimento acima de três salários mínimos mensais, houve redução no nível de emprego: de em média 108 mil vagas por ano para a mão de obra sem remuneração e quase 400 mil postos de trabalho a menos ao ano. [...]. (POCHMANN, 2012, p. 19).

Em síntese, “Durante a primeira década de 2000, entretanto, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho. Em compensação, as demais faixas de remuneração reduziram a sua posição relativa.” (POCHMANN, 2012, p. 20).

Outro elemento que pode ser elencado para problematizar o quadro do mercado de trabalho é o alto índice de rotatividade na faixa salarial de até 1,5 salário mínimo. Embora tenha se criado número significativo de postos de trabalho com carteira assinada, os novos postos tem um índice de rotatividade muito grande. As empresas demitem os funcionários com faixa salarial maior e contratam com os salários mais baixos possíveis. Esse trabalhador ou trabalhadora demitida precisa se contentar em voltar para o mercado de trabalho com índices salariais mais baixos. Isso fez com que os salários se mantivessem na faixa de 1,5 salário mínimo, o que contribui para o controle inflacionário.

[...] Entre 1999 e 2009, a taxa de rotatividade cresceu significativamente para os empregos com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. Para os empregos que pagam entre 0,5 e 1 salário mínimo mensal, a taxa de rotatividade foi de 85,3% em 2009, com aumento de 42,2% em relação à rotatividade do ano de 1999. (POCHMANN, 2012, p. 93).

O autor acrescenta ainda que entre 1989 e 2009, gerou-se no Brasil “um saldo de 16,7 milhões de novos postos de trabalho formais, sendo 12,6% deles (2,1 milhões de vagas) associados aos empregos temporários. Os micro e pequenos negócios foram responsáveis pela geração de 52,4% (1,1 milhão de vagas) do total dos empregos temporários do país no mesmo

período.” (POCHMANN, 2012, p. 99). Ainda, de acordo com Pochmann, mais de 10% dos postos de trabalho criados são correspondentes a empregos temporários, com contratos que duram menos de três meses.

Do conjunto de 41,2 milhões de empregos com vínculos formais no Brasil de 2009, 4,3 milhões de empregados possuíam contratos de menos de três meses de trabalho. Ou seja, 10,4% do total dos empregos formais podiam ser definidos como de curta duração ou empregos temporários em todo o país. Vinte anos atrás, 9,1% (2,2 milhões) dos 24,5 milhões de empregos com carteira assinada previam menos de três meses de trabalho na mesma empresa. (POCHMANN, 2012, p. 97)

À alta rotatividade do trabalho, soma-se ainda a terceirização, seu complemento estrutural. “[...] No ano de 2010, por exemplo, a taxa de rotatividade da mão de obra terceirizada no estado de São Paulo foi de 63,6%”. Pochmann afirma que “O avanço da terceirização do trabalho tem sido a expressão maior das transformações no modo de produção e distribuição de bens e serviços nas economias capitalistas transcorrido desde o último terço do século XX. [...]” (POCHMANN, 2012, p. 109). Com isso, tem-se no Brasil uma ampla massa de trabalhadores expostos a super-exploração institucionalizado do trabalho. Em números isso significa que:

Entre 1985 e 1995, o número de trabalhadores terceirizados cresceu a uma média anual de 9%, ao passo que a quantidade de empresas aumentou 22,5%, também como média ao ano. No período subsequente (1996-2010), a expansão média anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% e de 12,4% ao ano para o crescimento médio anual das empresas. Em todo o período analisado, o universo de trabalhadores terceirizados elevou-se 11,1% ao ano, em média, e, nesse mesmo período, a quantidade de empresas cresceu a uma média anual de 16,4%. (POCHMANN, 2012, p. 111-112).

Os baixos salários, a alta rotatividade e a terceirização estão ligados à nova relação capital-trabalho, decorrente do processo de reestruturação produtiva a partir da adoção do modelo neoliberal no Brasil. De acordo com Filgueiras:

A reestruturação produtiva das empresas – privadas e públicas –, através da reorganização dos seus processos de produção, com a introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho. Esse impacto negativo foi reforçado pela abertura comercial e financeira da economia e pelo longo ciclo de estagnação iniciado no começo dos anos 1980 e prolongado na década de 1990 – caracterizado por baixíssimas taxas de crescimento do PIB e reiteradas flutuações de curto prazo. (FILGUEIRAS et al., 2010, p.40)

Dessa forma, as políticas de geração de emprego durante o governo Lula, atendem à uma fração do proletariado, o subproletariado, ou seja, à uma parcela que se encontrava fora do mercado de trabalho e foi incluída a ele. Ao contrário do subproletariado, o proletariado

tem um projeto histórico de aumento da igualdade. Por mais que esse projeto ainda não seja o de ruptura total ou parcial com o modelo vigente, é um projeto que visa melhores condições de trabalho, melhores rendas, possibilidade de consumo. O avanço industrial representaria a possibilidade de colocar em prática esse projeto. No entanto, com a adoção do modelo neoliberal, a indústria nacional perdeu espaço para um projeto político que visou, como vimos no capítulo II, a inserção subordinada do Brasil na economia mundial através do avanço das exportações de *commodities*.

Com a diminuição do proletariado, a transformação do sindicalismo (como visto anteriormente) e a intensa entrada do subproletariado no mercado de trabalho, ocorreu o incremento no processo de enfraquecimento do poder de luta da classe trabalhadora, que vinha ocorrendo, entre outros aspectos, desde o avanço do sindicalismo propositivo no início da década de 1990. Além disso, devido à situação periférica brasileira e a consequente situação de miséria de grande parte da população, a dificuldade do proletariado sempre foi a de estabelecer alianças com o subproletariado para que juntos pudessem lutar por um projeto político unificado (SINGER, 2012). Isso ocorre porque, como já visto, o único projeto do subproletariado é o de sair da condição de miséria, causando uma polarização entre as duas frações de classe. Uma vez inserido no mercado de trabalho, o novo proletariado fica distante das lutas históricas travadas pelo antigo, desprovido da consciência de classe. Contudo, essa tarefa se torna ainda mais difícil a partir das novas relações capital-trabalho estabelecidas pelo neoliberalismo. Singer acredita que essa mudança é possível e já está em curso:

[...] como [o lulismo] está levando o subproletariado para dentro do proletariado, diminuindo o escopo do exército industrial de reserva, produzirá uma modificação estrutural, se tiver duração suficiente para isso, que ao fim e ao cabo legará uma massa trabalhadora compactada e não mais dividida em duas alas separadas. Sinal de que essa mudança está em curso é o fato de 89% das negociações salariais conduzidas em 2010 terem produzido reajustes acima da inflação, trazendo ganhos reais para os trabalhadores, que, na indústria, foram de 4,3% em média. (SINGER, 2012, p. 208-209)

Através dos programas sociais, do aumento do emprego e dos salários, milhões de brasileiros que antes estavam também excluídos do mercado de bens e serviços, passaram a consumir no mercado interno. Com isso, produziu-se um fenômeno social importante, que foi o aumento da participação do proletariado na movimentação econômica do país. Hoje a população de baixa renda não consome somente produtos da cesta básica, consomem eletrodomésticos, celulares, computadores e, em alguns casos, viagens e carros. De acordo com Sicsú, “Em 2002, somente 33,9% dos domicílios possuíam máquina de lavar. Em 2011,

este número aumentou para 51%. Em 2002, 86,6% dos domicílios possuíam geladeira; em 2011 saltou para 95,8%. E, certamente, milhões de brasileiros trocavam eletrodomésticos velhos por novos.” (Sicsú, 2013, p. 58). Segundo Singer:

“[...] O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe* (ou fração de classe, para ser extao). Não da classe trabalhadora organizada [...], mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de ‘subproletariado’ (SINGER, 2013, p. 76-77)

Através da Pesquisa Mensal do Comércio, o IBGE mostrou que o volume de vendas no comércio varejista dobrou nos últimos 10 anos, gerando uma reação em cadeia ao absorver 8,5 milhões de pessoas para trabalhos formais no setor. No entanto, cabe ressaltar que esse segmento tem baixos salários e alta rotatividade, além de muitos trabalhos temporários em época comemorativas como o Natal.

Em 2003, o mercado de consumo brasileiro era sustentado por 45,2% da população. Em 2011 esse valor passou para 63,7% de brasileiros. Segundo Filgueiras:

Quanto ao comportamento do consumo das famílias, que representa a maior parcela dentre os componentes da demanda (cerca de 60%), e que inicia o período com taxa de crescimento negativa, a partir de 2005 passa a evoluir num ritmo superior ao do crescimento do PIB, inclusive em 2009, ano de crise, com um crescimento de 4,1%. [...] (Filgueiras et al, 2010, p. 58)

Como já dito, a valorização do salário mínimo, a criação e ampliação do programa Bolsa Família, o aumento do emprego e até o Programa Luz para Todos (que impulsionou a cadeia de eletrodomésticos), foram fatores que contribuíram para a expansão do consumo na população de mais baixa renda. O fortalecimento do mercado interno de massa correspondia ao programa petista. Segundo documento do PT datado de 2002 “as mudanças na estrutura de distribuição de renda e riqueza só será possível se as medidas de distribuição adotadas forem acompanhadas por transformações na produção e no investimento que as orientem para um amplo mercado de consumo essencial de massas³¹”.

Nesse sentido, além das políticas citadas, o mercado interno de consumo de massas foi estimulado também através da política de crédito, amplamente estabelecida nos oito anos de governo Lula. Todas as classes sociais beneficiaram-se dessa política. O Banco Central, a

³¹ Diertório Nacional do PT, *Concepção e diretrizes do programa de govern do PT para o Brasil, Lula 2002*, São Paulo, março de 2002, item 26.

Caixa e o Banco do Brasil iniciaram um processo de redução das taxas de juros cobrados nos empréstimos, influenciando os bancos privados à acompanhar o movimento. Os juros mais baixos e a dilatação do prazo para pagamento, aliados a algumas isenções fiscais, abriram espaço para o endividamento da classe trabalhadora. Foi nesse processo que grande parcela da população conseguiu comprar bens duráveis, com destaque aos eletrodomésticos. Segundo Gonçalves:

[...] Para ilustrar, segundo dados do Banco Central, as operações de crédito cresceram continuamente de 24% do PIB, em 2003, para 49% em 2011. Vale notar que as taxas médias de juro nominal ao ano em janeiro de 2012 são: pessoas físicas = 44% e pessoas jurídicas = 28% (GONÇALVES, 2013, p. 182).

Outra possibilidade aberta de crédito foi a do crédito consignado, descontado em parcelas mensais direto da folha de pagamento dos funcionários públicos e aposentados. Criado em 2004, esse recurso permitiu a expansão do financiamento popular, “que incluiu uma multiplicação expressiva do empréstimo à agricultura familiar (sobretudo no Nordeste), do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda” (SINGER, 2013, p. 67). Esses empréstimos, em geral, custam 13% a menos do que os empréstimos convencionais, isso porque, o mecanismo de retirada das parcelas direto da fonte exclui o risco de inadimplência. Dessa forma, o crédito consignado passou de 11 bilhões de reais em 2004 para 119 bilhões de reais no primeiro semestre de 2010³².

A agricultura familiar é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas no país, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país (33% do PIB Agropecuário). Para esse segmento foi criada uma linha especial de crédito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que fez crescer em 52% a renda das famílias de baixa renda no campo em dez anos³³. Foram mais de 2,5 milhões de agricultores familiares beneficiados. Em 2013, os recursos chegaram a 18 bilhões de reais³⁴.

Toda a política de crédito do governo colocou em circulação trilhões de reais aquecendo o mercado interno através do consumo de massas. A isenção fiscal de empresas foi repassada aos consumidores, ampliando ainda mais a possibilidade de compra. De acordo com Singer:

[...] A expansão do crédito imobiliário e do crédito rural; o aprimoramento dos bancos públicos para que se constituíssem em ‘instrumentos efetivos de

³² Eduardo Cucolo, “Bancos públicos e privados batalham por consignado”, *Folha de São Paulo*, 7 de julho de 2010, p. B1.

³³ Dados obtidos em <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>> Consultado em 20 de dezembro de 2013.

³⁴ Dados obtidos <http://www.pt.org.br/noticias/view/agricultura_familiar_recursos_do_pronaf_cresceram_300_em_10_anos> , consultados em 29 de setembro de 2013

financiamento à produção e ao financiamento'; o fortalecimento das instituições de crédito para apoiar as micro, pequenas e médias empresas; e mesmo a instituição de fundo que financiasse projetos sociais foram, de algum modo, propostas [...] contempladas na importante expansão do crédito que ocorreu sob Lula, de 381 milhões de reais em 2003 para 1,4 trilhão de reais no começo de 2010, segundo dados do governo (SINGER, 2013, p. 189-190)

Em função do estímulo ao mercado interno e uso intensivo dos bancos públicos, além das desonerações fiscais e financiamentos estatais, o governo conseguiu obter um comando sobre a economia quando estourou a crise de 2008, com início na quebra do Lehman Brothers em 15 de setembro daquele ano. Com isso, o governo operou na contramão do BC, que demorou a reduzir as taxas de juros. A Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES, ofertaram crédito no momento em que o sistema financeiro privado reduziu a oferta de empréstimos e elevou as taxas de juros. Isso só foi possível porque essa política veio se desenvolvendo ao longo da década de 2000. No momento em que o governo chamou a população ainda mais para o consumo, já existia no Brasil, uma ampla camada com possibilidades de consumir. Não foi preciso criá-la, essa camada já vinha consumindo desde 2003. O que o governo fez, foi estimular o crédito e aumentar mais uma vez o salário mínimo. Em 2009, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, Lula conseguiu ainda conter a onda de demissões do primeiro trimestre do ano, estimulando a contratação de trabalhadores na construção civil (SICSÚ, 2013).

Essa blindagem inicial contra a crise ocorreu, grosso modo, devido à ampla expansão mundial nos anos anteriores, isso favoreceu as exportações brasileiras e fez reduzir a dívida pública, elevando os níveis das reservas internacionais. Quando veio a crise, o Estado tinha dinheiro em caixa para gastar.

As políticas voltadas para a classe trabalhadora estiveram, portanto, sobre quatro pilares fundamentais: programas focalizados de distribuição de renda, aumento do salário mínimo, aumento do emprego e ampla política de crédito. É certo de todas essas políticas beneficiaram grande parcela da população brasileira. Contudo, o que este trabalho pretende mostrar, é que todas elas tiveram problemas, além de atender a apenas algumas frações do proletariado em detrimento de outras.

Além disso, o assistencialismo sem uma política mais profunda de transformação estrutural do sistema capitalista se torna frágil, uma vez que retirado, por qualquer problema ou decisão política, deixará essas pessoas desatendidas, fazendo-as retornar ao estado de miséria ao qual saíram. Não se faz aqui uma crítica aos programas, porque possuir o mínimo altera a condição de vida do subproletariado. O fato é que esses programas atendem à uma

fração de classe que se encontra fora do mercado de trabalho ou em condições muito precárias de trabalho. Ou seja, mesmo com o aumento do emprego, essa população ainda não foi inserida de forma satisfatória, precisando dos programas sociais que, por sua vez, não operam no sentido de superar de vez a condição de miséria dessa população.

As políticas de aumento do salário mínimo também foram importantes, mas ao se comparar o valor real dos salários, verifica-se que a recuperação fez chegar aos patamares do início da década de 90. Ou seja, houve uma intensa perda do valor do mínimo durante a década de implementação do modelo neoliberal, havendo a recuperação na década posterior. Visto no plano mais amplo, verifica-se que não saiu do lugar. Os salários de hoje, estão muito aquém dos salários da década de 1950, quando foram instituídos e atingiram o seu valor máximo, depois disso, houve muitas perdas até que se chegasse aos patamares de hoje. Até que se chegue aos patamares necessários definidos pelo Dieese, ainda se deve traçar um longo caminho que só se colocará em curso através da luta da classe trabalhadora, amplamente enfraquecida depois de dez anos de governo PT e mais de vinte de modelo neoliberal.

O aumento do emprego em números parece um grande avanço da economia brasileira, mas ao olhá-los mais detidamente, pode-se notar que são empregos de baixos salários, com elevada rotatividade e instabilidade. A precarização do trabalho e a entrada no mercado de milhões de subproletariados retiraram a força política da classe trabalhadora, puxando para baixo o nível salarial e piorando as condições de trabalho. Isso fez com que a parcela proletária com melhores condições e salários, devido às intensas lutas da classe na década de 1980, ficasse submetida às essas novas condições, sendo muitas vezes demitida e reinserida de forma precária.

Por fim, todas as políticas de crédito, em um país com uma das maiores taxas de juros do mundo, fizeram com que a classe trabalhadora se endividasse excessivamente e por longos períodos. É consenso que adquirir casa própria, geladeira, móveis para a casa e em alguns casos até um carro, melhora as condições de vida da população. Contudo, o “presente grego” do governo federal tratou de forma superficial as necessidades da população, estimulando a compra de bens básicos através da dilação do prazo de pagamento. Isso quer dizer que é certo que o povo precisa de casa, geladeira, bens duráveis, mas isso poderia ter sido feito com mais subsídios e menores taxas de juros, levando-se em consideração os baixos salários da classe trabalhadora. O que o governo Lula fez, entretanto, foi estimular o consumo e dilatar o prazo para o pagamento, instaurando parcelas que chegam a 36 meses. No caso da moradia, o trabalhador pode ficar 25 anos pagando as parcelas. Cabe notar que o Brasil é um dos únicos países com prazos tão extensos, já que do contrário, impossibilitaria o consumo da classe de

baixa renda (cerca de 70% da população). Lula ainda incentivou um consumo excessivo para que se contivesse a crise em 2008-09. Mas uma vez, o peso para o bom andamento da economia recaiu sobre as costas dos trabalhadores.

Ao analisar-se o conjunto da classe trabalhadora, pode-se constatar que houve muitas perdas nos últimos anos. Não se tem no Brasil hoje, uma classe robusta, com um projeto político bem definido e direcionado. Pelo contrário, o que se tem é uma classe ainda mais pobre, precarizada e enfraquecida, sem uma consciência que os une sob um mesmo projeto de transformação das condições materiais à quais estão submetidos, devido, sobretudo, à hegemonia burguesa.

O PT da década de 1980 era muito diferente daquele que chegou à presidência, mas o partido nunca foi revolucionário. O socialismo era debatido nos encontros e congressos, mas o que ficou claro é que desde o início o partido foi reformista. Dentro dele existiam pessoas ligadas à extrema esquerda, mas o que ocorreu é que essas correntes nunca chegaram à direção do partido, ou seja, não ditaram diretrizes e programas. O resultado é que o programa reformista da tendência majoritária se tornou o programa de um partido todo.

Além disso, o PT nacional, não foi criado por trabalhadores. O PT foi sendo fundado nas regiões brasileiras por membros da Igreja Católica, militantes da extrema esquerda, líderes locais, professores, médios proprietários de terra, comerciantes, defensores do transporte públicos, das causas ambientais e mais um amplo leque de pessoas e movimentos sociais, cada qual à sua maneira em diferentes cidades e estados. O PT foi desde o início, um partido multiclassista e estava além de uma base operária (SECCO, 2011).

Essa pluralidade fez do PT um partido da diversidade. Em alguns lugares as reuniões de fundação do partido aconteciam sem que houvesse nenhum operário. Nessa época, muitos estudantes de correntes marxistas revolucionárias entraram para o partido. O PT tinha ainda professores, bancários, jornalistas, sociólogos, etc. Era o momento de se inserir na história política do país e muitos o fizeram. Isso demonstra a fragilidade e a falta de unidade política do partido, possibilitando a ascensão da fração de Lula. Além disso, Lula, líder sindical do ABC na época, foi um dos eixos da criação do partido. Sua imagem ganhou destaque no ABC na campanha salarial de 1977. Depois se tornou presidente do sindicato dos Metalúrgicos e em 1980 ajudou a fundar o PT em São Bernardo do Campo. Foi ele quem proferiu o discurso histórico na primeira convenção nacional do Partido dos Trabalhadores em Brasília, no ano de 1981. Lula mostrou-se ao Brasil nas viagens e comissões que fez para a expansão do partido e de início logrou reconhecimento como centralidade no PT. Lula era um dos principais líderes

do partido e muitas vezes sobrepunha-se a Executiva Nacional, atuando apenas com pessoas de sua confiança (SECCO, 2011).

Sendo assim, apesar de Lula estar intimamente ligado ao PT, possuía enorme autonomia, sobretudo na condução das campanhas eleitorais. Essa manobra política, utilizada desde 1990, acabou por salvar Lula da crise do mensalão que abarcou o partido em 2005.

Segundo Secco:

Os escândalos de 2005 atingiram muito mais o PT do que o governo. A figura de Lula foi protegida para que ele não sofresse uma campanha de *impeachment*. Por isso ele iniciou aquele processo atacando o lacerdismo [alusão à Carlos Lacerda] da oposição e no auge da crise foi à rede nacional de televisão no dia 12 de agosto para confessar-se traído e pedir desculpas à população (SECCO, 2011, p. 227).

Esse fato deixou a população em dúvida se Lula sabia ou não do que estava acontecendo no seu governo e, ao mudar o foco, retirou o peso político das acusações direcionadas a ele. Além disso, naqueles dias, sua agenda foi direcionada para atos populares e viagens ao interior do país, principalmente ao Nordeste. Além disso, o programa Bolsa Família foi ampliado nesse ano e ainda ocorreu o pagamento simbólico da dívida externa. Ao final, Lula conseguiu manter seu apoio político e conseguiu vencer as eleições no ano seguinte. Este foi o final do processo que primeiro separou a direção do partido da base e depois separou Lula da direção do partido. Segundo Filgueiras e Gonçalves:

No âmbito político, o deslocamento e a autonomia cada vez maior de Lula em relação ao PT – assumindo uma posição de “neutralidade”, às vezes um arremedo de “bonapartismo” –, bem como a submissão incondicional desse partido a ele, foram condições necessárias para a condução do processo de acomodação do bloco de poder político dominante, alcançando-se o consenso através da obtenção da confiança do grande capital e do consentimento dos setores subalternos (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 51)

Contudo, depois da análise das políticas voltadas para a classe trabalhadora cabe ainda retomar a tese defendida por Singer. O autor afirma que o governo Lula teria representado um “semitransformismo”, pois, os quadros do PT que anteriormente defenderam um programa reformista, se tornaram agentes de um reformismo fraco, comprometidos em não causar conflitos com o grande capital. Segundo Singer:

[...] o lulismo tem um pertencimento de classe específico, cuja prioridade é a diminuição da pobreza, e não da desigualdade. Por isso, o reformismo fraco é o projeto adotado pelo bloco no poder. Expansão do mercado interno com integração do subproletariado ao proletariado via emprego (mesmo que precário), consumo e

crédito, sem reformas capitalistas, e com lenta queda da desigualdade como subproduto, é o que se deve esperar (SINGER, 2012, p. 200)

Pela análise pode-se notar que Lula realmente não foi um governo revolucionário e, segundo Singer, nem mesmo completamente reformista. O sindicalismo propositivo foi levado para dentro do governo, aliando-se ainda mais à CUT. O partido, separado da base, implantou medidas imediatas e pouco transformadoras. Vê-se a seguir como foi a conciliação de classes dentro desse governo.

CONCLUSÃO

[...] Enquanto não tiver uma reforma política no Brasil, vai ser assim: quem ganhar, quem quiser governar, vai ter que conversar com o Congresso, vai ter que conversar com a Câmara, vai ter que conversar com o Senado, vai ter que conversar com o movimento sindical, vai ter que conversar com os empresários. É assim que se governa.³⁵

Até aqui, procurou-se mostrar como o governo Lula relacionou-se com a burguesia e com o proletariado. A análise levou em consideração políticas diferentes que conseguiram atender, cada qual a seu modo, aos interesses das duas classes diametralmente opostas que compõem a sociedade sob o modelo capitalista. Essa relação se formou por diferentes aspectos e cabe agora discutir como esse processo se configurou dentro do governo.

Com relação à bibliografia, nota-se que o tema é complexo e confuso. Diferentes autores atestam formas distintas de como se deu essa relação, buscando variados exemplos históricos para as suas afirmações. Contudo, há um consenso de que essa relação, da forma como foi construída e o sucesso que obteve, é algo novo, talvez nunca visto anteriormente. Lula deixou a presidência sob aplausos de diferentes frações, tanto burguesa, quanto proletária, e esse fato realmente incomoda aos estudiosos do tema. Como ele conseguiu? É o que estas conclusões procuram discutir, uma vez que seria impossível esgotar o tema, dada a proximidade histórica de todos os autores aqui discutidos.

Na literatura não há consenso sobre a forma de conciliação de classes. Alguns autores irão basear sua análise na hegemonia burguesa. Acreditam, portanto, que a dominação burguesa conseguiu se estabelecer plenamente submetendo o proletariado aos seus interesses de classe. Há a corrente que analisa o processo sob a ótica de cooptação de parcelas importantes dos setores da classe trabalhadora, ou seja, essa classe foi manipulada a ponto de aceitar a sua própria dominação. Há ainda autores que afirmam que não houve nem manipulação, nem dominação burguesa. O que ocorreu no governo Lula foi o atendimento dos interesses de ambas as classes, deixando-as satisfeitas.

A hegemonia da classe dominante, segundo Gramsci, se dá na liderança moral e intelectual das classes dominantes sobre os dominados. Segundo essa teoria, a hegemonia não se estabelece apenas por meio do Estado, ou seja, é necessário usar de outros aparatos, tais como o sistema educacional, formas culturais ou religiosas, que engendrem nos dominados o projeto burguês e inibam o potencial revolucionário. Somente a partir do consentimento do

³⁵ Em entrevista que Lula concedeu em 2013 à Emir Sader, publicada no livro “Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil”

proletariado que a hegemonia se realiza. Além disso, retomando a teoria de Marx e Engels desenvolvida em *A ideologia alemã*, através do binômio “força e consentimento”, a burguesia abre mão de seus interesse mais imediatos e confere concessões à classe dominada para o avanço da sociedade como um todo. Essa seria uma responsabilidade intrínseca das lideranças, como forma única de estabelecer sua hegemonia. Contudo, Gramsci acredita que essa lógica deva ser estabelecida de forma a parecer que o consenso da maioria expresse a força e não o contrário. (GRAMSCI, Cadernos do Cárcere, 1932-34/2000, Caderno 13).

A teoria de “força e consentimento” é utilizada também por Francisco de Oliveira para explicar o que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos. No caso do governo Lula, Oliveira aponta que essa hegemonia se realiza “às avessas”. Comparando a articulação do governo Lula na realização da hegemonia do capital financeiro com a derrota do *apartheid* na África do Sul, o autor faz a análise sob a ótica da inversão da dominação da classe dominante através da ideologia, colocando que o consenso agora parte da burguesia e não do proletariado. Segundo o autor:

Nos termos de Marx e Engels, da equação "força + consentimento" que forma a hegemonia desaparece o elemento "força". E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração: são os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a "direção moral" não questione a forma da exploração capitalista. E uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada. (Oliveira, 2010, p. 27)

Oliveira reconhece ainda, que esse tipo de dominação é um processo histórico novo, e o faz através da comparação com outras formas de dominação presentes na história tanto do Brasil, como do resto do mundo. Ao fazê-lo, nega o populismo, uma vez que não há a inclusão da classe trabalhadora e, portanto, não há ameaças da base de dominação, como teria ocorrido no final do governo Vargas. Carlos Nelson Coutinho nega que o populismo possa gerar ameaças à dominação, uma vez que ele se estabelece a partir da Revolução Passiva, ou seja, pelo alto. O autor retoma o *Welfare State* para mostrar que através de concessões das classes dominantes, atendendo algumas demandas populares, ocorre uma reestruturação conservadora que bloqueia qualquer reação vinda da classe explorada. Segundo Coutinho, revolução passiva:

Foi precisamente o que aconteceu na época do *Welfare State* e dos governos da velha social-democracia. Com efeito, o momento da *restauração* teve um papel decisivo no *Welfare*: por meio das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o

envolveu entre as duas guerras mundiais. [...] É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistar significativas ‘vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital’ (Marx, 1956, pag 354). Deve-se recordar que o *Welfare* surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital. [...] (COUTINHO, 2010, p. 36-37).

Para esse autor, as revoluções passivas não são encontradas no neoliberalismo. Ao discorrer sobre a tese da hegemonia da pequena política, aponta que nos últimos anos a luta de classes deixou a política, e esta passou a se tornar apenas a “administração do existente” (COUTINHO, 2010). Segundo essa teoria, mais do que a alienação dos indivíduos para com a política, o que tem se estabelecido é uma apatia das massas. Como nada de substantivo é colocado e uma vez que a direita não precisa usar da coerção para governar, o “consenso passivo” deixa que a política se faça sem as demandas das classes sociais, cujo excesso é o “gerador de desequilíbrio fiscal” e de “instabilidade social”, segundo os teóricos do neoliberalismo (COUTINHO 2010). A apatia faz com que a luta de classes exista apenas para manter direitos já conquistados, sem que haja a proposta de novos embates ou de qualquer superação do sistema capitalista.

Contudo, é preciso colocar que Francisco de Oliveira já discorreu sobre o tema de forma distinta. No fim do primeiro governo Lula, o autor afirmou que “o processo político brasileiro viveria, desde o fim do modelo desenvolvimentista, uma situação prolongada de indeterminação de classe – as relações entre as classes sociais e suas frações e a atividade política teriam se dissolvido, tornando o processo político no Brasil “difuso e indeterminado.” (OLIVEIRA, 2005). O termo “hegemonia às avessas só foi cunhado após o final do segundo mandato de Lula.

Ainda sob a ótica marxista de “força e consentimento”, Leda Maria Paulani, retoma Agamben e traça um paralelismo entre o estado de exceção militar e o estado de exceção econômico. Segundo essa teoria, a necessidade de conter anomalias sistêmicas em tempos de crise econômica, faz com que governos proclamem irrestritos direitos em favor de um bem maior: restabelecer a estabilidade econômica. Assim, na iminência ou na concretude de uma crise, os governos utilizam-se de recursos não previstos em Constituição, subjugando todos os outros poderes e ampliando o seu poder ao extremo, assim como ocorre caso a segurança nacional seja afetada de alguma forma.

O “estado de sítio econômico” (ferramenta valiosa para conseguir estabelecer o consenso das massas) passa então, nessa nova era do capitalismo sobre a vigência do modelo

neoliberal, a ser utilizada pelo Estado como instrumento de dominação, uma vez que a emergência econômica se torna a regra. Segundo a autora:

É a ideia de que a necessidade faz a lei ou, de modo ainda mais radical, de que ela é “a fonte primária e originária do direito”, que está por traz do deslocamento do estado de exceção de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo [...]. (PAULANI, 2010, p. 114).

Seria, portanto, dessa forma que a hegemonia se estabeleceria. Através do medo implantado nas massas, a burguesia, através do Estado, recebe o consentimento para agir de acordo com o seu projeto. Não se trata de apatia ou de concessões, trata-se da dominação pelo medo econômico.

No caso brasileiro, a compreensão e aplicação dessa teoria se tornam de fácil entendimento, ainda mais por aqueles que viveram a década de 1980. Diante da crise inflacionária o governo se viu obrigado a salvar o país da rápida e continua desvalorização da moeda. A resposta teria que vir depressa sob a pena de não conseguir conter o caos que se generalizou. Dessa forma, não havia tempo hábil para que os Planos de contenção fossem aprovados pelo Congresso, dando ao Executivo irrestrito poder sobre a situação. O consenso da “emergência econômica” se estabeleceu portanto, devido ao medo da inflação, presente nos governantes, dominantes e dominados. Devido à experiência que passou a habitar a memória dos que viveram a hiperinflação, ficou mais fácil para os próximos governantes utilizar-se do medo da inflação para estabelecer a dominação do capital financeiro.

Contrário a tudo isso aparece a concepção segundo a qual o governo Lula soube conciliar os interesses de classe e atendeu plenamente as duas classes, e suas distintas frações, pacificando-as sob a hegemonia do capital financeiro. Dentre eles, encontra-se o próprio Lula. Questionado sobre se teria raiva da oposição que o PSDB estabelece ao seu governo, o ex-presidente afirmou:

“Eu não tenho raiva deles e não guardo mágoas. O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. Agora, obviamente que eu tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego.” (SADER, 2013, p. 16)

Lula se coloca na posição de único governo que conseguiu conversar com todas as classes. Ele teria estabelecido certo paternalismo que se realizou na figura de quem soube

ouvir o que os diversos segmentos das classes “necessitavam” e conciliou-as no mesmo governo. Lula ainda afirma que, ao chegar na presidência, havia um processo de desconfiança, mas “para que um governo desse certo, [ele] precisava conquistar a confiança dos trabalhadores, mas também conquistar a confiança dos outros segmentos da sociedade. E isso exigia muita conversa, muito diálogo. E foi isso que nós fizemos”. (LULA *apud* SADER, 2013, p.13, grifo meu).

Segundo Singer, o governo Lula pode ser caracterizado como um período de ascenso de um fenômeno que o autor denominou de Lulismo. No livro “Os sentidos do Lulismo”, o autor discorre sobre a tese do lulismo. Para Singer, a partir de 2003 houve uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido um realinhamento eleitoral em 2006, com o aparecimento de uma base lulista, principalmente em áreas menos favorecidas, como é o caso do Nordeste. Teria ocorrido nesse momento a separação entre ricos e pobres, deslocando as classes sociais para o segundo plano. O lulismo seria, portanto, o encontro de uma liderança com uma fração de classe empobrecida por meio do programa de combate a miséria iniciado ainda no primeiro mandato. Segundo essa tese, o lulismo só foi possível porque o impulso fora dado anteriormente com os programas focalizados, cristalizando o realinhamento e fazendo surgir o fenômeno nas eleições de 2006.

O autor procura argumentar que o lulismo faz uma rearticulação ideológica, que tira centralidade do conflito entre direita e esquerda, mas reconstrói uma ideologia a partir do conflito entre ricos e pobres. Isso porque o lulismo buscaria equilibrar as classes fundamentais e esvaziaria as posições que pretendem representá-las na esfera política. Além disso, encaixa o lulismo no caso de “revolução passiva”, uma vez que foi um movimento sem mobilização.

Arcary irá relacionar Lula com a sua trajetória política dentro do PT e com a própria transformação desse partido ao longo dos anos. Esse autor defende que Lula fazia parte da Articulação, uma corrente do PT que não via no socialismo a saída para as mazelas da população. Segundo Arcary, o PT tinha “uma corrente majoritária na direção, desde a fundação, liderado por um bloco político que uniu uma fração da burocracia sindical com aspirações de classe pequeno-burguesas [...]” (ARCARY, 2011, p. 45). Quando Lula ganhou as eleições em 2002, quem ficou a frente do governo foram todos os representantes dessa corrente. Segundo disse o ex-presidente: “[...] E nós criamos o partido. Depois eles achavam que nós não passaríamos de uma coisa pequenininha, bonita e radical. E nós não nascemos

para sermos bonitos, nem radicais. Nós nascemos para ganhar o poder.” (SADER, 2013, p. 15).

Para Arcary Lula foi extremamente original no seu governo, ou seja, a despeito do que fizeram os outros, conseguiu estabelecer a colaboração de classes e estabilizou o regime democrático-eleitoral em um país com tendências revolucionárias. No entanto, fazendo uma crítica a esse governo, Arcary afirma que “uma análise sóbria permite concluir que o PT surgiu como um partido operário [...] mas com um projeto político dominante na sua direção de reformas para a regulação do capitalismo brasileiro.” (ARCARY, 2011, p. 61-62). A intenção de Lula, desde a década de 1980, era a de melhorar a condição geral dos trabalhadores, sem mexer com a hegemonia do capital financeiro. Segundo o autor:

[...] Lula fez um governo que recebeu aplausos quase unânimes do que há de mais reacionário no Brasil e no mundo: de Maluf a Delfin Neto, de Michel Temer a Henrique Meirelles, de Bush a Sarkozy, de Merkel a Putin, não faltaram entre os maiores banqueiros, empreiteiros e latifundiários vozes dispostas a admitir em público o deslumbramento das classes dominantes de todos os continentes com Lula e o PT. [...] Lula surpreendeu pela resistência de sua autoridade na classe operária. É verdade que as condições de crescimento econômico internacional beneficiaram Lula e o governo. Mas não foram somente estas condições externas favoráveis que podem explicar a perenidade da influência do PT na classe trabalhadora. E tampouco foram as mais de dez milhões de bolsas famílias distribuídas. (ARCARY, 2011, p. 68).

O exemplo que Arcary utiliza para o sucesso da dominação burguesa é o conceito de bonapartismo, que explica, através do marxismo, governos que tentaram conciliar os interesses de frações burguesas, apoiando-se na classe proletária. Lula, que veio da classe operária, desprovido de diploma universitário, foi a figura carismática que convenceu. Segundo o autor:

Finalmente, depois da vitória de Lula, ou, mais precisamente, depois da Carta aos brasileiros em julho de 2002 quando se transformou em partido de governo, o PT passou a ser o principal suporte da contenção social para garantir a governabilidade de Lula. Foi o PT que conteve a possibilidade de expressão na forma de mobilização popular do desgaste social acumulado pelo desemprego, arrocho salarial e privatizações dos anos FHC. Foi a presença de Lula, sobretudo, que ajuda a explicar porque o regime democrático no Brasil não atravessou uma crise como na Argentina (ARCARY, 2011, p. 70).

Para Arcary, outro fator importante do alto índice de aprovação de Lula, é o contexto externo altamente favorável, o que teria possibilitado ao governo, obter fundos para a realização dos interesses, tanto da burguesia, quanto do proletariado. A retomada só desenvolvimento econômico combinada com políticas de distribuição de renda, teria sido, portanto, o que Emir Sader chamou de “a chave do enigma Lula” (SADER, 2013, p.139)

Nessa mesma corrente teórica encontra-se Belluzzo, que irá tratar do tema de forma bem similar à Arcary. Apesar de não fazer um paralelo histórico do Partido dos Trabalhadores, Belluzzo afirma que Lula escondeu-se sob a imagem de metalúrgico para conseguir uma base de apoio ampla e manter a sua governabilidade durante todo o governo. No governo, Lula, segundo esse autor, não violou a correlação de forças internas e externas, e cumpriu todos os acordos que foram estabelecidos ainda na sua candidatura. Tudo isso, dentro de um ambiente internacional extremamente favorável, teria possibilitado as melhorias das condições da classe trabalhadora, assim como os altos ganhos da fração financeira e exportadora da burguesia. Confirmando a tese de que Lula nunca foi um revolucionário, Belluzzo afirma:

Intuitivo, Lula, o sindicalista, construiu uma visão pragmática do desenvolvimento nas sociedades modernas. Para ele, a política é, sobretudo, mediação entre dois sistemas: as necessidades e aspirações dos cidadãos e os interesses monetários que se realizam através do mercado. Lula parece supor que esse jogo crucial da modernidade deve reconhecer a legitimidade das ações egoístas, observados os limites impostos pelas políticas do Estado destinados a proteger os mais frágeis e dependentes. (BELLUZZO, 2013, p. 108)

Outro autor dessa corrente, que também irá tratar do tema pelo viés bonapartista, é Filgueiras. Esse autor faz uma ampla análise da política econômica do governo Lula, expressão que virou título do livro publicado em 2006 em conjunto com Reinaldo Gonçalves. Os autores analisam, sobretudo, a relação de Lula com as distintas frações de classe. Com base em dados do governo, consideram o desempenho econômico do período pífio sustentado basicamente pela política de exportação e pelo contexto internacional favorável.

Sobre a relação de classes durante o governo, Filgueiras faz alguns apontamentos sobre o sucesso de Lula na condução dessa relação. O autor afirma que somente algumas demandas dos trabalhadores, visando não ferir o capital financeiro, foram atendidas, quais sejam: expansão do crédito (para setores mais bem colocados no mercado), aumento real do salário mínimo (para setores organizados) e o atendimento do subproletariado com o programa Bolsa Família.

Contudo, a acomodação do bloco de poder dominante só foi possível, para Filgueiras, devido ao distanciamento de Lula em relação ao PT. Fato esse que deu-lhe maior autonomia para alcançar a confiança do grande capital e o consentimento de setores da classe trabalhadora. Nas palavras do autor:

“Em suma, a situação internacional altamente favorável, a decisão política de “retorno” do Estado ao processo econômico e o consentimento dos setores subalternos permitiram a Lula acomodar e compatibilizar interesses potencialmente

conflitantes. De um lado, os juros, lucros e rendas das frações do grande capital financeiro/agronegócio/empresas estatais/fundos públicos/ grandes grupos nacionais/ e, de outro, a ampliação do crédito para segmentos da população com menor renda, os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação da política social focalizada.” (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 39)

O consenso entre os mais pobres, assim como a desmobilização política dos sindicatos, junto com o processo de transformismo do PT, causado, sobretudo, pela fração de Lula, proporcionou algo que não foi possível em nenhum outro momento da história do país.

Por fim, existe ainda uma corrente que acredita que esse novo modelo só foi possível a partir da cooptação, por Lula, através de cargos no governo, de uma ampla parcela organizada entre os trabalhadores, que resultou na desmobilização e consequente impotência dos trabalhadores perante o governo.

A respeito do subproletariado e das centrais sindicais, como tratado anteriormente nesse trabalho, Boito irá tentar demonstrar como o governo agiu para cooptar esses dois setores da sociedade. A análise retoma a constituição do PT da década de 1980, a formação da CUT, as greves e posteriormente faz a relação de todo esse processo com a ascensão de Lula ao poder, momento em que grande parcela dos sindicalistas, presentes naquele processo, obtiveram cargos governamentais.

Além disso, Boito irá tratar da classe mais pobre entre os proletários, cuja atuação política é quase nula ou desorganizada, argumentando que a burguesia se apropria dessa desorganização e a subverte a favor do capital e do estado mínimo.

Portanto, segundo esse autor, a hegemonia do grande capital se deu através da parceria com setores da direção sindical, dos programas assistencialistas focalizados, da cooptação de parcela dos setores desorganizados e mais pobres da classe trabalhadora, Lula conseguiu estabelecer uma ótima governabilidade e pôde, assim, focar a política econômica no atendimento às diversas frações da classe dominante.

Para Secco, o governo Lula teria contornado a luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho do Estado, através de ministérios. Além disso, “muitas políticas públicas democratizaram as relações com a sociedade civil, o que catapultou lideranças setoriais do partido (SECCO, 2011, p. 206).

Dito isso, cabe fazer a análise dos resultados desse trabalho e a partir de então entender, com base no que foi discutido, qual a natureza do governo Lula. Aqui, analisou-se as políticas para ambas as classes sociais, resta portanto, comparar, em um plano mais amplo, os resultados desta pesquisa.

Discutiu-se no capítulo II, a economia durante o governo Lula. A análise se baseou em conceitos macroeconômicos e na inserção brasileira no mercado mundial, demonstrando sobretudo, a quem favoreceu essas políticas. Discutiu-se o tripé brasileiro: altas taxas de juros/ política monetária/ política fiscal. Tendo como eixo essas políticas, voltadas para a consolidação de setores burgueses, analisou-se no capítulo III, o que foi direcionado para a classe trabalhadora. Retoma-se os pontos a seguir.

A política econômica do governo Lula diferiu-se muito de um mandato para outro. Nos primeiros quatro anos, a taxa de juros se manteve elevada, o superávit primário girou em torno dos 5% e um dos focos do governo foi o pagamento da dívida externa. Nesse caso verificou-se que a sustentação do modelo econômico se deveu às exportações, em sua grande maioria, de *commodities*. Isso, somado à concorrência gerada pela abertura neoliberal, resultou em intensificação do processo de desindustrialização do país com falência de setores voltados para o mercado interno e bens de produção. No mesmo período, Lula implementou o Bolsa Família, atendendo à população que vivia na extrema pobreza.

Os gastos com o Programa Bolsa Família durante o período 2003-2006 foi de R\$ 17,57 bilhões, com média anual de R\$ 4,3 bilhões. No mesmo período, o governo gastou com amortizações da dívida e refinanciamentos o valor de R\$ 1, 95 trilhões. Se compararmos em relação ao PIB, verifica-se que o valor gasto com o programa (média anual de 0,2% do PIB) é irrisório perto do que foi gasto com a rolagem do principal da dívida (média anual de 40% do PIB). Contudo, os valores da dívida variam de acordo com a taxa de juros do país, como o Brasil tem umas das maiores taxas do mundo, os encargos da dívida se tornam altos. “A economista Leda Paulani tem assinalado que 80% da dívida pública está em mãos de algo como 20 mil pessoas, as quais, sozinhas, receberiam um valor cerca de dez vezes maior do que os 11 milhões (na época) de famílias atendidas pelo BF (SINGER, 2013, p. 141).

A política de manter os juros elevados, afeta de forma decisiva os gastos da União, prejudicando setores que deveriam ter uma maior participação no PIB. Em outras palavras, o governo deixa de gastar em saúde, educação, saneamento, etc, para pagar juros ao capital rentista, tentando compensar com programas sociais como o Bolsa Família para a população desatendida. Cabe ressaltar que isso não transforma a vida da população em geral. Como visto, o Programa influencia no cotidiano das pessoas, fazendo-as passar da situação de miséria para a de pobreza. Entretanto, os serviços básicos ainda são precários, afetando a qualidade de vida dessas pessoas. Para elucidar esse ponto, pode-se citar o gasto orçamentário do governo em 2005: saúde/saneamento, 3,3% do PIB; educação/cultura, 1,51%; transporte, 0,61%; desporto e lazer, 0,04% (FERREIRA, 2010, p.66).

Houve uma flexibilização da política econômica no segundo mandato. O PIB cresceu a taxas maiores e os juros abaixaram um pouco. A redução da dívida externa e o acúmulo de reservas possibilitaram ao governo maiores gastos. Como analisado, a partir de 2006 o governo passa a ampliar o crédito no país, através dos bancos públicos como a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES. Com isso, o consumo das famílias aumentou, mas ao levar em conta o contraste do crédito para o grande capital com o para as famílias, mostra-se o tamanho da discrepância.

De 2006 a 2010, o BNDES emprestou R\$ 375,3 bilhões para as empresas voltadas para exportação, em grande parte os setores de mineração, papel e celulose e alimentos. Desse valor, R\$ 168,4 bilhões foram emprestados somente em 2010. O valor total destinado para o Pronaf no mesmo ano, foi de R\$ 16 bilhões. Isso significa que 84% das unidades familiares produtivas do campo ficaram, em 2010, com 9% do total de crédito dos grandes grupos.

No mesmo período em que empresas e bancos obtinham lucros extraordinários, o salário mínimo crescia a uma média anual de 6%. A participação dos salários no PIB aumentou no período de 46,26% em 2003 para 51,4% em 2010. A taxa de pobreza absoluta, medida pelo Ipea, teve redução de 36% entre 2003 e 2008, enquanto o índice de Gini reduziu-se de 0,58 para 0,55. De acordo com o CPS/FGV, a renda *per capita* dos 10% mais pobres aumentou 6,8% ao ano, enquanto a dos 10% mais ricos cresceu 1,5% ao ano entre 2001 e 2009, mas isso não retirou o Brasil da tabela de países mais desiguais do mundo. O Ipeadata afirmava que os 10% mais ricos detinham quase 50% da riqueza nacional em 2010, enquanto os 40% mais pobres detinham 8% no mesmo ano (SINGER, 2013, p. 183- 185).

A maior participação da renda do trabalho no PIB pode ser atribuída ao aumento dos postos de trabalho durante o período Lula. Como afirmado anteriormente, foram criadas 15,3 milhões de empregos formais, recolocando na economia parte do exército industrial de reserva. Há consenso de que os níveis de desigualdade reduziram-se, no entanto, muitos autores afirmam que não foi uma melhora significativa. Além disso, há ainda o fato de esses números se basearem em pesquisas domiciliares que não refletem a realidade pois, pessoas de baixíssima renda tendem a elevar os valores citados e a população do alto da pirâmide tende a omitir parte dos rendimentos. A pesquisa ainda subestima os rendimentos do capital (lucros, juros, aluguéis).

Em termos de distribuição de renda, verifica-se uma melhora a partir dos programas focalizados, mas constatou-se que grande parte da população ainda vive abaixo da linha da miséria. Os empregos aumentaram, no entanto, são empregos de baixos salários e alta rotatividade. O salário subiu nos últimos anos, ficando, entretanto, bem abaixo dos patamares

necessários estabelecidos pelo Dieese. No geral, não houve uma melhora significativa nas condições materiais de vida da classe trabalhadora. Contudo, houve melhora, isso não há como negar.

Retomando o conceito de hegemonia da classe dominante de Gramsci e o binômio força e consentimento de Marx, pode-se analisar de forma mais profunda todo esse processo de conciliação de classes sob o governo Lula. Segundo esses termos, já citados anteriormente, realizou-se a hegemonia burguesa de forma profunda com o modelo neoliberal. Durante os anos FHC houve um inchaço do subproletariado, dando maior apoio ao projeto burguês, uma vez que excluído da atividade produtiva, essa fração fica desmobilizada e sem um programa coeso com a fração empregada da classe.

Durante o governo Lula, o subproletariado ascende à classe trabalhadora, mas não encontra nela a sua identidade, devido à ampla polarização dos anos anteriores (empregados x desempregados). A identidade se dá, portanto, na figura de Lula, o ex-metalúrgico que virou presidente. Essa fração passa então a apoiá-lo, devido à proteção econômica que passam a dispor e na esperança de que se cumpra o programa de inclusão. Lula fez com que o subproletariado permanecesse na ordem aspirando ascensão, deixando no imaginário popular a gratidão por um governo que gerou empregos, aumentou salários, tirou milhões de pessoas da miséria. Isso fez com que o governo conseguisse apoio social para o projeto burguês, sem ser questionado.

O interesse de classe em si não é um fato social objetivo e inequívoco, mas é construído pela interação e discussão das experiências da vida diária e as interpretações dessa mesma experiência pela classe. É através da luta de classes que a consciência se forma e torna-se mais coesa. Nas palavras de Marx:

As condições econômicas transformam, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. (MARX, 2009, cap. I, p.5)

Durante a última década a luta de classes no Brasil ficou bastante estável. Trata-se de um programa capitalista com forte presença estatal, de distribuição de renda e apoio às internacionalizações de empresa sem confronto. Dessa forma, o projeto lulista deixa claro que o objetivo não é o de resolver as disputas em favor de uma das classes e sim de mantê-las em equilíbrio. Além disso, uma classe mantém seu domínio por ser capaz de ir além de seus

interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, à classe dominada.

Sendo assim, durante o governo Lula, a burguesia abriu mão de seus interesses mais imediatos e fez concessões à classe trabalhadora, não afetando a forma de exploração capitalista. Inseridos no consumo, essa fração absorveu o projeto burguês e não adquiriu o conceito de classe para si, consentindo a realização da hegemonia. Este fato não gerou a apatia das massas proposta por Coutinho, uma vez que a apatia se daria na recusa em participar do processo político. O que houve foi o atendimento de demandas imediatas de algumas frações da classe trabalhadora, gerando o consentimento necessário à hegemonia.

Assim como Oliveira, este trabalho ressalta que essa forma não encontra paralelos com o populismo de Vargas, uma vez que não houve transformações na forma de dominação. Vargas, na década de 1950, aliou-se a classe trabalhadora e promoveu profundas modificações nas condições de trabalho da classe. Lula, apenas inseriu parte do exército industrial de reservas de volta à atividade produtiva e ao consumo.

Como demonstrado no capítulo III, o partido de Lula nunca foi, em sua maioria, adepto da revolução ou do comunismo. O objetivo era chegar ao poder e então reformar o sistema. O PT, assim como Lula, não pregava o fim do capitalismo. Houve mudanças ideológicas ao longo dos anos, mas o projeto colocado em prática foi o de ampla aliança com setores burgueses do capitalismo brasileiro, deixando as sobras do excelente contexto internacional para a classe trabalhadora. Mesmo quando veio a crise em 2008, o aumento do crédito, com aumento do consumo foi para salvar o país da recessão e acentuar a confiança do capital financeiro na economia. E de forma alguma se pode afirmar, em termos financeiros, que o aquecimento do mercado interno privilegia muito mais a família que adquiriu sua primeira geladeira do que o grande capital.

A linha governista se utiliza do tripé: aumento do salário, aumento do crédito, programas sociais. Contudo, é necessário perguntar-se: e os ricos? Não há como olhar para um único lado da balança quando o lado mais pesado é o oposto, uma minoria que detém todos os frutos do trabalho no país.

Há que se admitir que esse governo logrou inteligência e originalidade. . A hegemonia completamente desenvolvida, segundo Gramsci, deve repousar no consentimento ativo, numa vontade coletiva em torno da qual vários grupos da sociedade se unem. Lula conseguiu atender diferentes frações da burguesia e do proletariado sob a hegemonia do capital financeiro. Como demonstrado, setores do grande capital se desenvolveram e se internacionalizaram. As exportações foram bem, os Bancos ganharam muito. Do lado oposto,

a expansão mundial foi determinante para o avanço das políticas sociais. Uma base organizada conseguiu o aumento dos salários e a outra empobrecida, ascendeu para o consumo.

Assim como foi mostrado, existem diversos setores que compõem a classe trabalhadora e, conseqüentemente, diversos interesses. No entanto, em sua grande maioria, a classe trabalhadora brasileira aspira algo em comum, algo que de alguma forma os une: melhores condições de trabalho e vida. Ou seja, nesse contexto, o que se tem visto, são diversos setores lutando, cada um à sua maneira, de forma organizada ou não, por emprego, bons salários, perspectivas de crescimento na carreira, acesso à saúde, educação, lazer, etc.

São raros os casos em que se houve falar em socialismo ou comunismo. Todavia, isso não representa uma alienação ou uma assertiva cooptação dos proletários pela burguesia. Não é preciso ler Marx aos trabalhadores, pois eles vivem a exploração, sabem o que é ser frequentemente excluídos. A maior parte dos trabalhadores são racionais, lutam pelos seus interesses e apóiam quem melhor pode corresponder ao que querem.

Há sim uma política de apaziguamento, ou de conciliação de classes dentro do governo Lula. Entretanto, essa política não é a de cooptação ou manipulação como afirma Boito. Alguns quadros da CUT e do PT, que estiveram ao lado de Lula desde a década de 1980, entraram para o governo, todavia isso demonstra mais uma opção política do que a subversão de toda uma classe. Reivindicando a teoria marxista, é importante ressaltar que o proletariado é a classe com o real poder de mudar a realidade. O fato é que a mudança de sistema precisa ser construída e para além disso, precisa ser pretendida. De fato, ainda não é isso que pretendem os trabalhadores.

Lula atendeu à parcela mais empobrecida da população. Proporcionou-lhes melhores salários, empregos, maior poder de compra, inserção dessa fração na ordem. É certo que isso não atendeu aos anseios de toda a classe trabalhadora. Os trabalhadores que já estavam no mercado e que lutaram por melhores condições durante a década de 1980, assistiram a um brutal retrocesso nos níveis salariais, na estabilidade dos empregos e nas condições do trabalho.

Além disso, há uma outra fração, mais próxima da pequena burguesia que foi profundamente onerada com o aumento da carga tributária, realizando no seu imaginário que ela própria estava arcando com os programas assistencialistas do governo. Essa fração que já conseguia comprar carros, andar de avião, frequentar lugares próprios da burguesia e entrar nas universidades públicas antes do governo Lula, se viu espremida nos shoppings, nas longas filas dos aeroportos, sentada ao lado da população negra nas universidades. Com a chegada

do proletariado de média renda, beneficiado agora com a expansão do crédito, a dilação das parcelas e os programas de acesso à universidade, essa fração incomodou-se ao perceber que parece mais com classe trabalhadora do que com a burguesia.

Quanto à burguesia, sabe-se que os juros altos inibem os investimentos produtivos. A desvalorização do real da década de 1990 acabou por facilitar as importações e ameaçou as cadeias produtivas internas. A alta concorrência de produtos industrializados de países como a China desestimularam a indústria nacional de alto valor agregado. O setor produtivo, voltado para o mercado interno ficou desatendido desde o início do neoliberalismo no Brasil. Essa fração teria como programa controlar a entrada e saída de capital estrangeiro e diminuir os juros. Como analisado, ao abrir a economia e realizar o Programa Nacional de Desestatização, o governo passou a fortalecer o capital financeiro, transferindo recursos públicos para a mão dos rentistas. Esses recursos deixaram de ser usados em infraestrutura produtiva, para um melhor desenvolvimento das malhas rodoviárias ou ferroviárias, com subsídio para o diesel, que propiciasse uma melhor circulação de mercadorias em território nacional.

As privatizações tiveram uma agenda de ajuste fiscal e, portanto, visavam agilidade no resultados de caixa em curto prazo. Não houve uma agenda que estivesse articulada a um projeto maior de reestruturação industrial, nem um programa que visasse à inserção do Brasil em um movimento de maior internacionalização de seu capital. Com isso, a venda das estatais fortaleceu grupos intensivos em energia e de baixo valor agregado, que já vinham se consolidando no país na década de 1990. A compra da siderurgia e da petroquímica, além de linhas de transmissão e hidrelétricas a baixíssimo custo deu uma grande vantagem a esses grupos (26% das receitas das privatizações vieram de empresas nacionais). Mas não só. O capital estrangeiro também se beneficiou da compra das empresas.

Durante o governo Lula, com a expansão ainda maior do setor de *commodities* e com a maior utilização do BNDES, sob novas diretrizes, a fração exportadora de baixo valor agregado conseguiu centralizar-se ainda mais e se internacionalizar, conquistando mercado na África e na Ásia. Esse processo redefiniu a inserção brasileira no mercado mundial e colocou o Brasil entre os maiores exportadores de *commodities* do mundo.

A ampla entrada de capitais pelas exportações aumentou as reservas nacionais e possibilitou a redução da dívida, deixando o governo com mais estabilidade e dinheiro para seguir a política nacional. Os trabalhadores ganharam com isso, os salários foram aumentados, gerou-se um amplo mercado de crédito e maiores investimentos em programas sociais. Além disso, o setor de construção civil, puxado pelo programa Minha Casa Minha Vida e por grandes obras de melhoria do sistema energético do país, impulsionaram o emprego e a renda

da fração mais empobrecida da classe trabalhadora. Grande parte da burguesia e do proletariado ganhou com a expansão da economia mundial. Belluzzo estava correto em afirmar que o governo Lula não violou a correlação de forças interna e externa. “Pagam-se altos juros aos donos do dinheiro e *ao mesmo tempo* aumenta-se a transferência de renda para os mais pobres [...] financia-se, simultaneamente, o agronegócio e a agricultura familiar” (SINGER, 2011, p.202). O fato é que Lula atendeu parcelas das duas classes e conseguiu uma governabilidade exímia, recebendo apoio da maior parte dos brasileiros e garantindo a sua sucessão por uma figura nem tão carismática assim. Este processo foi fortemente influenciado pelo distanciamento gradual de Lula em relação ao PT, dando ao presidente maior autonomia, conferindo-lhe confiabilidade em relação ao grande capital, como afirmaram Arcary e Filgueiras.

Cabe ressaltar ainda, a fragilidade desse modelo, baseado nos bons ventos do mercado mundial puxado pelo leste asiático. Caso a China, principal realizador de trocas com o Brasil, sofra de uma crise de qualquer natureza, o quadro internacional pode se reverter e causar sérios danos ao Brasil. Em um momento como esse, as exportações, principal sustentáculo da política econômica, seriam prejudicadas. Os cortes nos gastos do governo prejudicariam os setores de baixa renda, causando redução dos programas sociais e desemprego. A economia inteira poderia ir à falência caso o país não encontrasse rapidamente um caminho alternativo. Mas aí cabe a pergunta: teríamos um caminho alternativo?

Dentro dos limites de uma dissertação de mestrado, esse trabalho vem, portanto, somar-se às correntes mais críticas do governo Lula. Retomando a teoria marxista, procurou-se mostrar que a hegemonia da burguesia se consolidou nos últimos anos. Lula conseguiu atender diferentes frações das duas classes capitalistas, mas seu sucesso deveu-se sobretudo à singularidade brasileira de possuir milhões de pessoas na miséria. Lula tinha a cara do subproletariado e as ações da burguesia. Isso fez com que atingisse ampla governabilidade sem ferir os interesses do capital.

REFERÊNCIAS:

ABARCA, C et al. O setor elétrico. In *BNDES: 50 anos de histórias setoriais*. DBA Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 2002.

ABREU, Marcelo P.; VILLELA, A. O pós-guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fábio e outros. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus 1980.

ALEM, Ana Claudia. BNDES: papel, desempenho e desafios para o futuro. *BNDES*, 11/1997. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/199711_5.html >

_____, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: algumas reflexões. In: *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, Dez. 2005.

_____, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio. (org) - *O BNDES em um país de transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010

ANDRADE, M. L. A. & CUNHA, L. M. da S. O setor siderúrgico. IN *BNDES: 50 anos de histórias setoriais*. DBA Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 2002.

ANTUNES, R. *A Rebeldia do trabalho*, 2ª edição. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

_____. *Os sentidos do trabalho*. 6ª edição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O novo sindicalismo*. Editora Brasil Urgente. São Paulo. 1991.

ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas – uma critica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. Sundermann. São Paulo. 2011.

BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs). - *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Importações e crescimento anêmico. *Valor Econômico*. São Paulo, 6 fev. 2007, p. A-13.

_____. Os anos do povo. IN: SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo. Boitempo. 2013

_____.; COUTINHO, R. (orgs). *O desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2v. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BIONDI, A. *Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BNDES: 50 ANOS DE HISTÓRIA. São Paulo: BNDES, 2002.

BNDES: 50 ANOS DE HISTÓRIAS SETORIAIS. Rio de Janeiro, 2002.

BOITO Jr, Armando. A burguesia no governo Lula. IN: BASUALDO, E. M. ARCEO, E. (orgs). - *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro: Revan, nº17, 2003.

_____. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. In: *Idéias*. Campinas: IFCH/Unicamp, ano 09, vol.1, no 1, 2002.

_____. *O sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

_____; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. "Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000" em. "OSAL 10.26 (2009).

BONELLI, R.; MALAN, P.S. *"Crescimento Econômico, Industrialização e Balanço de Pagamentos: O Brasil dos Anos Setenta aos Anos Oitenta"*, Rio de Janeiro, 1983, IPEA/INPES

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli - *Empresários interesse e Mercado: Dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CAMARGO, J. M. Do "milagre econômico" à "marcha forçada". IN: PIRES, Marcos C. (org) - *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. da UNESP; FAPESP, 2000.

CARDOSO, A. M. *Sindicalismo e Relações Trabalhistas*. Curitiba: Editora Konrad Adenauer Stiftung. 2002.

CARNEIRO, R. (org.) - *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. Desenvolvimento em crise. *A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP; UNICAMP/IE, 2002.

CARVALHO, Laura Barbosa de. *Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas*. Rio de Janeiro, BNDES, 2010

CASTRO, Antonio Barros de.; SOUZA, Francisco E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, 1996.

COUTINHO, Nelson C. A hegemonia da pequena política. IN: C Rizek, F de Oliveira, R Braga. *Hegemonia às avessas*. Boitempo. São Paulo. 2010.

CORSI, F. L. A criação das bases da industrialização (1930-1945). IN: PIRES, Marcos C. (org) - *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In *Desafios do Trabalho*. Roberto Leme Batista; Renan Araújo (org). Londrina: Ed. Práxis; Maringá: Ed. Massoni, 2003.

_____. As estratégias de desenvolvimento (1945-1960). IN: PIRES, Marcos C. (org) - *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *A questão do desenvolvimento à luz da economia capitalista*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 2003, n. 19. p. 11-29.

_____. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 2000.

_____. Economia do Capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: *Trabalho e Educação*. Org. BATISTA R. L. e GONZALES, J. L. C. Maringá: Praxis, 2006.

CRUZ, S. V. – *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: UNESP, 2007.

DAVIDOFF, Paulo. *Dívida Externa e Política Econômica*. Ed Brasiliense, 1984

DIEESE. *Fusões no setor bancário: emprego e concorrência*. São Paulo, nota técnica n. 55, nov. 2007, p.10. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec55FusaoBancaria.pdf>>. Acesso em 16 de set. De 2008

DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil: Um balanço dos anos 90*. São Paulo. 2001.

DUPAS, G.(org.) – *América Latina: perspectivas econômicas, sociais e políticas para o século XXI*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____; OLIVEIRA, Fábio Villares de. Uma visão estrutural da dinâmica econômica da América Latina. In: DUPAS, Gilberto (org.). *América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

ENGELS F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo. 2007.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Globo, 2000.

_____. Princípios básicos do comunismo. In: MARX, K., ENGELS. *Obras escolhidas*. Tomo I. Edições avante. Portugal.1982.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Editora Global, São Paulo, 1981. 4a Ed.

_____; MARX, K. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848).

FERREIRA, M. R. J.; MARQUES, Rosa M. (org) – *O Brasil sob a nova ordem: a economia contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

FILGUEIRAS, L. – *A história do plano real*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O neoliberalismo no Brasil: Estrutura , Dinâmica e ajuste do modelo econômico.” IN: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs). - *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. Da substituição de importações ao Consenso de Washington. IN: *Reflexões de Economistas Baianos. Conselho Regional de Economia*. Salvador, 2001.

_____ et al. Modelo Liberal-Periférico e bloco e poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. IN: MAGALHÃES, João P. *Os anos lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. São Paulo. Garamond. 2010.

_____. GONÇALVES, R. - *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luis - *Em busca do dissenso perdido. Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. IN: SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo. Boitempo. 2013

_____ - *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____ - *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. (org.) - *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *O voo da coruja*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONSECA, P. C. D. Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas. In: SZMERECSENYI, T.; SUZIGAN, W. (Orgs). *Historia econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GALVÃO, A. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. *Outubro* (São Paulo), v. 14, p. 131-150, São Paulo. 2006.

GARCIA, Ana Soggioro. Empresas Transnacionais Brasileiras: dupla frente de luta. In: *Transnacionais Brasileiras: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

GRAY, John. *Falso amanhecer. Os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir. O necessário, o possível e o impossível. IN: SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo. Boitempo. 2013.

GREMAUND, A. P.; SAES, F. A.; TONETO, R. Jr. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013

_____. - *Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil*. IN: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. (orgs). - *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. - *O vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IBRAHIM, J. *O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica*. Editora Global. 1986.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LANDI, Mônica. “A evolução do Programa Nacional de Desestatização (PND): seus principais resultados e desdobramentos na infraestrutura. IN: FERREIRA, M. R. J.; MARQUES, Rosa M. (org) – *O Brasil sob a nova ordem: a economia contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento (1974-76): sonho e fracasso*. Rio de Janeiro: UFRJ.

LULA, L. I. As greves se alastrarão por todo o Brasil. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. Editora Aparte. 1978. Disponível no endereço: http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf

MAGALHÃES, João P. A. Estratégias e modelos de desenvolvimento. IN: MAGALHÃES, João P. *Os anos lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. São Paulo. Garamond. 2010.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio [1972]. *São Paulo: Abril Cultural*, 1982.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Editora Boitempo: São Paulo, 2010a. _____. *Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano*. Editora expressão Popular. 2010b.

_____. *Miséria da filosofia*. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2009.

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: *A Revolução antes da revolução*. Editora Expressão Popular. 2008.

_____. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Editora Boitempo: São Paulo, 2005.

308

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Editora Boitempo: São Paulo, 2004a.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: *A dialética do trabalho – escritos de Marx e*

Engels. Org. Ricardo Antunes. Expressão Popular 2004b.

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand. L I. vol. I e II, 1989.

_____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural. v 1,2,3,4,5, 1985.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois... IN: SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo. Boitempo. 2013

MAZZEO, A. *Sinfonia Inacabada*. São Paulo. Bomtempo. 1998.

MELLO, João M. C. de.; BELLUZZO, Luiz. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs). *O desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2v. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MERCADANTE, Aloizio. *Brasil, a construção retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MOURA, Alessandro de. *Movimento operário no ABC e na Volkswagen (1978- 2010)*. Dissertação (Mestrado - Ciência Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2011.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2001.

NAKATANI, P.; SABADINI, M. S. Sistema financeiro e mercado de capitais. IN: FERREIRA, M. R. J.; MARQUES, Rosa M. (org) – *O Brasil sob a nova ordem: a economia contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

NOVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “Desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: *Transnacionais Brasileiras: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, F. - “A dominação globalizada: Estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil.” IN: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. (orgs). - *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes em coedição com o CEBRAP, 1981.

_____. “América Latina: vulnerabilidade social, instabilidade democrática e ‘neopopulismo’”. In: CORSI, F. L. e outros (orgs.) – *Economia, sociedade e relações internacionais*. Londrina: Práxis, 2006.

_____. - *Crítica a razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo: 2003.

_____. “Elites econômicas e inserção internacional do Brasil no século XXI”. IN: CORSI, F. L. e outros (orgs.) – *Dilemas da Globalização. O Brasil e a mundialização do capital*. Londrina: Práxis, 2007.

_____. Hegemonia às avessas: decifra-me ou e devoro. IN: C Rizek, F de Oliveira, R Braga. *Hegemonia às avessas*. Boitempo. São Paulo. 2010.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo. Boitempo. 2012.

_____. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

PUALANI, L.M.- *Brasil delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. IN: C Rizek, F de Oliveira, R Braga. *Hegemonia às avessas*. Boitempo. São Paulo. 2010.

RELATÓRIO ANUAL DO BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, 2008

REVISTA DO BNDES, v1, n2, junho, 2010. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

REVISTA DO BNDES, v1, n2, dezembro, 2010. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

REVISTA DO BNDES. Perspectivas Econômicas da América Latina. Rio de Janeiro: BNDES, 2008.

REYNO, Jose. E.(org.). *La economia mundial y América Latina*. Buenos Aires Clacso, 2005.

RODRIGUES, Alexandre. *BNDES avança em fusões de empresas*. Agência Estado, 01/04/2011. Disponível em <
<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,bndesavanca-em-fusoes-de-empresas,64975,0.htm> >

RODRIGUES, I. J. As comissões de fábrica e o movimento sindical. In: BOITO, J. O *sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp/ Fapesp. 2002.

_____. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO, J. O *sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. IN: SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo. Boitempo. 2013.

SAMPAIO, P. A. *O Brasil é viável?*, São Paulo. Editora Paz e Terra, 2006.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (org.). *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. Editora Boitempo: São Paulo, 2001.

SECCO, L. *História do PT 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs). *O desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2v. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?*. São Paulo: Geração Editorial, 2013

SILVEIRA, I. O setor de bens de capital. IN *BNDES: 50 anos de histórias setoriais*. DBA Artes Gráficas. Rio de Janeiro, 2002.

SINGER, A. V. *A segunda alma do Partido dos Trabalhadores*. Novos Estudos. 2010a.

_____. *O lulismo e seu futuro*. Revista Piauí. 2010.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

_____. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. 2009. Novos Estudos. CEBRAP, n. 85. 2009.

SINGER, P. *A crise do “milagre”: interpretações crítica da economia brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *Desenvolvimento em crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O dia da lagarta. Democratização e conflito no Brasil do Cruzado*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

SOBEET/Valor Econômico. Multinacionais Brasileiras. São Paulo: *Valor Econômico*, 2010.

SOUZA, L. E. S. de. IN: PIRES, Marcos C. (org) - *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

STANISLAO. Clareza do passado, consciência do presente. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. 1978. editora Aparte. Disponível no endereço:

http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. *Biblioteca de ciências sociais. Economia Biblioteca de ciências sociais Zahar Editores*, 1972.

TROPIA, P. V. *Força Sindical - Política e Ideologia no Sindicalismo Brasileiro*. Sao Paulo. Expressao Popular. 2009

VALDEZ, Robinson. 2011. A internacionalização do BNDES no governo Lula. 2011.132f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VELASCO E CRUZ, S. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

VIGEVANI, T. A política externa no governo FHC: a busca de autonomia pela integração In: *Tempo Social*, v.15, n.2, 2003.

_____. Os novos paradoxos latino-americanos .In: CORSI, F. L. e outros (orgs.) – *Economia, sociedade e relações internacionais*. Londrina: Práxis, 2006.